



Os desafios das mulheres refugiadas para inserção no mercado de trabalho em Lisboa

Bruna Plentz

Dissertação de Mestrado em Antropologia

Entrega versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública.

Maio de 2024

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Antropologia, realizada sob a orientação científica do Prof. Dr. Nuno Manuel Ferreira Dias.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente à minha mãe, Nilza Pasquali, grande incentivadora que sempre me prestou apoio incondicional, além de ser meu primeiro e maior exemplo de força feminina.

Aos queridos Grazielle Neves e Leonil Jr., companheiros dessa jornada acadêmica, pela amizade, encorajamento e risadas que tornaram possível a realização desse trabalho.

Agradeço à Maria Belatto e à Julia Werneck pela parceria e amizade de cada dia no decorrer desse percurso, tão importante para mim.

À Virgínia Rodrigues, Luiz Botega, Lolita Beretta e Aline Medina, vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

Agradeço também ao João Maraschin e à Eduarda Onzi, amigos irmãos e mestres que me inspiram muito e me incentivam das mais diversas formas.

Não poderia deixar de agradecer às instituições de acolhimento e aos organizadores de cada uma delas por terem aberto as portas para mim e dedicado seu precioso tempo para participarem da pesquisa.

Sou imensamente grata às mulheres que aceitaram compartilhar suas histórias de vida e refúgio comigo. Agradeço pelo seu tempo, confiança e lições de vida que me foram ensinadas. Tocaram-me profundamente e hoje, graças a elas, posso dizer que sou uma pessoa diferente daquela que começou este trabalho.

Por fim, quero agradecer à Universidade Nova de Lisboa, à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, ao departamento de Antropologia, e, em especial, ao Prof. Doutor Nuno Ferreira Dias pela receptividade, ensinamentos e orientação.

RESUMO

O presente trabalho busca investigar a experiência de mulheres refugiadas habitantes da cidade de Lisboa na busca por emprego na capital portuguesa. Busca-se compreender os desafios encontrados por elas para a inserção no mercado de trabalho, parte fundamental da integração no país de acolhimento. Na revisão bibliográfica, são apresentados conceitos e marcos importantes para o fenômeno do refúgio no panorama da crise da gestão migratória atual, assim como a importância de se considerar uma perspectiva de gênero, considerando-se a condição de dupla vulnerabilidade vivenciada por mulheres refugiadas, e a atualidade de Portugal como país de acolhimento, dentro do contexto europeu. A partir de uma metodologia qualitativa de pesquisa etnográfica, realizada por etapas não-lineares, os dados da investigação incluem a observação participante de dois eventos voltados para o auxílio a refugiados e entrevistas em profundidade com sete mulheres de diferentes origens, além de representantes de organizações com foco no refúgio.

Palavras-chave: Refúgio. Mulheres refugiadas. Emprego. Integração.

ABSTRACT

The present work seeks to investigate the experience of refugee women living in the city of Lisbon in their search for employment in the Portuguese capital. The aim is to understand the challenges faced by them in entering the job market, a fundamental part of integration in the host country. In the bibliographical review, important concepts and milestones for the phenomenon of refuge are presented in the panorama of the current migration crisis, as well as the importance of considering a gender perspective, considering the condition of double vulnerability experienced by refugee women, and the current of Portugal as a host country, within the European context. Using a qualitative ethnographic research methodology, carried out in non-linear stages, the investigation data includes participant observation of two events aimed at helping refugees and in-depth interviews with seven women from different backgrounds, as well as representatives of organizations with a focus on refuge.

Keywords: Refuge. Refugee women. Job. Integration.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	7
De Florianópolis a Lisboa: histórias de refúgios	7
Delimitação do recorte de pesquisa: refúgio, mulheres e os desafios para o mercado de trabalho em Lisboa	9
2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	16
Refúgio: breve panorama e conceito	16
O desafio da integração	21
Xenofobia e aporofobia	24
O refúgio de mulheres	25
Portugal: um panorama	27
Refugiados em Portugal	30
O olhar da população portuguesa	36
Integração em Portugal: Lisboa	40
Ucrânia: um caso à parte	42
3. METODOLOGIA DA PESQUISA	46
A abordagem qualitativa e as fases da pesquisa	46
Delimitação da pesquisa	51
Os caminhos do campo	53
4. ANÁLISE DOS DADOS	67
Breve perfil das participantes	67
A experiência das refugiadas da Ucrânia X refugiadas de outras nacionalidades	69
Principais desafios para inserção no mercado de trabalho em Lisboa	77

Sugestões e boas práticas para empresas se tornarem mais inclusivas a mulheres refugiadas	95
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	107

1. INTRODUÇÃO

São pessoas que, ontem, tinham orgulho de seus lares, de suas posições na sociedade, que, frequentemente, tinham um alto grau de educação e assim por diante. Mas, agora eles são refugiados. E eles vêm para cá. Quem eles encontram aqui? O precariado.

Zygmunt Bauman¹

De Florianópolis a Lisboa: histórias de refúgios

Anos atrás, recém-formada em Design, eu vivi na cidade de Florianópolis, no sul do Brasil, meu país de origem. Lá, trabalhei como Agente Local de Inovação, um programa do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, em parceria com o Sebrae, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, organização que hoje tem entre suas funções orientar refugiados que desejam empreender no país. Naquele contexto, ainda pouco familiarizada com a realidade do refúgio, ao atuar visitando diversos ambientes profissionais, tive a oportunidade de encontrar algumas pessoas cujas histórias me marcaram profundamente, com seus relatos sobre a migração e sobre a dificuldade de oportunidades e a precariedade que experienciavam em terras brasileiras.

Em uma pizzaria cliente minha na época, um dos trabalhadores da cozinha, ainda em estágio de experiência, havia chegado do Haiti, seu país de origem, fazia pouco. De lá havia saído após o terremoto de 2010 devastar o país, obrigando milhares de pessoas a buscar refúgio em outros países, sendo o Brasil um dos principais destinos desse fluxo migratório diante da catástrofe humanitária. Ele ainda estava aprendendo o idioma português e se comunicava de maneira muito limitada com as pessoas, e assim também nossa comunicação se viu reduzida a algumas frases, dentre as quais pude descobrir que no Haiti ele era médico cardiologista. Longe de casa, fragilizado pela situação de deslocamento forçado, provavelmente lidando com inúmeras questões burocráticas de documentação, impedido, apesar da concessão de moradia, de atuar em sua especialidade, ele precisava garantir o envio de dinheiro para a família e a própria sobrevivência básica no Brasil, o que, segundo ele, não estava sendo nada simples.

Semelhante a essa situação, encontrei também um refugiado venezuelano que dividia sua força de trabalho em três turnos, atuando em uma fábrica de chocolates durante o dia e no

¹ Zygmunt Bauman: o medo dos refugiados.

<https://www.fronteiras.com/leia/exibir/zygmunt-bauman-o-medo-dos-refugiados>. Acesso em fevereiro de 2024.

carregamento de cargas de um supermercado à noite. Estando longe de sua família, de sua cultura, praticamente não dormia e enfrentava problemas de saúde mental em situação de extrema vulnerabilidade, tudo isso enquanto buscava enviar recursos para sua família, que só bem mais tarde pôde levar ao Brasil, para isso contando com a ajuda pessoal de sua empregadora.

Ainda, frequentando o restaurante árabe da praça de alimentação da ACATE, uma importante associação de tecnologia na cidade de Florianópolis, conheci um trabalhador refugiado da Síria, país cuja população se espalha pelo mundo buscando um espaço onde possam recomeçar depois de muitas vezes terem tido suas casas destruídas, familiares perdidos, em uma terra assolada pelo conflito. Também nesse caso o idioma foi um limitante para a comunicação, mas o suficiente para essa descoberta triste, quando não irônica: desenvolvedor de softwares em sua terra de origem, ali estava, trabalhando literalmente *dentro* da Associação de Tecnologia Catarinense, cotidianamente ao redor de pessoas que em outras circunstâncias talvez fossem seus colegas, ou chefes, mas que sequer suspeitavam da potencial contribuição profissional daquele homem que servia pratos sírios em sua mesa.

Desde o último desses encontros, muitos novos conflitos eclodiram, novas situações emergenciais ampliaram a realidade dos fluxos migratórios globais, enquanto outros se desfazem com o tempo e outros, ainda, se perpetuam ao longo de anos. Em comum, as três histórias retratam apenas uma parte das dificuldades enfrentadas por pessoas que vivenciam migrações forçadas. Uma parte pequena, se pensarmos, de pessoas vivenciando uma extrema vulnerabilidade, pela situação em que um dia se depararam: a de deixar, muitas vezes da noite para o dia, sua terra natal em condições adversas as mais variadas para viver em um lugar desconhecido, e lá se deparar com medos, inseguranças, e todos os limites impostos pelo desconhecimento do idioma, ausência de recursos, subempregos e desemprego, discriminação, diferenças culturais, entre outros.

Imagino que histórias similares a essas existem aos montes em meu bairro atual em Lisboa, Arroios, onde hoje muitos imigrantes vivem. Devo cruzar por elas diariamente nas ruas desta cidade, para onde, diferente deles, migrei voluntariamente em setembro de 2021 para ampliar minha formação.

Aqui em Lisboa, neste país que séculos atrás colonizou o Brasil e tantos outros territórios, são sobretudo imigrantes e refugiados de outras origens que encontro desde minha chegada. São pedidos de asilo crescentes que refletem a eclosão da guerra na Ucrânia, da retomada do poder pelo Talibã no Afeganistão, além da realidade Síria que já se fazia presente anos atrás no Brasil. Pessoas, em grande parte mulheres, que provavelmente na

melhor das hipóteses ocupam trabalhos que não dialogam com suas habilidades, outras que se encontram ainda na busca por emprego, pela sobrevivência, e, quem sabe, a desejada integração em terras portuguesas.

Reunidas aqui, essas histórias pessoais de encontros com refugiados e da realidade testemunhada em Lisboa antecipam alguns dos temas centrais desta dissertação, que se propõe a conhecer e entender os desafios encontrados por mulheres refugiadas na busca por emprego nesta cidade. Espera-se, idealmente, que as respostas encontradas possam contribuir com caminhos para mudanças efetivas. A seguir, abordo alguns desses temas, que delimitam o recorte de pesquisa e que serão aprofundados ao longo dos próximos capítulos.

Delimitação do recorte de pesquisa: refúgio, mulheres e os desafios para o mercado de trabalho em Lisboa

Nos últimos anos, números cada vez mais significativos de pessoas obrigadas a realizarem migrações forçadas evidenciam um panorama global de conflitos e crises. Nessa realidade, apesar das diferentes naturezas migratórias, a relevância da questão dos refugiados é indiscutível e demanda atenção. De difícil mapeamento, pelo contexto dinâmico e instável, tanto países de acolhimento quanto organizações internacionais tentam quantificar e compreender em relatórios a dimensão e a realidade do fenômeno, monitorando o tema em sua complexidade. É o caso do ACNUR, Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados. Conforme dados recentes publicados em relatório do ACNUR, a quantidade de pedidos de refúgio no mundo, entre 2021 e 2022, corresponde ao maior número já existente: até o último monitoramento, publicado em relatório do Observatório das Migrações, chegam a um total de 35,3 milhões de pessoas registradas como refugiadas, sendo 52% de apenas três países: Síria, Ucrânia e Afeganistão (Oliveira 2023a).

No entanto, vemos nos últimos anos a quantidade crescer de forma tão vertiginosa que a cada nova publicação de dados já se sabe atrasado ou incompleto. O relatório do OM, que busca *“recolher, sistematizar e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da migração, nomeadamente os indicadores de integração de imigrantes e de refugiados”* (Oliveira 2023a, p 9), alerta leitores para esta realidade em constante fluxo: *“À data da publicação deste relatório, a realidade já suplantou as estatísticas, porque o mundo nunca gerou tantos refugiados como hoje!”* (p 5).

Na União Europeia, esse aumento significativo da quantidade de pessoas que buscam refúgio vem, há mais de uma década, se configurando como um grande desafio que requer esforços de todos seus estados-membros. De acordo com Sousa *et al.* (2021):

"A intensificação do fluxo de migrantes forçados para a Europa, em especial a partir de 2012 e, em parte, justificado pela guerra civil a decorrer na Síria, representou um grande desafio para a política europeia e o Sistema Europeu Comum de Asilo. Esta pressão migratória atingiu os seus valores mais elevados em 2014, tendo sido apresentados 562 700 pedidos de asilo, em 2015, quando foram recebidos 1 256 600 novos pedidos e, em 2016, em que foram feitos 1.206 000 pedidos de asilo, o que obrigou a União Europeia a adotar medidas de emergência de gestão destes fluxos de pessoas e a institucionalizar um mecanismo de distribuição de refugiados pelos Estados-membros." (p. 17)

Os dados do relatório de 2023 mostram o crescimento desses números nos últimos anos: são agora em torno de 2,9 milhões de pessoas registadas como refugiadas na União Europeia. O relatório, no entanto, revela o quanto a quantidade de pessoas acolhidas na UE é pequena, quando comparado à realidade global: apenas 13,4% das mais de 35 milhões em todo o mundo.

Nesse contexto, Portugal, embora não seja um dos principais destinos de asilo, também vem recebendo um número consideravelmente maior de pedidos de proteção internacional e hoje é casa para refugiados de mais de 130 nacionalidades. Enquanto entre 2000 e 2012, o país recebeu em média cerca de duzentos pedidos por ano, entre 2013 e 2019, o número de pedidos para Portugal quadruplicou, atingindo o valor mais elevado de 1.820 pedidos em 2019 (Sousa et al. 2021, p. 12); já no ano de 2021, Portugal acolheu cerca de 2,7 mil refugiados. Não se destacando como um dos principais destinos de pedido de proteção internacional no mundo ou na UE, Portugal recebe um número anual dez vezes superior aos da primeira década de 2000. Dos pedidos de estatuto de refugiado recebidos pelo país, sete em cada dez tiveram resposta positiva em 2022, sendo o país da União Europeia com a mais alta percentagem de decisões favoráveis (Oliveira, 2023a).

Mas, se os aceites de refúgio são por si favoráveis, o que demonstra a disposição nacional a contribuir diante de situações de crise, mais ou menos ativamente, a realidade das populações refugiadas em terras estrangeiras nem sempre corresponde a um "fim" para suas dificuldades.

"Desde 1974, Portugal não desenvolveu até agora um plano nacional estruturado de acolhimento e integração de refugiados. Ao longo deste período, teve respostas

concretas a fluxos específicos de refugiados que se consubstanciaram na participação da sociedade civil. Todavia, esta contribuição e experiência nunca foi objeto de reconhecimento generalizado e, na maioria das vezes, saldou-se por um esquecimento do papel de pessoas e instituições." (Sousa et al. 2021, p 97)

Os mesmos autores reforçam que, para a definição e aprofundamento de políticas públicas de asilo e uma melhor resposta institucional, é fundamental, mesmo que recentes e em constante mudança, ampliar a compreensão sobre as respostas de acolhimento e de integração dos requerentes e beneficiários de proteção internacional em Portugal.

Como parte fundamental do que conceituaremos como integração, o emprego é considerado um pilar fundamental. Apesar disso, é também um dos mais difíceis de serem concretizados. Em estudo sobre a integração de refugiados em Portugal² realizado com 90 instituições de acolhimento no país, foram apontadas várias dificuldades sentidas no processo de integração, sendo o 'acesso ao emprego' uma das dimensões que obtiveram maior índice de respostas apontadas como 'difícil' e 'muito difícil', juntamente com a 'aprendizagem da língua portuguesa' (Sousa et al. 2021, p 74). Ambas, empatadas, ficaram com 78,3% de respostas cada.

Ager e Strang (2008, p 171) apontam que os refugiados são muitas vezes altamente qualificados em comparação com outros grupos de imigrantes. No entanto, muitos não conseguem apresentar provas de qualificações anteriores e, quando conseguem, os empregadores podem não reconhecê-los. Consequentemente, o subemprego (definido como a ocupação de um emprego que não exige o nível de habilidades ou qualificações do titular do emprego) é um fator comum na experiência dos refugiados no mercado de trabalho.

Há, como já mencionamos, uma limitação dos dados, que falham em quantificar números totais de pedidos e estatutos de refugiado, havendo ainda mais dificuldades no mapeamento de informações quando se trata da integração. No caso de Portugal, os números reunidos em relatórios se encontram dispersos por diversas instituições nacionais como o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), o Instituto de Segurança Social (ISS), o Alto Comissariado para as Migrações (ACM), a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa (SCML) e o Conselho Português para os Refugiados (CPR). Assim, por exemplo, não é possível saber, dentre os requerentes de refúgio, quem se autonomizou do apoio social das instituições portuguesas, ou ainda quem abandonou o programa de acolhimento ou procedeu a

² Encomendado pelo Observatório das Migrações e publicado em março de 2021.

movimentos secundários, e tampouco se encontram nos números *"aqueles que desde a chegada ou ao longo do processo se mostraram autônomos ou se autonomizaram com o tempo (com rendimentos e sem necessidade de depender de apoios sociais)"* (Oliveira 2023a, p 28). Diz o Relatório Estatístico do Asilo de 2023:

"Deve reconhecer-se que os dados administrativos nacionais na generalidade das fontes são estáticos e/ou baseados na recolha feita à chegada, não sendo atualizados à medida que os requerentes ou os beneficiários de proteção acumulam tempo de permanência no país.(e.g. idade que aumenta; habilitações que evoluem; agregados familiares que aumentam com filhos que já nascem no território; cursos de portugueses que são concluídos versus mera inscrição; formação profissional adquirida versus sua potenciação no mercado de trabalho português; inserção no mercado de trabalho português por grupo profissional ou situação na profissão)." (Oliveira 2023a, p 27)

Por fim, é importante falar sobre a escolha do recorte delimitado para este estudo, que é a perspectiva de gênero, focada nas mulheres refugiadas. Trata-se de questão pela qual sou diariamente interpelada, por testemunhar o aumento da presença de mulheres refugiadas em Lisboa, e por entender que a especificidade da condição feminina implica uma situação de vulnerabilidade dupla no contexto de refúgio com contornos ainda mais complexos.

Se nos encontros que vivenciei no Brasil de anos atrás lá estavam sobretudo refugiados e imigrantes do gênero masculino, que inclusive haviam feito o deslocamento em etapa anterior ao resto da família, os dados que mapeiam a dinâmica migratória atual apontam uma nova realidade, de feminização das migrações. De acordo com o relatório do OM, as mulheres representaram a grande maioria dos beneficiários de proteção temporária nos países de acolhimento da UE27 em 2022, sendo uma das explicações para essa tendência a adoção de restrições à saída de homens de nacionalidade ucraniana residentes na Ucrânia com idades entre 18 e 60 anos.

Coelho (2015), em sua dissertação "Mulheres refugiadas em Portugal", afirma que tratar o tema em sua perspectiva de gênero é importante justamente pelo fato de que mulheres refugiadas podem experimentar uma dupla marginalização. A autora, que realizou uma investigação com base nas narrativas e experiências de mulheres que pediram asilo em Portugal, analisando a condição de vulnerabilidade versus a sua capacidade de ação e superação das dificuldades, afirma:

"Não só estão expostas a perigos e ameaças, mas também a discriminação, uma vez que não são reconhecidas como uma categoria específica, quer nos instrumentos principais de proteção internacional quer nas políticas nacionais de asilo (Binder e

Tošić, 2005). As suas dificuldades e necessidades específicas diluem-se assim no contexto global das políticas de asilo." (Coelho 2015, p 10)

São de fato inúmeros os perigos, que se desdobram nas mais diversas situações de violência e desrespeito a mulheres, e que se tornam ainda mais "ameaçadoras" na situação vulnerável de refúgio³. Dentre os principais desafios enfrentados por mulheres na realidade de migrantes, Csalog (2020) afirma que questões de desigualdade de gênero muitas vezes se perpetuam nas políticas de asilo, uma vez que há a utilização da experiência masculina como padrão. Dessa forma, vivências e necessidades específicas das mulheres, incluindo questões sensíveis como a proteção contra violência de gênero, muitas vezes não são levadas em conta. Além disso, há, também, segundo a autora, falta de uniformidade nos processos de refúgio e asilo entre os diferentes países, incluindo suas visões em relação às mulheres. Ainda, durante o acolhimento, questões práticas como acesso a serviços médicos para vítimas de violência de gênero e falta de creches para mães durante as entrevistas, são exemplos de falhas e falta de sensibilidade para as especificidades da experiência feminina.

Considerando, ainda, o recorte temático da pesquisa, que, dentro do tema do refúgio, enfoca mulheres refugiadas em sua relação com o mercado de trabalho, vale ainda lembrar o quanto isto é fruto de uma trajetória de lutas e conquistas travadas a partir de uma história de opressões e restrições no que diz respeito às atividades e direitos das mulheres, internacionalmente falando. Dentro desse cenário, pensando o contexto português, aqui investigado, o ingresso no mercado de trabalho de forma mais significativa por mulheres se deu especialmente dos anos 1960 para cá, considerando-se a data da Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974, um importante marco na promoção da igualdade de gênero no país. Ou seja, trata-se de realidade extremamente recente. Em outros casos, ainda em vigência, como o governo Talibã no Afeganistão, ainda se perpetuam oficialmente estruturas de desigualdade de gênero, restringindo muitos dos direitos das mulheres, entre eles, o direito ao trabalho.

Considerando esses números totais da crise da gestão migratória e também a complexa teia em torno de cada indivíduo que se encontra na condição de refugiado, com camadas específicas no caso de mulheres refugiadas, vemos que não são poucos os impactos, tanto para as pessoas refugiadas quanto para seus países de origem e, naturalmente, para os

³ Vale recuperar aqui o vazamento, em 2022, de mensagens de áudio machistas e misóginas de um deputado brasileiro que, ao cruzar a fronteira da Ucrânia com a Eslováquia, diante de uma fila de refugiadas ucranianas em situação de guerra, afirmava, animado, que eram mulheres "fáceis" por serem pobres, e que se sentia em uma festa, que queria voltar para lá para ter acesso a mais mulheres. (Globo, 2022)

países de acolhimento. Academicamente, o tema vem recebendo tratamento e abordagem nas áreas de Direito e Relações Internacionais, assim como diferentes olhares e recortes em áreas como a da Saúde Pública e diferentes abordagens dentro das Ciências Sociais e Humanas. Tendo em vista o contexto apresentado, a presente dissertação trata-se de uma investigação, a partir de uma abordagem antropológica, para identificar os principais desafios das mulheres refugiadas para sua inserção no mercado de trabalho em Lisboa.

Retomando o termo utilizado por Bauman, ele explica que "precariado" vem da palavra francesa *précarité*, que, em livre tradução, significa andar em areias movediças. Sobre a situação global de populações inteiras escancarando a realidade de areias movediças que vivemos, diz o sociólogo polonês:

"O choque está apenas começando. Não existem atalhos para o problema. Não existem soluções rápidas. Então, precisamos nos preparar para um tempo muito difícil que está chegando. Esta onda de imigração que aconteceu ano passado não foi a última. Há mais e mais pessoas esperando. Precisamos aceitar que esta é a situação. Vamos nos unir e encontrar uma solução." (Fronteiras 2018)

Assim, são objetivos deste estudo:

- Compreender os desafios específicos enfrentados pelas mulheres refugiadas em Lisboa no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho;
- Identificar oportunidades para apoiar as mulheres refugiadas na sua recolocação no mercado de trabalho em Lisboa;
- Propor recomendações para melhorar a integração laboral e a inclusão de mulheres refugiadas em Lisboa.

Para conduzir a investigação proposta, no **Capítulo 2**, a seguir, será realizada uma revisão de literatura abrangente, explorando temas relevantes, teorias-chave e conceitos que fornecerão a base teórica para a pesquisa. Em um primeiro momento, intitulado "Refúgio: breve panorama e conceito", trataremos da crise migratória global, do histórico e atualidade do conceito de refugiado, do significado do processo de integração no país de acolhimento, da importância do emprego para a garantia da integração e da realidade de dupla vulnerabilidade do refúgio de mulheres. Já em um segundo momento da revisão, "Portugal: um panorama" será trazida a realidade atual de Portugal como país de acolhimento para refugiados, considerando-se os pontos relevantes para abordar o tema do emprego e as diferentes ondas migratórias atualmente acolhidas pelo país.

No **Capítulo 3**, será apresentada a metodologia de trabalho, trazendo o percurso de pesquisa. Serão aplicadas técnicas de pesquisa etnográfica, incluindo entrevistas em profundidade semiestruturadas e observação participante. As participantes selecionadas para a pesquisa são mulheres refugiadas em idade laboral com distintas formações profissionais e que se encontram atualmente em busca de emprego na cidade de Lisboa, ou que estiveram recentemente nessa situação. A escolha de incluir mulheres de diferentes nacionalidades e com diferentes níveis de formação visa proporcionar uma compreensão mais abrangente das experiências e perfis diferenciados no processo de busca de emprego. A pesquisa de campo também envolverá a entrevista com representantes de ONGs e outras instituições de acolhimento de refugiados em Lisboa, de modo a proporcionar uma visão mais abrangente do cenário para análise, além de dois momentos de observação participante.

No **Capítulo 4**, serão apresentados e analisados os dados coletados em seu recorte de resultados. Serão apresentadas as sete mulheres entrevistadas durante a pesquisa, as trajetórias que a trouxeram até Portugal e o momento atual em sua relação com o mercado de trabalho. Além de apresentar os principais desafios encontrados pelas mulheres refugiadas no processo de inserção no mercado de trabalho em Portugal, o resultado também trará sugestões de boas práticas para pensar soluções para uma inclusão destas mulheres.

Por fim, nas **Considerações finais**, trataremos de recuperar brevemente o percurso desta tese de modo a resgatar o essencial de cada etapa da pesquisa e a compor uma reflexão final que possa contribuir para as conclusões principais dos resultados encontrados. Também serão apresentados os possíveis encaminhamentos, como etapa seguinte à pesquisa, no sentido de devolver à sociedade o tempo a ela dedicado tanto pelos representantes de instituições quanto pelas mulheres refugiadas, bem como o tempo desta pesquisa, por considerar sua potencial contribuição para beneficiar justamente essas e as tantas outras mulheres que há e que ainda virão, buscando acolhimento e integração no país.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Refúgio: breve panorama e conceito

Hoje, mais pessoas do que nunca vivem em países diferentes daquele em que nasceram. Vivemos uma crise da gestão migratória relacionada às políticas da União Europeia, identificada sobretudo a partir de 2015, e vem se transformando e ampliando a cada ano, diante de novos conflitos e situações extremas, algumas de maior, outras de menor visibilidade no cenário global. Nesse contexto, países da União Europeia viram sua realidade demográfica se transformar fortemente. De acordo com dados do Alto Comissariado das Nações Unidas (ACNUR)⁴, no final de 2021, menos de 10% do total dos refugiados do mundo e apenas uma pequena parte das pessoas deslocadas internamente viviam na UE (UNHCR 2024). No final de 2022, especialmente em razão da guerra na Ucrânia, a percentagem de refugiados a viver na UE aumentou para mais de 20%. Já conforme dados disponíveis na página da Comissão Europeia⁵, apenas em 2022, foram 632.400 decisões em primeira instância em matéria de asilo adotadas nos países da UE, e cerca de 383.700 concessões de proteção (Comissão Europeia 2024). No primeiro semestre de 2023, foram ao todo 69.500 decisões de concessão do estatuto de refugiado, 63.300 decisões de concessão do estatuto de proteção subsidiária e 48.900 decisões de concessão do estatuto humanitário.

Esse contexto traz uma série de desafios para os países de acolhimento na estruturação de uma nova realidade global diante da intensidade dos fluxos migratórios. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, plano global desenhado em 2015 na Assembleia Geral das Nações Unidas que pretende estabelecer metas para um mundo melhor para todos os povos e nações, reconhece a contribuição da migração para o desenvolvimento sustentável e tem como princípio central “não deixar ninguém para trás”, incluindo

⁴ Estes e muitos outros dados atualizados sobre o refúgio no mundo podem ser encontrados na página <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>.

⁵ Dados específicos sobre fluxos migratórios na UE estão disponíveis na página https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-european-way-life/statistics-migration-europe_pt.

migrantes. Dentre seus 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), mais de dez são importantes para a migração ou a mobilidade.

O tema dos refugiados, dentro desse contexto, vem se tornando um dos maiores desafios do século XXI. Trata-se de um tema cuja realidade é dinâmica, uma vez que conflitos e crises humanitárias que levam pessoas a migrações forçadas podem evoluir e se transformar rapidamente, como vem se confirmando nos últimos anos. Sua relevância, assim, tornou-se indiscutível, assumindo papel significativo em eleições de representantes políticos, especialmente nos países onde o tema tem maior atenção mediática.

Para a compreensão do conceito de refugiado, cabe primeiro elucidar o significado de 'migração'. Gil, Pizarro e Oliveira (2020, p 5) corroboram com esta afirmação e acrescentam que, além da importância radical do assunto 'migrações' no mundo de hoje ser por demais evidente, sua ligação à cidadania também o torna ainda mais relevante. De maneira genérica, Sousa et al. (2021, p 20) enunciam que o conceito de migração é utilizado para designar a mudança de residência que uma pessoa faz para um outro local, seja um país ou região. A Organização Internacional para as Migrações define um migrante como:

"[...] qualquer pessoa que se mude ou se desloque através de uma fronteira internacional ou dentro de um Estado longe do seu local habitual de residência, independentemente (1) do estatuto legal da pessoa; (2) do movimento ser voluntário ou involuntário; (3) das causas do movimento; ou (4) da duração da estadia." (UNRIC 2024)

O termo 'migrante', assim, traz em si uma abrangência, sendo utilizado para se referir tanto àqueles que se deslocam internamente quanto àqueles que atravessam fronteiras internacionais, e, ainda, ignorando se corresponde a um deslocamento forçado ou voluntário, sem definir portanto nuances das razões e condições em que tal deslocamento é realizado.

Dentre os tipos de migração existentes, uma das mais relevantes distinções para a classificação neste trabalho é entre migração voluntária e migração forçada. Segundo Rocha-Trindade (1995, p 24), a migração voluntária, como o próprio nome indica, é aquela em que as pessoas, por sua vontade, decidem estabelecer residência em outro país e inclui, por exemplo, a migração econômica, em que a mudança é justificada com a vontade de conseguir melhores condições de vida.

Costa e Sousa (2021, p 40) explicitam a diferença entre as migrações ditas voluntárias e as migrações forçadas:

"No âmbito das migrações, devemos distinguir as migrações voluntárias das forçadas. No primeiro caso, a deslocação para um outro local ou país tem por base uma decisão livre da pessoa e pode ter como objetivo, por exemplo, a realização de uma atividade económica ou o prosseguimento de estudos. No caso das migrações forçadas, a decisão de partir não é livre, mas é determinada por uma necessidade de proteger a integridade física ou a própria vida, em razão, por exemplo, de se ser perseguido pelas autoridades nacionais por determinadas características pessoais ou por ter sido exposto às consequências de fenómenos naturais extremos ou conflitos armados."

A migração forçada, assim, é aquela em que as pessoas têm sua vida ameaçada por razões de calamidades naturais ou por perseguições políticas, religiosas ou étnicas e, por isso, são obrigadas a mudar de local de residência. Ou seja, migram por motivos que não dependem da sua vontade.

Refugiados são indivíduos que foram forçados a deixar seus países de origem devido a perseguições, conflitos armados, violações de direitos humanos ou outras condições que colocam em risco suas vidas e segurança. Buscam refúgio em outros países na esperança de encontrar proteção e condições mais seguras. Assim, quando falamos de refúgio, trata-se na verdade de uma forma específica de migração, mais ainda, uma forma específica de migração forçada, sendo seu conceito, por regra, mais restrito que o de migrante forçado. Para Betts e Loescher (2011, p 3), o migrante forçado inclui tanto deslocamentos internos, realizados no mesmo país, quanto externos, entre diferentes nações. Para esta tese, aplica-se o conceito de refugiado em que se refere, especificamente, aos trânsitos que envolvem outro Estado. Ainda assim, esta definição é um tanto simplista.

A visão de FitzGerald e Arar (2018, p 388) sobre a diferenciação entre os conceitos é mais complexa e profunda, sendo bastante interessante para esta pesquisa. Os autores atentam para o fato de que a noção de que migrantes e refugiados são distintos se estende por toda a academia por razões políticas históricas e contemporâneas. Por exemplo, os sociólogos da migração raramente definem quem é um migrante, mas, em contrapartida, a definição é potencialmente uma questão de vida ou morte, quando os governos decidem admitir certos indivíduos ou grupos (FitzGerald e Arar 2018, p 389). Trazer visibilidade para este assunto ajuda a compreender por que os refugiados se deslocam, bem como os interesses e bloqueios existentes em relação à integração nos seus locais de destino.

A definição de refugiado foi ratificada pela primeira vez na Convenção de Genebra de 1951, evento da ONU sobre refugiados em resposta a uma reconfiguração do globo que deixou muitas pessoas apátridas (Ticktin 2014, p 275). O Artigo 1(A)(2) da Convenção define como refugiado uma pessoa que:

"[...] owing to a well-founded fear of being persecuted for reasons of race, religion, nationality, membership of a particular social group or political opinion, is outside the country of his nationality and is unable or, owing to such fear, is unwilling to avail himself of the protection of that country; or who, not having a nationality and being outside the country of his former habitual residence as a result of such events, is unable or, owing to such fear, is unwilling to return to it." (apud FitzGerald e Arar 2018, p 389)

O documento de Genebra, com seu respectivo Protocolo Adicional, de 1967, configura-se como o principal instrumento internacional para abordar a questão do refúgio, direito consagrado no artigo 14.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948. Nele, se afirma o princípio da "não-devolução", que prevê, em virtude do Direito Internacional dos Refugiados e dos direitos humanos, que:

"Nenhum Estado Contratante poderá, por expulsão ou devolução, rechaçar de modo algum um refugiado nas fronteiras dos territórios onde sua vida ou sua liberdade estejam em perigo por causa de sua raça, religião, nacionalidade, pertencimento a determinado grupo social, ou de suas opiniões políticas. (n.º 1 do artigo 33.º da Convenção)." (OHCHR 2024)

O princípio de não-devolução também se aplica a pessoas solicitantes de refúgio cuja condição de refugiado ainda não tenha sido formalmente reconhecida, mas que cumprem com os critérios de elegibilidade estabelecidos na Convenção de 1951. Assim, tampouco solicitantes de refúgio devem ser devolvidos ou expulsos enquanto a determinação final de sua condição esteja pendente.

Mais recentemente, em 2016, diante do aumento dos fluxos migratórios, a Declaração de Nova Iorque para Refugiados e Migrantes adotada em Assembleia Geral das Nações Unidas declarou o compromisso global de fornecer uma resposta mais eficaz às necessidades dos refugiados e migrantes, incluindo acesso a serviços básicos, como saúde, educação e trabalho. O texto do documento também reconhece os benefícios econômicos e culturais da

migração e estabelece o compromisso de adotar medidas para combater a xenofobia, discriminação e estigmatização contra refugiados e migrantes.⁶

A histórica definição de refugiado da Convenção de Genebra é criticada por Sousa *et al.* (2021, p 20), que apontam que neste conceito legal não estão incluídas situações como, por exemplo, os movimentos forçados de pessoas em virtude de guerras e de catástrofes humanitárias ou ambientais, ocasiões que são cada vez mais frequentes no cenário atual. A visão mais ampla do conceito, portanto, é mais apropriada para este estudo, caracterizando-se nesta dissertação o conceito de refugiado como pessoa vítima de perseguição, conflito, violação generalizada de direitos humanos em seu país de origem, assim como migrante forçado com deslocamento para outro Estado por motivo de guerras e de catástrofes humanitárias ou ambientais.

Em artigo que propõe um diálogo com a obra do filósofo italiano Giorgio Agamben, Ruiz e Molina (2022) afirmam que o refugiado seria uma vida "cindida entre o humano e o cidadão", expondo os limites do direito, pois, uma vez proclamados os "Direitos do homem e do cidadão", atende-se aquele que consegue ter a condição de cidadão e abandona-se quem fica "na mera condição humana". Os autores relembram que para Agamben o refugiado é *"nada menos que um conceito limite que põe radicalmente em questão os princípios do Estado-nação e, ao mesmo tempo, ajuda a esclarecer e renovar sem demora as categorias"* (Agamben 1995, p 117 *apud* Ruiz e Molina 2022, p 13). Assim, ao ocuparem uma condição de limite, refugiados interpelam e ajudam a "pensar e renovar as categorias modernas do poder", uma vez que as existentes passam a não mais servir para a defesa da vida humana em sua integralidade. Assim:

"O que permanece na sombra, e que a figura do refugiado revela, é a cisão artificial realizada em torno da vida humana, ao considerar umas vidas mais humanas que outras, ou umas vidas humanas menos dignas do direito (nacional) que outras. [...] A condição do refugiado, uma vida desprovida de direitos, expõe as contradições deste modelo biopolítico." (Ruiz e Molina 2022, p 12)

Assim, vemos que a recente, porém crescente, crise da gestão migratória acarreta também uma crise dos conceitos nela implicados, a crise do estabelecimento de suas diferenças e dos direitos internacionalmente reconhecidos para determinadas situações de

⁶ Disponível em: <https://documents.un.org/>.

vulnerabilidade, risco e acolhimento, enquanto para outras não. Diz Oliveira, no relatório do Observatório das Migrações:

"Face às novas características e causalidades dos movimentos migratórios, tem sido argumentado que as categorias tradicionais de análise, que alicerçavam a produção científica e muitos instrumentos jurídicos, foram nos anos mais recentes colocadas em causa (Oliveira, Peixoto e Góis, 2017)." (Oliveira, 2023a, p 10).

Diante de realidade tão diversa e marcada por inúmeras nuances, vêm sendo desenvolvidos argumentos a favor da construção de uma noção mais ampla de “refugiados”, que inclua a fuga a situações de privação económica e social extrema ou catástrofes ambientais (manifestas ou potenciais), ou ainda que integre os riscos da perseguição em função da orientação sexual. Por fim, para Oliveira, tais distinções se mostram frágeis quando devem ser aplicadas à realidade social contemporânea: *"os conceitos atuais falham por não atenderem à multiplicidade de realidades que existem no terreno" (Oliveira, Peixoto e Góis, 2017: 77).* (Oliveira, 2023a, p 11)

O desafio da integração

O desafio do tema 'refugiados', entretanto, não está apenas em abrir as fronteiras para as pessoas que precisam deixar seus países. Depois de conseguirem migrar, o processo de integração dos refugiados representa uma dificuldade tanto para os novos chegados, quanto para os países de destino. Segundo Ager e Strang (2008, p 166), a integração tornou-se um objetivo político fundamental relacionado ao reassentamento de refugiados e uma questão de discussão pública significativa. Para Costa e Sousa (2021, p 39):

"A diversidade de condições sociais, económicas e culturais entre as pessoas que vivem num mesmo espaço geográfico torna necessária a adoção de medidas e de políticas de integração, que potenciando a igualdade entre elas, possam servir para promover a coesão social e para gerar um sentimento comum de identidade na comunidade nacional (Costa, 2015, p. 56), os quais são necessários para suportar ou gerar comportamentos de cooperação e reciprocidade entre todas as pessoas e que são a base para a vida em sociedade."

De acordo com os autores, o sucesso de uma intervenção de política pública depende fortemente da capacidade de planeamento, ou seja, *"pela implementação de procedimentos*

que permitam definir objetivos e metas a atingir, pela identificação de medidas a adotar, pela calendarização de ações a desenvolver e pela criação de mecanismos de fiscalização e avaliação dos resultados." (Costa e Sousa 2021, p. 39)

No que tange aos temas relacionados ao processo de integração, o emprego se apresenta como um dos pilares (Castles *et al.* 2001, p. 15) afirmam que o emprego tem sido consistentemente identificado como um fator que influencia muitas questões relevantes, incluindo a promoção da independência econômica, o planejamento para o futuro, o encontro com membros da sociedade anfitriã, a oportunidade de desenvolver competências linguísticas, o restabelecimento da auto-estima e o encorajamento da auto-suficiência.

Para os principais autores deste campo de estudos, não há um conceito único de integração: "*Não existe uma definição, teoria ou modelo único e geralmente aceito de integração de imigrantes e refugiados. O conceito continua a ser controverso e muito debatido" (Ager e Strang 2008, p. 167).* Castles *et al.* (2001, p 12) corroboram esta afirmação. Para os autores, a questão da integração social dos grupos minoritários reveste-se de uma grande complexidade, de tal modo que é difícil encontrar um conceito de integração que possa merecer uma aceitação generalizada.

Robinson (1998, p. 118) partilha da mesma visão e sugere, ainda, que a integração é um conceito caótico, visto que é usado por muitos, porém entendido de forma diferente pela maioria. O autor complementa que vê poucas perspectivas para uma definição unificadora. O tema se torna ainda mais complexo se levarmos em consideração que o processo de integração envolve todos os níveis e setores da sociedade e tem múltiplos sentidos, pois deverá implicar e envolver os recém-chegados, mas também a sociedade de acolhimento (Castles *et al.* 2002, p. 11).

Esta perspectiva sobre a definição de integração, apesar de não ser contundente, comprova que o tema está em constante evolução e, como disciplina em transformação, requer novos estudos e reafirma a necessidade de pesquisas direcionadas para cada diferente realidade existente.

Costa *et al.* (2015, p 57) tentam explicar as diferentes camadas do processo de integração. Segundo eles, resulta, fundamentalmente, da intervenção e interação necessária entre três atores diferentes: o Estado, os grupos em que as pessoas se inserem e a própria

pessoa. Assim, a integração é determinada por fatores como: mecanismos de atribuição de direitos de cidadania, tais como restrição de direitos em função da nacionalidade, períodos mínimos de residência para aceder a direitos; as políticas migratórias, como a existência de canais de imigração legal; a estruturação do mercado de trabalho, como a dimensão do trabalho clandestino e oportunidades de emprego; o pluralismo existente na sociedade de acolhimento e o tipo de etnicidade que caracteriza o grupo; entre outros.

É importante ressaltar que, apesar de não existir uma definição universalmente aceita para integração, a importância da sua aplicação prática é indiscutível para todos os envolvidos. Ager e Strang (2008, p 167) reforçam que a integração permanece significativa tanto como meta política declarada quanto como resultado direcionado para projetos que trabalham com refugiados.

O uso do termo na visão de Castles et al. (2002, p 11) está relacionado com o acolhimento. Os autores afirmam que, em relação àqueles que encontram acolhimento numa nova sociedade, sejam imigrantes ou refugiados, o conceito de integração é utilizado para designar o processo que permite a estes tornarem-se parte da nova sociedade. É com este uso do termo que a investigação se dará.

Baseado em extensa pesquisa e estudos, Ager e Strang (2008, p 170) propõem um framework conceitual de integração com áreas-chave que são amplamente sugeridas como indicativos de uma integração bem-sucedida (**Figura 1**). Os temas 'Emprego', foco desta pesquisa, 'Habitação', 'Educação' e 'Saúde' são enquadrados como domínios distintos na seção 'Marcadores e Meios' da estrutura proposta. No entanto, os autores chamam atenção para o fato de que é problemático ver as conquistas nessas áreas puramente como um 'marcador' de integração. Eles podem servir como tal, mas também servem claramente como meios potenciais para apoiar a realização da integração (Ager e Strang 2008, p 170). Esta visão dos autores, de que o 'Emprego' é muito mais que apenas um marcador no processo de integração, sendo parte fundamental para que a integração seja efetivada, reforça ainda mais a importância deste tema-chave e, conseqüentemente, a relevância da proposta desta dissertação.



1 A Conceptual Framework Defining Core Domains of Integration. (Fonte: Ager e Strang 2008, p 170)

No que diz respeito às fases do processo de integração, Barry Stein (1981, p. 340), um dos pioneiros estudiosos sobre o tema integração de refugiados, considera um parâmetro de adaptação dos refugiados ao longo do tempo. O autor divide a adaptação em quatro fases: a primeira se refere aos primeiros meses da chegada, onde os refugiados se deparam com a realidade da sua perda, tal como status ocupacional e social, cultura, identidade e hábitos; a segunda etapa diz respeito aos primeiros e segundos anos, onde os refugiados procuram recuperar suas perdas e reconstruir as suas vidas; após quatro a cinco anos, na fase três, está alcançada a maior parte da sua adaptação; na quarta e última fase, após uma década, uma certa estabilidade é atingida.

Assim, pode-se afirmar que o processo de integração decorre a longo prazo e finda somente quando o indivíduo se torna um membro pleno da sociedade, sendo beneficiário dos mesmos direitos e das mesmas oportunidades que os sujeitos nacionais (Ager e Strang 2008, p. 5).

O emprego, como vemos, é considerado um pilar fundamental da integração geral dos refugiados. Apesar disso, é também um dos mais difíceis de serem conquistados. Ager e Strang (2008, p 171) apontam que os refugiados são muitas vezes altamente educados em comparação com outros grupos de imigrantes. No entanto, muitos não conseguem apresentar provas de qualificações anteriores e, mesmo quando conseguem, os empregadores podem não reconhecê-los. Conseqüentemente, o subemprego (definido como a ocupação de um emprego

que não exige o nível de habilidades ou qualificações do titular do emprego) é um fator comum na experiência dos refugiados no mercado de trabalho.

Os autores (Ager e Strang 2008) defendem que, em áreas com potencial significativo de crescimento econômico e demanda de mão-de-obra, os esforços de ampliação dos conhecimentos e melhoria no processo de integração, podem ser vistos como benéficos não apenas para os refugiados e suas famílias, mas para as comunidades mais amplas nas quais eles podem se estabelecer.

Xenofobia e aporofobia

Com a presença cada vez maior de pessoas "estranhas" a um local, ao pensar a integração, torna-se importante também pontuar outros fatores que tornariam a integração mais ou menos "acessível", entre eles, a percepção de acolhimento da população local e suas atitudes na recepção a estrangeiros dentro da comunidade. Um termo que permite reconhecer as dificuldades enfrentadas por refugiados e imigrantes de diferentes condições é o de "xenofobia", guardando pontos em comum com o racismo. Diz o Glossário sobre Migração da OIM:

"No plano internacional não existe uma definição universalmente aceite de xenofobia, muito embora possa ser descrita como atitude, preconceito ou comportamento que rejeita, exclui e, frequentemente, diminui pessoas com base na percepção de que são estranhas ou estrangeiras relativamente à comunidade, à sociedade ou à identidade nacional. Existe uma relação estreita entre racismo e xenofobia, termos que são difíceis de distinguir." (OIM 2009, p 80)

Fere-se, em todo caso, princípios de igualdade, de não discriminação e de respeito pelos direitos humanos. Cabe, no entanto, complexificar o termo xenofobia a partir de outro, a saber, o termo "aporofobia", que significa rejeição ao pobre, criado pela filósofa espanhola Adela Cortina. Diz a autora, em entrevista à BBC: *"Não rejeitamos realmente os estrangeiros se são turistas, cantores ou atletas famosos, rejeitamos se eles são pobres, imigrantes, mendigos, sem-teto, mesmo que sejam da própria família."* (BBC 2020) De acordo com Cortina, a frequente aversão a refugiados não teria relação com o país de origem dessas pessoas, e sim com sua condição social de pobreza e miséria. Na ocasião de uma entrevista à BBC, a autora afirma: *"Nomear a rejeição aos pobres permite-nos tornar visível esta patologia social, investigar as causas e decidir se concordamos que continue a crescer ou se*

estamos dispostos a desativá-la por nos parecer inadmissível". Trata-se, portanto, de tema igualmente relevante para se abordar a realidade de refugiados, e que ainda merece maior aprofundamento, pois, como veremos, interpela e se mistura muitas vezes à realidade do refúgio de pessoas em dificuldades econômicas.

O refúgio de mulheres

Segundo dados do ACNUR, mulheres e crianças já representam ao menos metade das pessoas deslocadas no mundo, encontrando-se dentre os grupos determinados pela organização como vulneráveis, ou seja, carregando, para além do refúgio, vulnerabilidades particulares que fazem com que haja direitos e necessidades específicas de proteção e assistência relacionadas ao gênero.

Uma pesquisa com mulheres e meninas refugiadas sobre os riscos envolvidos no trajeto em alguns países da Europa em 2015 revelou que várias delas já haviam vivenciado diferentes formas de violência sexual e de gênero ao longo do trajeto e que tal realidade se fazia presente tanto no país de origem quanto no primeiro país de refúgio, quanto no percurso entre um e outro. O documento concluiu que, de todos os grupos de refugiados, as mulheres eram o grupo mais vulnerável e que mais necessitava de medidas adicionais de proteção (ACNUR 2016, p.). A pesquisa, que foi realizada conjuntamente pelo ACNUR, pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA) e pela WRC, revela também que muitas dessas mulheres vítimas de crimes não relataram suas experiências, não tendo recebido o atendimento necessário na circunstância, e que outras ainda decidiram se casar por desespero, como forma de evitar novas situações de violência.

De acordo com Schwinn e Costa (2016), a violência contra a mulher é uma das manifestações mais abertas da desigualdade de gênero, algo que no contexto dos deslocamentos forçados, quando pessoas fogem justamente da violência, acaba sendo potencializado. Para Santinho:

"As mulheres refugiadas, e também os "menores não acompanhados", pertencem como dissemos a categorias designadas pelo ACNUR como "vulneráveis". Antes da fuga, e ainda em contextos de guerra, estão expostas a grande violência, nomeadamente violações e chantagem sexual usada como arma de guerra, mas também como suporte de relações de dependência econômica e emocional em relação aos perpetradores. Outros exemplos reportam-se a tráfico sexual, prostituição forçada, casamentos forçados, abortos forçados, humilhações sexuais, obrigação de

interagir sexualmente com os predadores para garantir a sobrevivência, ou mesmo com o fim de obtenção de alguns favores, como proteção para si ou para os seus filhos. Existem, por conseguinte, implicações sérias na dinâmica dos abusos, bem como nos modos de lidar com esta sensível questão já na sociedade de asilo, em particular no domínio da saúde física e mental." (Santinho 2012, p 10)

A ONU afirma que, de acordo com estudos acadêmicos, uma em cada cinco refugiadas ou mulheres deslocadas em complexos contextos humanitários, sofreu violência sexual, um número sub-notificado (ONU 2017). Góes e Borges (2021, p 331), em artigo sobre as múltiplas violências contra mulheres refugiadas, dizem tratar-se um *"duplo grau de opressão, por ser mulher e por ser refugiada, o que faz aumentar o seu grau de vulnerabilidade em razão do medo, do isolamento, das dificuldades de integração e da estigmatização social."*

Dentre os tipos de violência sofrida por mulheres refugiadas, estão violência cultural, social, psicológica e sexual, definindo-se como violência cultural *"toda opressão sofrida e a que são submetidas no próprio núcleo familiar, o que também é apontado como uma das principais causas que fazem com que as mulheres busquem refúgio em outro país"* (Góes e Borges 2021, p. 330) Nesse cenário de migrações, é também relevante a questão religiosa, forte na vida da maioria das mulheres refugiadas, o que pode provocar um choque cultural.

Além disso, mulheres frequentemente assumem papéis de cuidadoras em situações de refúgio, o que pode colocar pressões adicionais sobre elas, especialmente em termos de saúde mental e física. Para muitos dos problemas enfrentados particularmente por mulheres, as respostas dos sistemas internacionais de proteção têm se mostrado insuficientes. Marinucci, em estudo sobre a feminização das migrações, afirma:

"Num mundo ainda caracterizado por um ethos bastante patriarcal e machista, acredita-se que a maioria das mulheres, em contexto migratório, tenha que enfrentar os preconceitos e as discriminações de gênero. Nessa ótica, o aumento quantitativo de mulheres migrantes e, ao mesmo tempo, o crescente número de mulheres que migram sozinhas representam um sério desafio que exige respostas urgentes e eficazes da comunidade internacional, dos governos envolvidos e da sociedade civil. Por outro lado, a maior visibilidade da migração feminina, embora ainda incipiente, representa um importante auxílio para a elaboração de políticas públicas que visem amparar as mulheres migrantes em suas situações específicas, promovendo seu protagonismo." (Marinucci 2007, p 46 apud Sousa, 2016, p 50)

Como vemos, há uma série de marcas particulares da experiência de mulheres na condição de refúgio que tornam a perspectiva de gênero um recorte significativo para a compreensão de sua realidade também na busca por empregos.

Portugal: um panorama

Considerando o recorte desta pesquisa, cabe contextualizar algumas características de Portugal, especialmente considerando o país dentro do cenário europeu. Se comparamos à realidade de países próximos e vizinhos, é um país que oferece temperaturas amenas, um país sobretudo solar em que a capital Lisboa registra cerca de 300 dias por ano sem chuva. Quanto à sua população, de acordo com o Relatório Estatísticas de Bolso da Imigração, Portugal está *"entre os países europeus com a mais grave situação de fragilidade demográfica, assumindo-se como o 2º país com maior índice de envelhecimento da população com 167 idosos (com 65 ou mais anos) por cada 100 jovens (dos 0 aos 14 anos)".* (Oliveira 2023b, p 19) Nesse contexto, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística, a população de Portugal aumentou pelo quarto ano consecutivo devido à imigração: no final de 2022 o número de residentes era de 46.249 a mais do que no ano anterior. Conforme o documento, *"o acréscimo populacional resultou de um saldo migratório de 86 889 pessoas, que compensou o saldo natural negativo"* (INE 2023). Trata-se, no entanto, de um país de recente imigração, comparado com outros países da UE. Em 1995 apenas 1,7% da população era de estrangeiros residentes, enquanto em 2021 o número foi de 6,8%. (Oliveira, 2023b), atraindo novos perfis de imigração e vendo sua população, especialmente a da capital, onde mais de 15% dos residentes estrangeiros vivem, alterar-se significativamente. Apenas em 2021, foram 26.864 novos vistos de residência emitidos.

Além do envelhecimento da população, há também o fato da emigração da população ativa de Portugal. Na **Figura 2** a seguir pode-se ver o saldo migratório do país nos últimos anos tornando-se positivo e alcançando números significativos e consistentemente mais elevados.

Movimentos de entrada (imigração) e saída (emigração) permanente de Portugal, e saldo migratório, entre 2004 e 2021



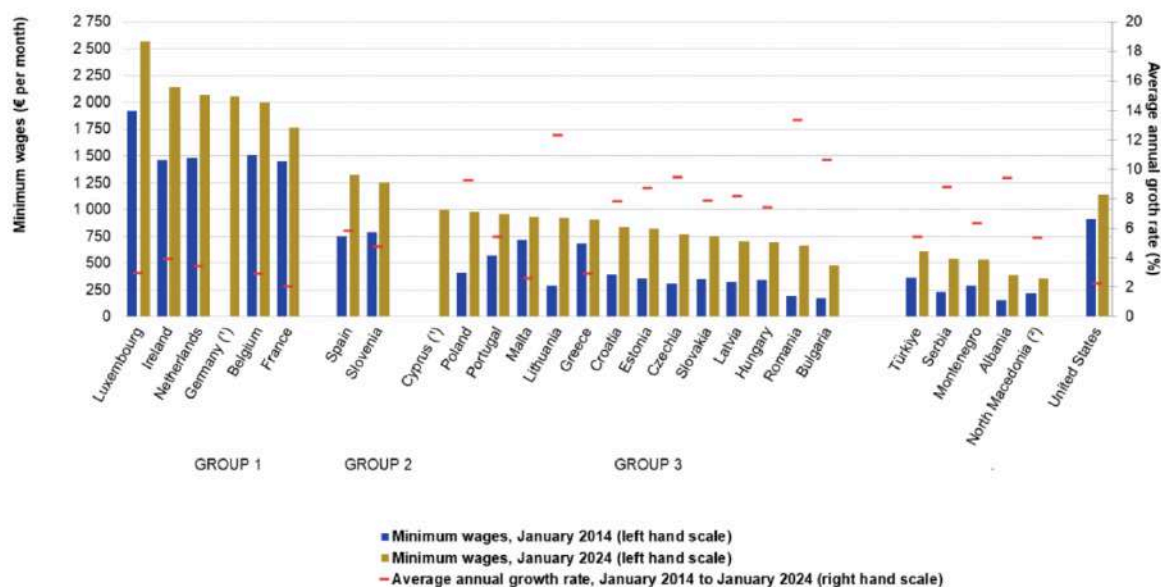
Fonte: Atualização a partir da sistematização e gráfico de C.R. Oliveira (2022), *Indicadores de Integração de Imigrantes 2022. Relatório Estatístico Anual*, Coleção Imigração em Números OM, p. 32, a partir de Indicadores Demográficos e Estimativas Anuais da Imigração e Estimativas Anuais da Emigração, INE.

2 Movimentos e saldo migratório de Portugal. Fonte: Oliveira, 2023b.

Portugal tem hoje inúmeros programas de incentivo e benefícios para a permanência de estrangeiros no país, promovendo verdadeiras campanhas e facilitando a entrada se comparado a outros países europeus. Dentre as formas legais para que estrangeiros permaneçam no país, estão o Estatuto de Residente não Habitual, vistos para aposentados ou pessoas brasileiras com rendimentos que possibilitem sua residência em Portugal, vistos para trabalhadores que exerçam atividade altamente qualificada, entre outros. Nesse cenário, há inclusive incentivos para o retorno de portugueses emigrados ao país.

Para a configuração dessa realidade tanto de imigrantes quanto de emigrantes, um fator a considerar é a relação entre o valor do salário mínimo português, atualmente de 820 €, e o valor do custo de vida no país, relativamente baixo quando comparado a alguns países da Europa. Quando o comparamos com países próximos e vizinhos, como França e Espanha, países de população imigrante significativa em Portugal, vemos a diferença de valor, conforme a **Figura 3** a seguir.

Minimum wages, January 2024 and January 2014
(levels, in € per month and average annual growth, in %)



Note: Denmark, Italy, Austria, Finland and Sweden have no national minimum wage.
 (*) January 2014 and average annual rate of change not available.
 (**) Minimum wage in force on 1 July 2021
 Source: Eurostat (online data code: earn_mw_cur)



3 Salários mínimos na UE. Fonte: Eurostat / European Commission.

De acordo com conteúdo do site Nomad Global, que oferece serviços a nômades digitais brasileiros em suas questões financeiras, a estimativa de custo de vida em Portugal indica que o salário ideal para viver no país seria de 1800€, sendo o de Lisboa especificamente de 2000 €, encontrando-se apartamentos de um quarto para aluguel no centro da cidade na média de € 1.229,17, valor que vem aumentando, com a crescente inflação do mercado imobiliário (Nomad 2024).

Há, assim, dentro desse panorama de fluxos migratórios, um movimento de pessoas de países mais ricos que residem em Portugal recebendo o salário de seus países (ou de segmentos específicos do mercado de trabalho) de origem, colocando em prática o que tem se chamado de "geoarbitragem": o termo, criado por Timothy Ferriss, aponta para a otimização das diferenças de custo de vida entre diversas áreas geográficas (continentes, países ou regiões) para benefício pessoal e/ou empresarial.

Assim, os chamados "nômades digitais" de diferentes países, que têm Portugal como um destino de interesse, vêm transformando a realidade imobiliária de Lisboa e, assim como em muitos lugares do mundo, vêm "expulsando" moradores de suas cidades. Dentre as

características mais valorizadas de um país para a imigração temporária de nômades digitais, estariam, de acordo com o site Nomad List, sobretudo os benefícios fiscais que oferece para estrangeiros (em especial o residente não habitual - RNH), o baixo custo de vida (comparado à realidade financeira cambial de outros países), e a inexistência de taxas sobre a riqueza.

De acordo com dados do INE, nos últimos seis anos, o Índice de Preços da Habitação disparou mais de 80%, sobretudo nas áreas metropolitanas de Lisboa, do Porto e do Algarve. Em artigo do jornal Público sobre a expulsão de pessoas da cidade em razão dos nômades digitais, *"um apartamento de um quarto nestes hotspots de nômadas digitais representa, em média, pelo menos 63% de um salário local — um dos rácios mais altos da Europa."* (Público 2023). Assim, entre 2019 e 2022, 56 mil pessoas deixaram Lisboa e mudaram-se para outro município do país, não por escolha, mas pelo aumento dos preços, enquanto a população de residentes estrangeiros na cidade aumentou (e diminuiu a população residente em várias freguesias da cidade). Tal realidade, no entanto, é apenas de uma parte dos imigrantes em Portugal, que, embora influenciem as possibilidades de viver dignamente na capital Lisboa, por exemplo, criando tensões e novas dinâmicas geográficas, não necessariamente representam o todo da imigração no país.

Refugiados em Portugal

Dentre as inúmeras mudanças demográficas de Portugal, a recolocação de pessoas refugiadas no país é também uma realidade, porém recente, em que se passou do acolhimento de requerentes de asilo espontâneos para a integração de pessoas refugiadas através de programas da Comissão Europeia. Desde 2015, o país teve participação ativa no acolhimento de mais de 2.700 pessoas refugiadas ao abrigo da proteção internacional (Sousa et al. 2021, p. 7).

Conforme dados do Eurostat divulgados na página da Comissão Europeia, em dezembro de 2022, a quantidade de pedidos de asilo na UE era de 88.685 enquanto a quantidade de pedidos pendentes era de 877.785, ou seja, em torno de dez vezes a quantidade de solicitações. Há, nesse contexto, diferenças significativas quando se trata das taxas de reconhecimento em cada país: *"em 2022, a taxa de reconhecimento de cidadãos afegãos em primeira instância (não incluindo o estatuto humanitário) variou entre 27 % na Alemanha e*

100 % em Portugal e na Letónia (entre os Estados-Membros que emitiram, pelo menos, 100 decisões em primeira instância relativas a cidadãos afegãos)" (Comissão Europeia 2024).

Assim como o dado específico sobre o acolhimento de cidadãos afegãos, também o já mencionado Relatório Estatístico do Asilo 2023, do Observatório das Migrações, aponta para um fator que posiciona Portugal como um destino relevante nesse contexto, em comparação com outros países da UE:

"Considerando não o impacto das concessões do estatuto de refugiado de cada Estado-membro para o total de concessões na UE27, mas a importância relativa que as concessões do estatuto de refugiado assumem no total de decisões positivas para requerentes de asilo de cada Estado-membro, verifica-se que os países europeus não distribuem as suas decisões de forma equilibrada. Em 2022, a concessão do estatuto de refugiado teve mais impacto nas decisões positivas a pedidos de proteção internacional proferidas na Croácia (100%), na Grécia (97,3%), na Bélgica (96,1%), na Lituânia (95,1%), na Letónia (91,3%) e em Portugal (91,1%)." (Oliveira 2023a, p 50)

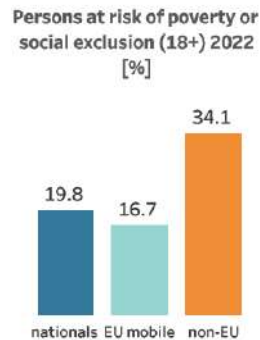
Portanto, ao se comparar a relevância de Portugal na quantidade total de pedidos de proteção internacional a países da UE com a quantidade de reinstalados no país, os números, ainda que pequenos em % no continente, são reveladores de uma receptividade:

"A importância relativa que as reinstalações em Portugal assumem face ao total de reinstalações na Europa é bastante superior à importância relativa que o país assume globalmente nos pedidos de proteção internacional na UE27: embora os pedidos de proteção internacional em Portugal tenham representado apenas, respetivamente, 0,3% do total de pedidos na UE27 em 2019 e 0,2% em 2020; os reinstalados em Portugal representaram 1,7% do total de reinstalados na UE27 em 2019 e 2,4% em 2020." (Oliveira, 2023a, p. 65)

Considerando-se pontos relevantes para, além do acolhimento, a integração no país, vale passar por alguns dados que mapeiam a realidade da permanência de estrangeiros em Portugal. A primeira questão é relativa à habitação. De acordo com o documento Estatísticas de Bolso, em pesquisa de 2021 sobre integração de imigrantes na União Europeia, 61% dos respondentes dos países da UE27 considerou que as dificuldades em encontrar alojamento adequado no local de acolhimento são um importante obstáculo à integração, chegando a 70% quando a pergunta foi realizada especificamente sobre Portugal (Oliveira, 2023b).

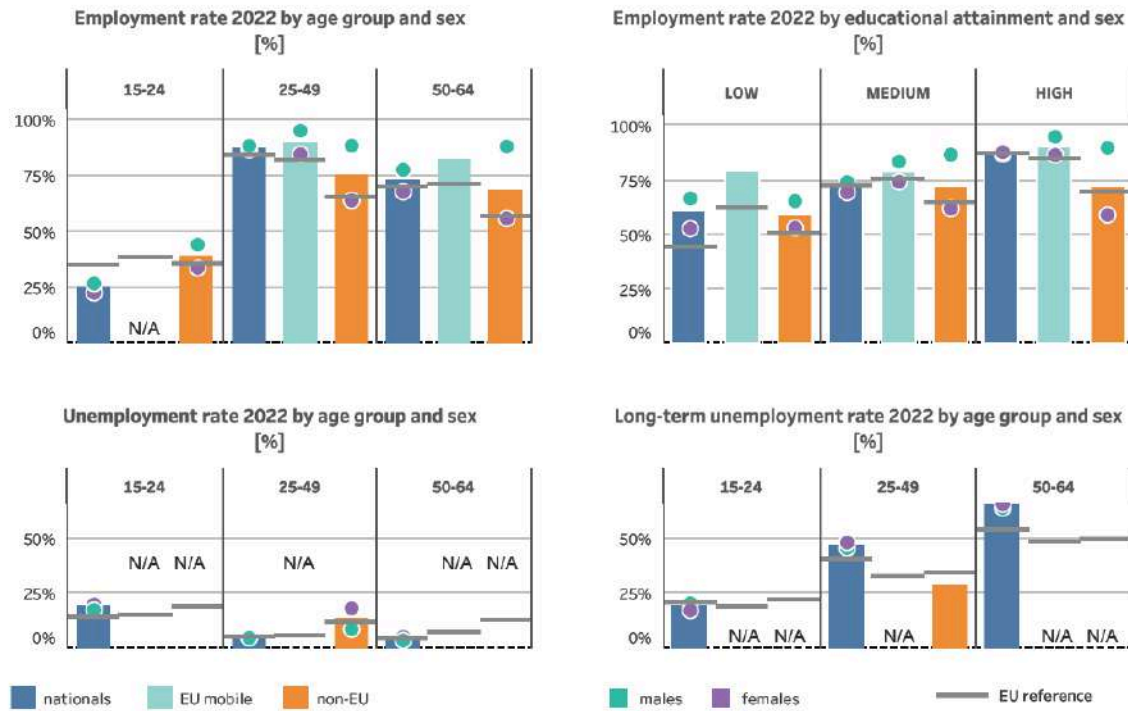
O *Atlas of Migration 2023*, documento publicado pela Comissão Europeia, compara os índices, em Portugal, de inclusão social de pessoas portuguesas, pessoas da UE e pessoas

de fora da UE, os índices de risco de pobreza ou de exclusão social considerando aqueles com idade acima de 18 anos, temos:



4 Pessoas em risco de pobreza ou exclusão social - Portugal. Fonte: Blasco *et al.* 2023.

O mesmo relatório aponta para taxas de emprego e desemprego no país, dividindo entre nacionais, pessoas de outros países da UE, e pessoas de fora da UE, além de fazer os recortes de gênero e idade. Como vemos na **Figura 5** a seguir, a quantidade de pessoas empregadas em idades entre 25 e 49 é maior quando se trata de pessoas de outros países da UE, seguida de pessoas de nacionalidade portuguesa e, em número visivelmente menor, para cidadãos de países de fora da UE. Também no recorte de gênero há uma diferença significativa, os homens com taxas mais altas de emprego, e a diferença se tornando mais discrepante quando se trata de pessoas de fora da UE.



5 Mercado de trabalho de Portugal. Fonte: Blasco et al. 2023.

Quando empregados, dentre os cidadãos de países de terceiros, especialmente daqueles de fora da UE, verifica-se a sobrerrepresentação em setores que podemos categorizar como "trabalhos essenciais", responsáveis pela assistência e atendimento em diferentes espaços cotidianos fundamentais para a manutenção de uma cidade, mas cujos salários são mais baixos.

Sobrerrepresentação, por profissão

Em termos de profissões, os cidadãos de países terceiros estavam **sobrerrepresentados** nos seguintes setores:

Grupo profissional	Emprego dos nacionais de países terceiros	Emprego dos cidadãos da UE
Pessoal de limpeza e auxiliares	11,4 %	2,9 %
Trabalhadores dos serviços pessoais	7,3 %	4,1 %
Trabalhadores de serviços de assistência pessoal	5,5 %	3,0 %
Trabalhadores da construção civil, exceto eletricitas	6,1 %	3,7 %
Trabalhadores das minas, da construção e obras públicas, da indústria transformadora e dos transportes	6,0 %	2,5 %
Assistentes de preparação de alimentos	2,6 %	0,6 %
Trabalhadores da agricultura, da silvicultura e da pesca	2,4 %	0,7 %

6 Sobrerrepresentação por profissão - Portugal. Fonte: Comissão Europeia.

Quanto ao valor das remunerações, há dados que apontam ainda para um desequilíbrio entre trabalhadores portugueses e estrangeiros, estes tendo em 2020, na média, remunerações 6,7% mais baixas que os portugueses, discrepância que já é resultado de uma melhora (era de -9,4% em 2011). Apesar da realidade de haver mais estrangeiros assumindo trabalhos de diferentes naturezas e remunerações, esta não seria a razão para o resultado discrepante:

"Embora se pudesse considerar que as diferenças nas remunerações refletem globalmente a maior associação dos estrangeiros aos grupos profissionais da base e alguma não utilização das qualificações desses trabalhadores no mercado de trabalho português, na realidade, se as remunerações dos trabalhadores estrangeiros forem comparadas com as remunerações do total de trabalhadores para os mesmos grupos profissionais e níveis de qualificação, continuam a verificar-se discrepâncias." (Oliveira, 2023b, p 38)

Em específico sobre a integração de refugiados em Portugal, um estudo realizado com 90 instituições de acolhimento no país foi encomendado pelo Observatório das Migrações e publicado em março de 2021. Por meio de inquérito por questionário e entrevistas em profundidade, foram apontadas várias dificuldades sentidas no processo de integração. O 'acesso ao emprego' foi uma das necessidades que obtiveram maior índice de respostas

apontadas como 'difícil' e 'muito difícil', juntamente com a aprendizagem da língua portuguesa (Sousa et al. 2021, p 74).

Necessidades	Muito difícil	Difícil	Muito difícil-Difícil	Fácil	Muito fácil	Fácil-Muito Fácil
Aprendizagem da língua	41,20%	37,10%	78,30%	17,50%	4,10%	21,60%
Acesso à habitação	7,20%	12,40%	19,60%	44,30%	36,10%	80,40%
Alimentação	2,10%	9,30%	11,40%	61,90%	26,80%	88,70%
Acesso ao emprego	30,90%	47,40%	78,30%	20,60%	1,00%	21,60%
Acesso à saúde	2,10%	10,30%	12,40%	62,90%	24,70%	87,60%
Acesso à educação	9,30%	20,60%	29,90%	45,40%	24,70%	70,10%
Acesso à cultura	8,20%	32,00%	40,20%	51,50%	8,20%	59,70%
Documentação de residência	18,60%	37,10%	55,70%	36,10%	8,20%	44,30%
Documentação de identificação (contribuinte, seg. social)	15,50%	28,90%	44,40%	40,20%	15,50%	55,70%
Outra documentação (equiv. escolares, certificados, curriculum, traduções)	33,00%	43,30%	76,30%	2,10%	26,10%	28,20%

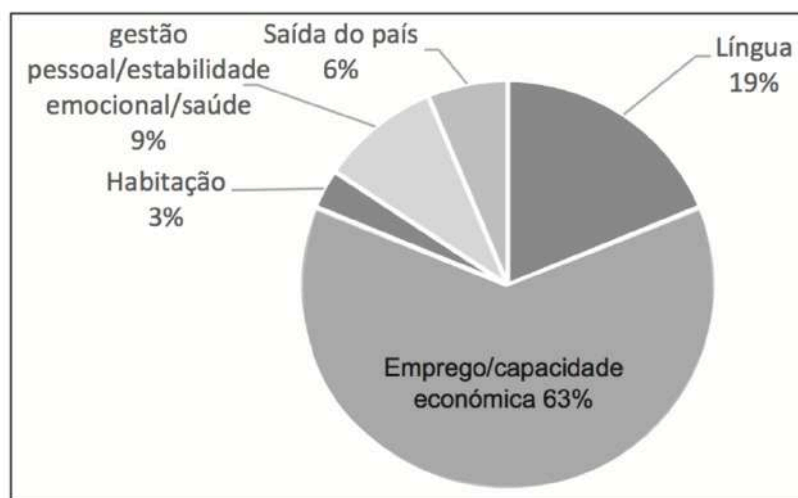
7 Dificuldades sentidas na satisfação de necessidades. Fonte: Sousa et al. 2021, p 74.

Na pesquisa qualitativa realizada pelo estudo, os entrevistados afirmaram que as principais dificuldades relacionadas ao tema 'emprego' estavam em conseguir um trabalho adequado às competências dos refugiados e, depois de conquistado, que estes se mantivessem no trabalho. Dizem os autores:

"Se no primeiro caso poderemos ponderar que estas dificuldades estão associadas ao domínio da língua e ao reconhecimento da formação e competências dos refugiados, no segundo caso são avançadas essencialmente motivações associadas a uma desmoralização dos refugiados face a sua situação ou a diferenças culturais que levam a um incumprimento das tarefas exigidas." (Sousa et al. 2021, p 76)

Em alguns casos, essa condição culminou no abandono precoce dos refugiados no programa de integração. Outro aspecto considerado no estudo foi se os refugiados possuíam condições para viver autonomamente. 59,6%, das instituições que tinham refugiados na fase final do processo de acolhimento responderam que 'não', ou seja, mais da metade dos refugiados que passaram pelo programa de integração não estavam aptos a continuar suas vidas sem depender da ajuda de terceiros, o que demonstra um insucesso nos resultados. Dentre as razões para isso, foi perguntado, nos casos negativos, o que poderia estar dificultando essa autonomia. As respostas obtidas foram inseridas em cinco macro categorias

temáticas, cujo maior destaque foi, novamente, a questão do emprego e a capacidade econômica para assegurar a subsistência, seguida pela dificuldade com a língua portuguesa.



8 Principais dificuldades sentidas para a autonomização dos refugiados. Fonte: Sousa *et al.* 2021, p 83.

Um dos trechos retirados de uma entrevista exemplifica bem esta condição: “*Alguns refugiados, na fase final do processo de acolhimento pela instituição, não estavam ainda a exercer qualquer tipo de atividade profissional e/ou não possuíam rendimentos suficientes para arrendar quarto, pagar alimentação, entre outras*” (Sousa *et al.* 2021, p 83).

O olhar da população portuguesa

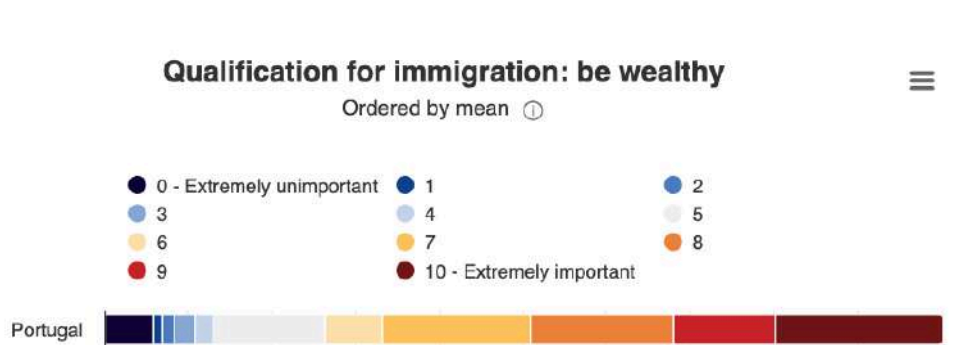
Assim como em inúmeras cidades ao redor do mundo, em Lisboa e também em outras cidades de Portugal temos visto manifestações públicas da população nacional contra a crescente entrada de pessoas de outros países, com a ascensão de grupos nacionalistas expondo frases xenófobas como "Portugal aos portugueses" e "Stop Islão", tudo isso ao mesmo tempo em que outros grupos se organizam para defender o acolhimento e a permanência de estrangeiros no país⁷. Tais tensões reverberam nas decisões políticas e

⁷ Ver "Uma centena de militantes de extrema-direita marcha contra a imigração em Lisboa" e "Manifestações anti-imigração e antifascista a 350 metros de distância no Porto". Disponíveis respectivamente, em: <https://cnnportugal.iol.pt/extrema-direita/neo-nazis/uma-centena-de-militantes-de-extrema-direita-marcha-contr-a-a-imigracao-em-lisboa/20240203/65be90d7d34e65afa2fa6508> e <https://expresso.pt/sociedade/2024-04-03-Manifestacoes-anti-imigracao-e-antifascista-a-350-metros-de-distancia-no-Porto-b59da119>. Acedidos em abril de 2024.

movimentos anti-imigração mostraram recentemente sua força e crescimento nas recentes eleições do país.

Os dados disponíveis na plataforma *European Social Survey* são de extremo interesse para o estudo deste cenário (ESS 2024). Um mapeamento relevante é quando se trata da realidade financeira dos estrangeiros. Perguntados se o país deveria permitir a entrada de pessoas imigrantes de países ricos de fora da Europa, a resposta dos portugueses foi: 10,4% permitir que muitos venham e morem; 32,8% permitir alguns (some); 33,6% permitir poucos (a few) e 23,2% não permitir nenhum (none). Quando a pergunta faz o recorte para países ricos de dentro da Europa, o resultado apresentou alterações pouco significativas: 9,8%; 33,2%; 35,1%; 21,9%. Já quando se tratava da entrada de pessoas de países pobres de fora da Europa, a resposta foi: 5,6% permitir que muitos venham e morem; 32% permitir alguns (some); 40,2% a few e 22,3% nenhum. Por fim, em se tratando de países pobres de dentro da Europa, os números variam um pouco, para: 6%; 33,1%, 40,2% e 20,8%.

Podemos ver que há, portanto, uma parcela de entre 22 e 23% da população que discorda com a entrada de estrangeiros seja ela de que origem for. Também fica evidente a preferência da população por imigrantes de melhor situação financeira, evidenciando o fator trazido pela filósofa espanhola Cortina, de "aporofobia" quando se trata da receptividade a estrangeiros. Ela é confirmada ainda em outra pergunta realizada pela ESS, sobre características que tornariam determinados imigrantes mais ou menos qualificados para a entrada e permanência em Portugal. Sobre a qualificação "ser rico", vale olhar para os dados da **Figura 9** a seguir:



9 Qualificação para a imigração: ser rico. Fonte: ESS 2024.

A pesquisa do ESS também traz inúmeras afirmações com as quais os respondentes podem discordar ou concordar em maior ou menor nível. O quadro a seguir, na **Figura 10**, foi

elaborado a partir daquelas que trazem declarações de caráter mais geral sobre a presença de imigrantes no país, incluindo o fator religião. Destacamos em rosa dados que consideramos mais relevantes para a discussão.

	Concordo fortemente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo fortemente
Os países mais ricos têm a responsabilidade de aceitar pessoas dos países mais pobres	28	45,3	15,1	9,6	2,1
Se um país quiser reduzir as tensões, deve parar a imigração	9,8	38,3	26,4	18,9	6,4
É melhor para um país se houver uma variedade de religiões diferentes	2,2	17,8	28,2	35,9	15,9
Portugal tem mais do que o seu quinhão de pessoas que solicitam o estatuto de refugiado	11,8	44,9	26,9	12,4	4

10 Percepções da população portuguesa em relação à imigração. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados de European Social Survey (ESS).

Dentre os dados reunidos no quadro acima, chamam atenção algumas percepções. A principal delas, considerando o que acabamos de ver neste capítulo, é a majoritária opinião de que se trata, sim, de responsabilidade dos países mais ricos aceitar a entrada de pessoas de países mais pobres, opinião que, como vimos, não encontra ressonância na disposição a acolher essas pessoas. Os dados também mostram que os portugueses reconhecem a imigração como fator de tensão no país, o que reforça o cenário de manifestações contra e a favor da imigração e a crescente opção por representantes políticos que problematizam a entrada de estrangeiros no país. Por fim, temos também a presença de religiões diferentes sendo vista como um fator problemático, e a forte percepção de que Portugal já recebeu mais refugiados do que caberia ao país.

Quando o tema é emprego, outras afirmações são trazidas, a que portugueses responderam conforme o quadro a seguir:

	Concordo fortemente	Concordo	Nem concordo nem discordo	Discordo	Discordo fortemente

Os salários e vencimentos médios são geralmente reduzidos pelas pessoas que vêm viver e trabalhar aqui	14,7%	41,9%	14	23,1	6,3
As pessoas que vêm viver e trabalhar aqui geralmente prejudicam mais as perspectivas económicas dos pobres do que as dos ricos.	16,9	48,1	15,2	15,7	4
As pessoas que vêm viver e trabalhar aqui ajudam a preencher empregos onde há escassez de trabalhadores	13,4	52,5	17,1	12,5	4,5
Se as pessoas que vieram viver e trabalhar aqui ficarem desempregadas por um longo período, deveriam ser obrigadas a sair	13,6	44,8	22,2	14,5	5
Enquanto os seus pedidos de estatuto de refugiado estão a ser considerados, as pessoas devem ser autorizadas a trabalhar em Portugal	5,2	44,8	28,9	15,8	5,3

11 Percepções da população portuguesa - emprego. Fonte: elaborado pela autora a partir dos dados de European Social Survey (ESS).

As respostas apontam para uma percepção da maioria de que a presença estrangeira por um lado prejudica os trabalhadores locais, uma vez que valores de salários se tornam inferiores, afetando especialmente a realidade de pessoas pobres do país, enquanto também contribui ao preencher atividades para as quais não há trabalhadores disponíveis no país. Tais dados se complementam com a informação da **Figura 12** a seguir, que nos mostra que na percepção da maioria dos portugueses imigrantes tiram mais trabalho dos locais do que criam oportunidades de trabalho.

Immigrants take jobs away in country or create new jobs

Ordered by mean ①





12 Opinião da população portuguesa – imigrantes e vagas de trabalho. Fonte: European Social Survey.

Quanto à permanência no país de pessoas em situação de desemprego, também a população demonstra não desejar esta realidade, sobretudo concordando com a afirmação de que deveriam sair do país depois de demasiado tempo sem atividade. Já sobre pessoas em espera do processo de pedido de refúgio percebemos uma resposta solidária de quase 50% da população, que acredita que estes deveriam poder trabalhar no país enquanto aguardam o resultado.

Por fim, se pensarmos ainda na questão de integração em seu caráter psicológico pessoal, no sentimento de acolhimento e pertencimento, assim como para o desenvolvimento, nas pessoas portuguesas, de sentimento de empatia e alteridade para com imigrantes e refugiados, é interessante olhar para outro dado fornecido pela ESS, a saber, sobre amizades: quando perguntados se têm imigrantes entre seus amigos, 58,9% dos portugueses responderam não ter um único amigo que tenha vindo de outro país, enquanto 31,8% responderam ter alguns poucos, e apenas 9,3% responderam ter vários amigos estrangeiros. É bastante provável que, tais dados sendo diferentes, as respostas diante de muitas das afirmações anteriores, presentes no quadro, seriam um tanto diferentes também.

Integração em Portugal: Lisboa

Em Lisboa, assim como em alguns dos outros municípios portugueses que mais acolheram pessoas durante este processo (Lisboa acolheu 19,9%), foram criados programas e planos próprios de integração, que buscam instituir um conjunto de mecanismos de trabalho e de organização que possibilitasse o desenvolvimento do acolhimento. Refugiados, no entanto, passaram a ser mencionados apenas mais recentemente, nos planos municipais para 2018 a 2020. Segundo Costa e Sousa, isso se deu "*em resultado da visibilidade mediática que os refugiados tiveram durante o processo de recolocação, associado ao aumento das pessoas recebidas*" (2021, p 44), dando visibilidade para a questão da permanência de refugiados em Portugal.

O Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa (2015/2017) continha várias referências a refugiados e afirmava que apesar de se tratar de um grupo relativamente pequeno, suas vulnerabilidades específicas o tornavam digno de especial atenção, especialmente em Lisboa, onde estava em maior presença. Com isso, estabeleceu-se os seguintes objetivos de intervenção para sua integração:

"[...] o apoio ao acolhimento de refugiados; o apoio ao acesso a habitação, através da criação de residências temporárias de acolhimento e integração de refugiados (quatro fogos)" (CML, s/d, p. 95)

"[...] a promoção de visitas pedagógicas e culturais a equipamentos municipais, tendo em vista a promoção do diálogo intercultural (três visitas/ano)" (CML, s/da, p. 98)

"[...] acesso a formação prática em contexto de trabalho ou estágio (três refugiados/imigrantes por ano)" (CML, s/da, p.100).

De acordo com Costa e Sousa, uma mudança observada no tratamento do tema de refugiados no plano de Lisboa para o período seguinte, de 2018 a 2020, foi a dimensão habitacional, sinalizada em uma medida, no eixo Acolhimento e Direitos. A medida visava a disponibilização de centros de acolhimento ou habitação autónoma temporária para pessoas refugiadas ou migrantes em situação de vulnerabilidade social, pretendendo-se abranger um total de 75 pessoas por ano.

O problema de habitação, relatam Costa e Sousa, foi identificado num workshop participativo, *"no qual se assinalou que as pessoas refugiadas não têm recursos para arrendar uma casa e que os centros de acolhimento estão lotados, pelo que foi proposta a criação de bolsas de habitação"* (2021, p 45). Já no que diz respeito às dificuldades laborais, ficou estabelecido que a Câmara Municipal deveria priorizar a contratação pública de entidades prestadoras de serviços compostas maioritariamente por pessoas migrantes e/ou refugiadas.

Dentre os problemas dos planos de acolhimento, Costa e Sousa sinalizam que são, de um modo geral, focados na implementação de políticas de ação concreta, micropolíticas de acolhimento e integração, desconsiderando objetivos de longo prazo. Para Costa e Sousa:

"Há assim, e independentemente dos planos adotados, a necessidade dos municípios compreenderem a condição especial em que estão os refugiados, os motivos que estão

na origem da sua condição e a necessidade de encontrar respostas adaptadas à sua situação. Este processo implica não só uma postura humanitária, mas também a compreensão de que estes são fenómenos de longa duração, complexos, que supõem o envolvimento e a parceria com a sociedade civil e devem ter em consideração a especificidade de cada pessoa." (2021, p 47)

Em entrevista ao jornal Expresso em julho de 2023, Catarina Reis Oliveira, coordenadora do Relatório Estatístico do Asilo 2023, relativo ao ano de 2022, afirmou: *"Globalmente, a maioria das pessoas beneficiárias do programa de acolhimento conclui o [período de] 'phasing out' sem ter emprego e sem mostrar motivação para efetuar procura ativa de emprego"* (Expresso 2023). O relatório aponta que 78,5% das 288 pessoas que concluíram o processo de acolhimento em 2022 foram encaminhadas para apoios sociais, o que significa que menos de 15% foram consideradas autónomas para seguir a viver em Portugal.

Sobre a questão laboral no Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR Lx), diz Miguel Graça:

"Uma outra preocupação deste programa municipal, consiste no apoio ao acesso ao mercado de trabalho, procurando-se também nesta primeira fase perceber o perfil vocacional dos utentes, dar a conhecer o panorama do mercado de trabalho em Portugal e iniciar a procura ativa de emprego, sendo os requerentes de asilo encaminhados para os gabinetes de emprego dos vários parceiros do PMAR Lx, com vista à definição de perfil e construção de curriculum vitae. Igualmente, o reconhecimento e a validação de competências já adquiridas no país de origem ou o prosseguimento de estudos constituem-se como áreas de intervenção prioritárias desde a 1ª fase, ainda que apenas previstas para uma 2ª fase do PMAR Lx, que se descreverão em seguida." (Graça 2018, p 53).

Para Costa e Sousa, um fator curioso do plano é que, ao analisar o programa anterior de Acolhimento de Refugiados de Lisboa, referente ao processo europeu de recolocação, tece várias críticas ao modo como decorreu o processo, *"nomeadamente, a falta de respostas das entidades do Estado central, como o tempo de resposta do SEF, a demora na assinatura dos protocolos com as entidades de acolhimento ou a falta de vagas no acesso a creches e jardins de infância"* (2021, p 45), falhas para as quais, no entanto, segundo os autores, não foram apresentadas propostas de soluções.

Ucrânia: um caso à parte

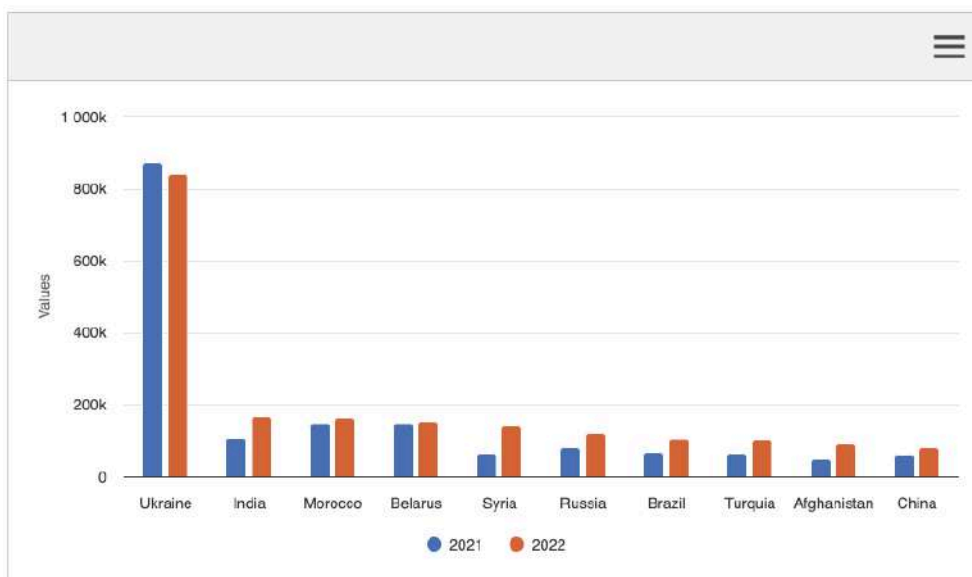
De acordo com o site da Comissão Europeia, no final de 2021, menos de 10% do total dos refugiados do mundo e apenas uma pequena parte das pessoas deslocadas internamente viviam na UE. No final de 2022, na sequência da guerra na Ucrânia, a realidade em números dobrou, a percentagem de refugiados que passou a viver na UE aumentou para mais de 20% e a Europa recebeu o maior número de pessoas que fogem da guerra desde a Segunda Guerra Mundial.

A página da Comissão Europeia dedicada especificamente ao acolhimento de refugiados ucranianos informa que entre fevereiro de 2022 e março de 2024, foram mais de 4.2 milhões de registros de proteção temporária na UE+ e 47 mil pedidos de asilo de ucranianos na UE+. De acordo com texto da página:

"[...] a UE respondeu rapidamente e mostrou solidariedade em ação, ajudando as pessoas necessitadas. Isto incluiu ajuda humanitária direta, assistência de emergência da proteção civil, apoio na fronteira, bem como a concessão de proteção às pessoas que fogem da guerra e entram na UE. [...] Pela primeira vez na sua história, a União Europeia ativou a Diretiva de Proteção Temporária que estabelece as regras jurídicas para ajudar a gerir a chegada em massa de pessoas." (EC 2024, tradução livre).

O Relatório de 2023 do Observatório das Migrações informa que em dezembro de 2022 a quase totalidade, a saber, 98% de mais de 3,8 milhões de pessoas titulares de proteção temporária na UE27, eram de nacionais da Ucrânia (3,76 milhões de pessoas) (Oliveira 2023a). Assim, vemos também no gráfico a seguir, da Comissão Europeia a alta quantidade de autorizações de residência para ucranianos na UE em sua comparação com outras nacionalidades:

Dez principais nacionalidades das primeiras autorizações de residência emitidas nos Estados-Membros da UE em 2022



13 Autorizações de residência emitidas UE 2022. Fonte: Site Comissão Europeia.

Em Portugal, esta realidade também se confirma, como vemos nos números do quadro a seguir:

Quadro 1.18. Pedidos de proteção temporária concedidos em Portugal, por nacionalidade, em 2022

Nacionalidade	Masculino	Feminino	Menores de 18 anos	Total	% pelo total
República Ucrânia	33,8	66,2	30,6	44.524	78,7
Nigéria	68,2	31,8	1,1	3.843	6,8
Marrocos	69,3	30,7	0,0	2.065	3,6
Índia	78,0	22,0	1,2	899	1,6
Argélia	86,2	13,8	0,0	777	1,4
Paquistão	90,6	9,4	0,9	682	1,2
Rússia, Federação	49,1	50,9	19,2	646	1,1
Gana	67,3	32,7	0,2	562	1,0
República Bielorrússia	50,5	49,5	15,1	483	0,9
Camarões	79,2	20,8	0,0	216	0,4
Nepal	78,8	21,2	1,2	165	0,3
Bangladesh	94,6	5,4	0,7	147	0,3
Angola	59,5	40,5	0,0	131	0,2
Rep. Democ. Congo	64,8	35,2	0,0	122	0,2
Egipto	81,2	18,8	4,3	117	0,2
Total	41,5	58,5	24,7	56.599	100

Fonte: Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (sistematização e gráficos da autora).

14 Pedidos de proteção temporária em Portugal 2022.

Também a insistente e diferenciada cobertura midiática em relação à situação de ucranianos tem seu papel na aura de solidariedade e empatia criada globalmente, mas

especialmente nos países de acolhimento. De acordo com Ruiz e Molina, o tratamento diferenciado e historicamente singular que ucranianos vêm recebendo em todo os países da União Europeia talvez seja um indício do que poderia e deveria ser, no futuro, uma cidadania aberta para todos. Sobre o percurso facilitado em todas as etapas da integração, e a concessão de forma automática de todos os direitos de cidadania europeia aos refugiados ucranianos, por um período de 3 meses prorrogável até 3 anos, dizem os autores:

"Com esse reconhecimento de cidadania estendida, os refugiados ucranianos poderão matricular imediatamente seus filhos nas escolas, ter acesso ao sistema público de saúde, ter direito a ajudas sociais, conseguir trabalho ou moradia, etc. Surge uma questão inevitável: por que os refugiados ucranianos têm esse direito automático de cidadania estendida, enquanto os refugiados africanos, sírios, iraquianos são barrados nos muros das fronteiras? Esta é uma questão que não tem uma resposta simples, mas a qual é possível iluminar com vários fatos históricos." (Ruiz e Molina 2022, p 18).

Para eles, um aspecto dessa decisão diz respeito à utilização política destes refugiados contra a Rússia, tornando-se "uma arma política da UE para alimentar uma opinião pública hostil contra a Rússia" e também uma opinião favorável à UE para ucranianos: *"na sua volta estes cidadãos que se sentiram europeus terão criado uma experiência positiva de Europa, que a curto prazo será muito importante para conseguir que Ucrânia saia da influência da Rússia e se desloque para um sentimento europeísta contrário a suas origens eslavas e russas". (Ruiz e Molina 2022, p 19)* Apesar das questões políticas e históricas envolvidas nesta decisão, de acordo com os autores, esta decisão política *"pode e deverá ser utilizada como referente para que no futuro o estatuto dos outros refugiados também deva ser revisado em direção do reconhecimento de uma cidadania mais plena." (p 19).*

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

A abordagem qualitativa e as fases da pesquisa

A metodologia e o plano de investigação propostos no presente trabalho assumem como abordagem a pesquisa qualitativa. Segundo Creswell (2003, p 186), a pesquisa qualitativa é caracterizada pelos seguintes aspectos:

- Cenário natural, ou seja, a pesquisa é realizada *in loco*;
- Pesquisador como instrumento-chave, onde os próprios pesquisadores coletam as informações;
- Múltiplas fontes de dados para buscar a mesma informação;
- Análise de dados prioritariamente de forma indutiva;
- Foco nos significados do problema ou questão sob o ponto de vista dos participantes;
- O processo de pesquisa é emergente, por isso o plano de pesquisa deve ser flexível;
- Reflexividade, onde o pesquisador reflete sobre como seu papel e sua formação pessoal, cultura e experiências têm potencial para moldar suas interpretações e a direção do estudo;
- Relato holístico, relatando múltiplas perspectivas, identificando os muitos fatores envolvidos em uma situação e, geralmente, esboçando o quadro maior que emerge.

Para a pesquisa qualitativa aqui proposta, foi utilizada, para a coleta de dados, uma estratégia metodológica que combinou a aplicação de técnicas da pesquisa etnográfica, a saber, observação participante e entrevistas semiestruturadas em profundidade.

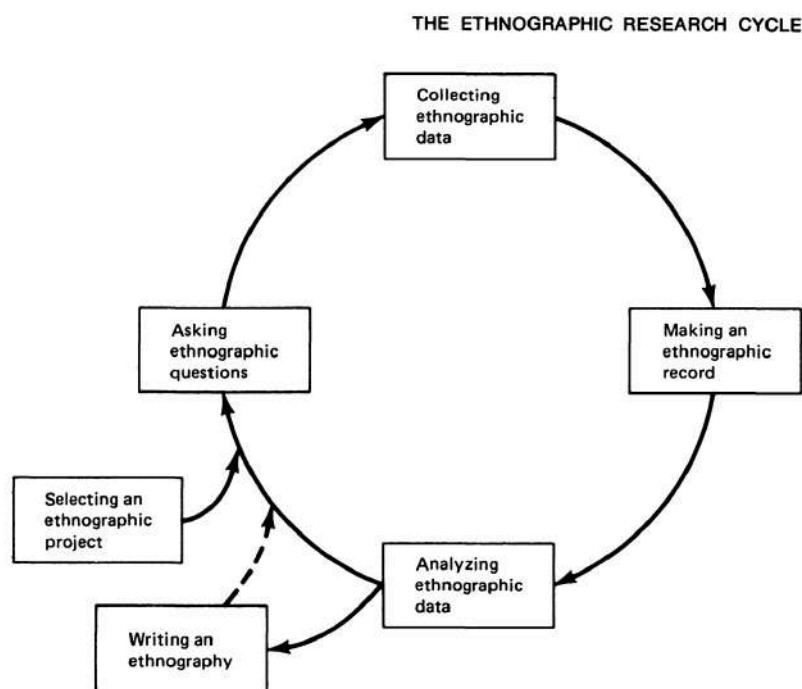
Sobre as técnicas de pesquisa escolhidas, a entrevista semiestruturada ou em profundidade, segundo Bernard (2006, p 210), é uma atividade programada. O autor lembra que o conceito de entrevista é abrangente, incluindo *"desde interações totalmente não estruturadas, passando por situações semiestruturadas, até interações altamente formais com os entrevistados. Entrevistas são feitas por telefone, pessoalmente, por correios – até mesmo por computador."* (p 210, tradução livre) No caso da entrevista semiestruturada, ela é aberta, mas segue um roteiro geral e cobre uma lista de tópicos. De acordo com Bernard, para situações em que o pesquisador não terá mais de uma chance de entrevistar alguém, entrevistas semiestruturadas seriam as melhores, por assegurar a lista de perguntas e tópicos

que precisam ser abordados. Em determinados contextos, também é ela que mostrará para entrevistados o preparo do pesquisador.

O autor complementa ainda que guias formais e escritos são uma necessidade absoluta se a coleta de dados for feita por diversos pesquisadores, mas, mesmo que seja apenas um investigador, criar um guia e segui-lo é essencial se o objetivo for obter dados qualitativos confiáveis e comparáveis (Bernard 2006, p 216). A gravação das entrevistas, além das anotações do entrevistador, também é considerada pelo autor um recurso importante como memória e garantia dos dados. Não apenas contribuem na investigação e análise da pesquisa para a qual são realizadas as interações, mas, segundo ele, *"as entrevistas gravadas são um arquivo permanente de informações primárias que pode ser repassado a outros pesquisadores."* (p 228).

Sobre a observação participante, Bernard afirma se tratar de um método tanto humanístico quanto científico, constituindo a base da antropologia cultural. Segundo o autor, esta técnica *"envolve aproximar-se das pessoas e fazer com que elas se sintam confortáveis o suficiente com a sua presença para que você possa observar e registrar informações sobre suas vidas."* (2006, p. 342). De acordo com Spradley (1980, p 33), a observação participante permite observar as atividades das pessoas, as características físicas da situação social e como é fazer parte da cena. Spradley chama atenção para o fato de que, no decorrer do trabalho de campo, independente do objeto de estudo, os tipos de observação mudarão. Inicia-se por observações descritivas amplas, a fim de obter uma visão geral da situação social e o que acontece lá. Depois de registrar e analisar os dados iniciais, deve-se restringir a pesquisa e começar a fazer observações focadas. Finalmente, após mais análises e observações repetidas no campo, a investigação poderá se tornar ainda mais restrita com observações seletivas.

Spradley (1980, p. 28) acredita que a etnografia raramente se encaixa em um modelo linear; em vez disso, as principais tarefas seguem um tipo de padrão cíclico, repetido várias vezes, que pode ser observado na **Figura 15** a seguir.



15 O ciclo da pesquisa etnográfica. Fonte: Spradley (1980, p. 29).

A compreensão de Spradley sobre a não-linearidade de um estudo etnográfico se mostrou particularmente importante para esta pesquisa, que se deu por repetidos ciclos e algumas mudanças de percurso, em que as diferentes fases se complementaram de modo a proporcionar reajustes e mesmo reconfigurar o escopo e os próprios instrumentos de pesquisa. Isto considerado, o plano da investigação foi composto por quatro fases centrais, sendo elas 1) preparação para a pesquisa; 2) coleta de dados; 3) análise e 4) tese.

Na fase de preparação para a pesquisa, após a apresentação de um projeto inicial, tratou-se de realizar possíveis melhorias na proposta de acordo com as recomendações e instruções recebidas pelo orientador da dissertação de mestrado. Definiu-se a estratégia de pesquisa e que a coleta de dados realizada para esta investigação se daria por meio da aplicação das duas técnicas de pesquisa etnográfica acima mencionadas, a saber, observação participante e entrevistas semiestruturadas em profundidade. A preparação foi o momento de criação dos instrumentos para a coleta de dados, como questionários para a condução das entrevistas e roteiros para a observação participante. Durante esta fase, foram realizados o mapeamento e a abordagem e contato inicial com instituições de acolhimento a refugiados na cidade de Lisboa. Tal ação, além de influenciar a definição de um novo recorte, por conta de sua dificuldade, manteve-se presente nas fases seguintes da pesquisa, confirmando a natureza não-linear defendida por Spradley. Como se verá no relato do percurso de campo, cabe dizer

que, embora seja fundamental a criação de parâmetros e instrumentos desde o início para a ida a campo, a fase de "preparação" se mantém em constante reajuste e negociação com a realidade, reconfigurando os contornos da pesquisa.

A fase de coleta de dados, configurando o trabalho de campo da pesquisa, foi inicialmente estimada como tendo a duração de 4 meses. Sobre este prazo, o projeto inicial previa-se: "Este prazo pode variar de acordo com a qualidade dos dados coletados e também com a necessidade da realização de mais ciclos de pesquisa, a fim de que se chegue nos resultados propostos." De fato, tratou-se de uma duração estendida no tempo, a fim de garantir a qualidade dos dados mesmo diante das dificuldades de acesso às participantes, não consideradas inicialmente.

Para as entrevistas em profundidade semiestruturadas, foram elaborados roteiros distintos, considerando-se os dois perfis de pessoas entrevistadas. O primeiro, foco central desta pesquisa, sendo o de mulheres refugiadas de qualquer origem e que sejam atualmente habitantes de Lisboa, que se encontram, ou que recentemente estiveram, em busca de emprego aqui, em seu país de acolhimento. Em alguns casos, como veremos, trata-se de mulheres acolhidas por instituições de apoio a refugiados em Lisboa. O segundo tipo de participantes entrevistados, também compreendido como parte do foco da pesquisa, inclui alguns atores-chave neste contexto, a saber, representantes de ONGs, iniciativas e outras instituições e centros de acolhimento de refugiados atuantes no município de Lisboa.

A observação participante foi realizada em dois momentos distintos, em eventos realizados por organizações com vistas à orientação, integração, empoderamento e inclusão no mercado de trabalho para migrantes, refugiados e refugiadas na cidade de Lisboa. O primeiro deles se deu em maio de 2023 no evento "Todos Aqui - Vsi Tut", da Associação de Ucrânianos em Portugal, e o segundo momento de observação participante ocorreu em agosto de 2023, durante um módulo educativo do programa de capacitação Momentum, do Impact Hub. Foi a partir destes eventos que se tornou possível a aproximação e a realização de algumas das entrevistas em profundidade com refugiadas, algumas sendo realizadas no próprio espaço do evento, em sala disponibilizada para este fim, outras acontecendo posteriormente, através de contato e agendamento. Cada um destes eventos, assim como os percursos das entrevistas semiestruturadas, serão apresentados e detalhados em breve, no intuito de possibilitar uma melhor compreensão destes espaços e também das especificidades do campo.

Como materiais de apoio na coleta, foram utilizados o gravador de voz do telemóvel e também a captação de imagens, tais como fotos e vídeos, para auxiliar na posterior análise dos dados.

Quantos às técnicas de pesquisa, vale mencionar que inicialmente também havia sido cogitada a utilização de outra técnica etnográfica, de *photovoice*, que consiste na coleta de dados, feita por meio de fotografias, realizada pelo próprio objeto de estudo, ou seja, sem a interferência do pesquisador. Esta técnica, além de diminuir o viés da recolha, é especialmente interessante porque empodera os seus participantes, visto que são eles que escolhem o que fotografar e quando, permitindo ao investigador acessar a perspectiva das pessoas (Wang e Burris 1997, p 371). Apesar do desejo inicial de aplicar *photovoice* junto a refugiadas à procura de emprego, por considerar seu potencial empoderador e trazer outra perspectiva, enriquecendo o material coletado, diante das dificuldades encontradas em campo, as trocas com as refugiadas acabaram centrando-se nas entrevistas em profundidade.

Como etapa seguinte à coleta de dados, primeiramente foi realizado o processamento destes, sendo os dados organizados em anotações e com a transcrição de alguns trechos, para facilitar a posterior tarefa de análise e síntese das informações.

O método visual de distribuição dos dados contou ainda com o recurso da plataforma *Miro* (<https://miro.com/pt/>), que oferece ferramentas de comunicação visual para dispor dados e informações comumente utilizada em gestão de projetos. Para a transcrição das entrevistas, foi utilizada a ferramenta *Tactiq*, porém o resultado não foi satisfatório, talvez em razão de o idioma ser falado com o sotaque de diversas nacionalidades de outras línguas maternas, e por se tratar de uma ferramenta não preparada para essas diferenças.

Por fim, a análise e síntese das informações foi realizada a partir do estudo das informações coletadas, tarefa na qual buscou-se chegar, indutivamente, às conclusões da pesquisa. Esta fase foi realizada em diálogo constante com a pesquisa e elaboração da pesquisa bibliográfica e do próprio texto de tese, que envolveu, além de materiais de teor histórico-conceitual, também a compilação de diversos documentos oficiais referentes ao refúgio, pesquisas e relatórios atualizados da situação global e nacional. A análise, por vezes, ocorreu simultaneamente à busca e coleta de novos dados e entrevistas, inclusive com reelaboração de roteiros, ampliando a relação de perguntas, uma vez percebidas lacunas do projeto inicial.

Delimitação da pesquisa

Considerando-se o que vimos ao longo do Capítulo 2, sobre a importância da realidade de refugiados no contexto global e o papel fundamental do emprego no processo de integração nos países de acolhimento, o projeto original desta investigação previu como foco de pesquisa: refugiados de diferentes nacionalidades, de ambos os sexos, em idade laboral, chegados a Portugal entre um e dois anos e meio antes do início da pesquisa. Também foi considerado como recorte, inicialmente, ter formação profissional equivalente ao ensino médio ou superior.

Por entender que se trata sobretudo dos desafios no processo de acolhimento e integração e que este acontece marcado por diversidades, incluindo fatores como visibilidade midiática, barreira (ou não) do idioma, preconceito religioso, aporofobia, a pesquisa abrangeu desde o início refugiados de diferentes países de origem, e tal abrangência foi mantida, assegurando uma variedade de experiências.

Quanto ao tempo de permanência no país desde a chegada, tal critério foi utilizado considerando-se a divisão de Stein (1981) sobre as etapas de adaptação de refugiados nos locais de acolhimento. O autor divide a adaptação em quatro fases: a primeira se refere aos primeiros meses da chegada, onde os refugiados se deparam com a realidade da sua perda, tal como status ocupacional e social, cultura, identidade e hábitos; a segunda etapa diz respeito aos primeiros e segundos anos, onde os refugiados procuram recuperar suas perdas e reconstruir as suas vidas; após quatro a cinco anos, na fase três, está alcançada a maior parte da sua adaptação; na quarta e última fase, após uma década, uma certa estabilidade é atingida. A divisão em etapas de Stein (1981, p 340) à época contribuiu para a delimitação da pesquisa de campo proposta, onde o recorte da amostra se direcionava para refugiados encontrando-se na segunda etapa do processo de integração.

Dentre as etapas, o projeto original previa que o contato com ONGs e instituições de acolhimento a refugiados em Lisboa apontaria os caminhos para algum afinamento no foco do estudo, como por exemplo "selecionar os participantes de acordo com determinado sexo, idade, tempo de chegada em Portugal, nacionalidade". O afinamento aconteceu de duas formas, a saber, o recorte para a perspectiva de gênero, considerando-se apenas refugiadas

mulheres, e o estreitamento geográfico, que, ao invés de considerar o território inteiro de Portugal, por fim tomou-se como foco habitantes da capital Lisboa, por se tratar do principal destino das mulheres refugiadas, onde há mais iniciativas e centros de apoio ao refúgio, e também com o intuito de ter maior acesso aos dados e a possibilidade de observação participante.

Sobre a escolha do recorte de gênero, vale reiterar muitos dos dados abordados nos capítulos anteriores a este, dados que apontam tanto a relevância das experiências das mulheres refugiadas, por sua especificidade tratando-se de dupla vulnerabilidade, por serem, em todo o processo de refúgio, as que mais sofrem com violações aos direitos humanos, quanto pela quantidade cada vez maior de mulheres refugiadas deslocadas no mundo. De acordo com Almeida (2021):

A questão das mulheres refugiadas tem sido cada vez mais estudada e pensada por diferentes perspectivas. Esta é uma temática importante e complexa, que tem espaço e necessidade de estudo. Um dos principais pontos da importância deste estudo se interliga ao fato de que a complexidade da migração forçada e a diversidade das populações que necessitam se submeter a ela começaram a ser analisadas e entendidas. (p 8)

Apesar do número crescente de pesquisas sobre migração e refúgio com a perspectiva de gênero, tal realidade ainda não se reflete em todas as áreas, existindo lacunas no que diz respeito a mulheres refugiadas no mercado de trabalho. Talvez questões urgentes de violação de direitos humanos, como trabalho escravo, tráfico humano, além dos abusos psicológicos e sexuais, realidade sobre a qual, apesar dos esforços e iniciativas de organizações como a ACNUR, ainda há muito a fazer, sejam de uma urgência tão gritante que acabem não permitindo que a discussão chegue sequer a olhar com atenção para etapas seguintes, como a integração e a dignidade laboral. Assim, se títulos como "Mulheres refugiadas que se deslocam pela Europa estão correndo riscos, afirma a ONU: mulheres e meninas refugiadas e migrantes que se deslocam pela Europa enfrentam graves riscos de violência sexual e de gênero" e "Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo" são frequentes em páginas da ACNUR e a violência, pouco se tem notícias que incluam, conjuntamente, as palavras "mulheres", "refúgio" e "mercado de trabalho".

Por fim, considerando-se o foco em mulheres refugiadas vale lembrar o quanto não se trata de um grupo indiferenciado e homogêneo. Portanto, entender o perfil de cada entrevistada e os atravessamentos que marcam sua trajetória e presença em Portugal também se torna relevante para uma visão aprofundada da experiência feminina.

Diante das especificidades apresentadas ao longo do Capítulo 2 com ênfase no gênero feminino e na realidade de Portugal enquanto país de acolhimento, os objetivos específicos deste estudo foram:

- Compreender os desafios específicos enfrentados pelas mulheres refugiadas em Lisboa no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho;
- Identificar oportunidades para apoiar as mulheres refugiadas na sua recolocação no mercado de trabalho em Lisboa;
- Propor recomendações para melhorar a integração laboral e a inclusão de mulheres refugiadas em Lisboa.

A partir do tema central do estudo, tratou-se, ainda, como subtemas da análise os seguintes tópicos:

- O processo de inserção de refugiados no mercado de trabalho em Portugal.
- Principais desafios de empregabilidade no processo de integração de refugiados em Portugal.
- Boas práticas de integração de refugiados no mercado de trabalho português.
- Oportunidades para as empresas em Portugal realizarem a inclusão de refugiados.

Os caminhos do campo

Uma vez compreendida a pesquisa em suas fases e ciclos, o percurso não linear que possibilita acolher mudanças e ajustes diante da realidade encontrada, segue-se agora um relato dos caminhos da pesquisa de campo. Considerando-se o projeto original já mencionado, no início de 2023, deu-se início a etapa de preparação para a pesquisa. O primeiro momento se deu com a busca de ONGs, instâncias e instituições que tivessem como foco o trabalho com refugiados. Tal pesquisa foi realizada por diferentes caminhos, utilizando recursos de busca virtual como Google, a retomada de nomes registrados em uma primeira aproximação ao tema, realizada anteriormente para o projeto de dissertação, além da troca constante com colegas, amigos e conhecidos em todas as oportunidades possíveis para tornar a lista o mais completa possível, uma vez que se tratava do caminho de acesso para as

entrevistas tanto com agentes envolvidos em processos de acolhimento quanto com refugiados.

Uma vez elencadas as entidades e seus endereços de e-mail, redigi e enviei para todas, entre fevereiro e março de 2023, um correio eletrônico com o título "Pesquisa sobre inserção dos refugiados no mercado de trabalho" (e seu correspondente em inglês para as instituições internacionais, cuja comunicação se dava principalmente neste idioma) verificando sua disponibilidade para conversar e dessa forma contribuir na produção de dados da pesquisa. Na mensagem, informava que estava a fazer um mestrado em Antropologia na Universidade NOVA de Lisboa, delimitando meu tema de pesquisa como: "Os desafios dos refugiados para inserção no mercado de trabalho em Portugal". Deixei aberta a possibilidade de realizar conversa por meio de videoconferência ou pessoalmente, conforme a preferência e conveniência de cada um.

A partir desses contatos iniciais, tive um único retorno, da ONG MEERU, do Porto, com que foi possível realizar conversa. Para as outras, enviei mensagem de follow-up depois de uma semana sem resposta, o que não resultou em novos retornos. Algumas poucas respostas me levaram a agendamentos que foram cancelados ou a conversas que, ao chegar no ponto de agendamento, não tinham continuidade. A realidade de dificuldade de comunicação e de indisponibilidade ou pouca disponibilidade da parte das equipes dessas instituições foi uma constante e se confirmou como sendo comum na dinâmica intensa do cotidiano lidando com o acolhimento e a resolução de problemas burocráticos, auxílio a situações de vulnerabilidade e outras urgências nessas instituições. Além da agenda repleta de compromissos, percebe-se também forte componente psicológico de exaustão associado ao trabalho e convívio cotidiano com realidades tão vulneráveis, muitas vezes lidando com injustiças e insegurança social e econômica. Tal fator, como veremos logo mais, se repetiu nas dificuldades da pesquisa de campo nas tentativas de contato com as refugiadas, e pôde ser sentido como pesquisadora mesmo nos momentos breves de interação com as entrevistadas.

Diante do pouco resultado das tentativas, em abril, através de um amigo pude realizar contato com duas responsáveis da ACNUR em Lisboa, e uma delas, embora não tenha se disponibilizado a conversar, contribuiu me enviando contatos de outras instituições, para quem então pude escrever informando desse contato intermediador. Esta nova relação de instituições possibilitou o diálogo com dois responsáveis do programa Vsi Tut - Todos aqui, que em breve será apresentado. A seguir, no quadro (**Figura 16**), a relação total de instituições contatadas. À época, incluíam a realidade de todo território nacional, e não apenas de Lisboa, como acabou mais tarde se delimitando o escopo desta pesquisa.

1. SOLIM (Solidariedade Imigrante - Associação para a Defesa dos Direitos dos Imigrantes)
2. Serviço Jesuíta aos Refugiados
3. CPR (Conselho Português para os Refugiados)
4. PAR (Plataforma de Apoio aos Refugiados)
5. Afghan Community Association in Portugal
6. Associação de refugiados em Portugal
7. APIRP
8. UREP
9. Fórum refúgio
10. IESM
11. Oranta e Algarve Ukraine Portugal
12. Vsi Tut Ucrânia
13. Restaurante Tayybeh (Moscavide) - associação de refugiados sírios
14. Cruz Vermelha Portuguesa
15. Associação Crescer Intervenção Comunitária
16. Humans Before Borders
17. MEERU
18. Pão a Pão
19. Momentum
20. MourariUp | Renovar Mouraria

16 Instituições contatadas durante a pesquisa. Elaboração da autora.

Ainda na etapa de preparação ao campo, para a realização das entrevistas em profundidade, foram desenvolvidos dois roteiros semiestruturados considerando os distintos perfis de entrevistados. O primeiro, para as conversas com refugiados(as), segue abaixo. Também foi desenvolvida sua versão em inglês, que se mostrou inclusive mais necessária, visto que as refugiadas, em sua maioria, não falavam português.

- Qual o seu grau de escolaridade e a sua profissão?

- Qual é o seu país de origem?
- Qual foi o motivo que o levou a sair do seu país de origem e pedir exílio em Portugal?
- Quando você chegou em Portugal? Pode me contar um pouco mais como foi essa mudança, por gentileza? (com quem veio, tempo de preparação, o que já possuía aqui)
- Por que optou por esse país?
- Você recebeu algum tipo de acolhimento na chegada em Portugal? De quem? Como foi?
- E você procurou trabalho aqui em Portugal? Quando? Como foi a experiência?
- Conseguiu um emprego aqui? Se sim, qual?
- Quais foram as maiores dificuldades para conseguir o trabalho?
- Caso tenha conseguido o trabalho, quais são as maiores dificuldades depois de entrar na empresa?
- Há algo que foi fácil nesse percurso?
- O trabalho que você conseguiu é compatível com suas qualificações profissionais? Por quê?
- Na sua opinião, as empresas em Portugal estão preparadas para receber pessoas refugiadas, por quê?
- Na sua visão, o que as empresas poderiam fazer para incluir melhor os refugiados?
- Qual é o significado para você de conseguir um emprego aqui? Por que?
- Mais alguma coisa que gostava de me falar?

Já o segundo roteiro, considerando os representantes das instituições ligadas ao tema, abordou as seguintes questões:

- Qual o papel e propósito da instituição que você trabalha?
- Vocês recebem algum apoio do governo para atuar? Como?
- Qual é a atuação da cidade de Lisboa para apoiar pessoas refugiadas e como você avalia essa contribuição?
- Quais são os grupos de refugiados que vocês mais recebem?
- Quais são os maiores motivos que os levam a emigrar de seu país de origem e pedir exílio em Portugal?
- Como é o acolhimento dessas pessoas na chegada em Portugal?
- E depois, quais são os percursos dos refugiados na inserção no mercado de trabalho em Portugal?
- Quais são as maiores dificuldades?
- Há algo que seja fácil nesse percurso?
- E os refugiados qualificados, que possuem licenciatura ou um grau acima de escolaridade, quais são os percursos na inserção no mercado de trabalho? Há alguma diferença entre os que não possuem qualificação?
- Será que os licenciados têm um percurso facilitado?
- O percurso é compatível com suas qualificações?
- Quais são as maiores dificuldades encontradas?
- As médias e grandes empresas em Portugal estão preparadas para receber essas pessoas, por quê?
- Na sua visão, o que as empresas poderiam fazer para inclui-los melhor?
- Quais sugestões você me daria para que eu consiga realizar minha pesquisa de mestrado? Como acessar essas pessoas?

A primeira entrevista com representantes foi realizada virtualmente em março de 2023 com dois funcionários da equipe da Vsi Tut - Todos aqui, da Associação de Ucrânicos em Portugal. Foi a partir desta entrevista que fui convidada a conhecer mais de perto o programa e, potencialmente, conhecer refugiados que pudessem ser entrevistados para a pesquisa. O convite foi feito especificamente para o evento de encerramento do programa Vsi Tut, realizado em 02 de maio de 2023, na região do Cais do Sodré, em Lisboa.

De acordo com a plataforma <https://www.ucranianosemportugal.com/>, que centraliza as atividades da associação, Vsi Tut se trata de um programa de auxílio a refugiados que chegam a Portugal considerando problemas centrais como a dificuldade de comunicação com as autoridades, "devido à barreira linguística e a sua situação de estresse", o que, segundo a entidade, dificulta o recebimento de assistência social por parte de muitos ucranianos, especialmente por conta da situação emergencial. Há, assim, um espaço físico, Espaço Todos Aqui, medida do Programa Municipal de Emergência de mesmo nome, destinado à integração de pessoas refugiadas da Ucrânia na cidade de Lisboa. O Espaço funciona em colaboração protocolada entre a Câmara Municipal de Lisboa e a Associação de Ucrânicos em Portugal.

A boa estrutura para o acolhimento de refugiados ucranianos fica visível no site, onde há também outros projetos e serviços mencionados, dentre eles, sessões de esclarecimento e apoio jurídico e psicológico, acompanhamento para integrar crianças e jovens refugiadas ucranianas no sistema educativo português, além de uma Central De Integração Para Refugiados, que busca facilitar na integração de refugiados ucranianos chegados a Portugal. A associação possui também uma central que estimula o apoio direto à Ucrânia, através de doações, voluntários e angariação de fundos para levar diretamente à Ucrânia.

Evento Vsi Tut - Maio de 2023 - observação participante e entrevistas com refugiadas



17 Evento Vsi Tut. Foto da autora.



18 Espaço Todos Aqui - Evento Vsi Tut. Foto da autora.

O evento foi realizado no espaço Todos aqui - Vsi Tut, conforme as imagens acima. Era ainda recente a chegada de ucranianos em Portugal. Participaram do evento entre 20 e 25 pessoas, todas elas ucranianas, em sua maioria mulheres. Acompanhei o momento de realização da conversa, integralmente em ucraniano, realizada em uma sala de reuniões onde se fez um círculo grande de pessoas. A conversa, conduzida pelos funcionários da Vsi Tut, segundo me informaram, pedia feedbacks do grupo e falava sobre o que programavam como próximos passos. Infelizmente, pela barreira linguística, foi impossível acompanhar o conteúdo.

Os dois representantes com quem eu havia conversado na entrevista já haviam explicado para os participantes sobre minha pesquisa e minha presença. Assim, algumas das pessoas aceitaram participar sendo entrevistadas e a dinâmica se deu de forma que, entre seus compromissos com questões burocráticas no programa e durante os possíveis intervalos do

evento, algumas delas conversaram comigo em uma sala separada disponibilizada para que eu pudesse realizar as entrevistas com privacidade.

Embora tenham sido entrevistadas mais pessoas, para esta pesquisa, em sua versão já redesenhada para o recorte de mulheres refugiadas, considera-se a realização de duas entrevistas nesta ocasião, a saber, Irina, da Ucrânia, e Priya, indiana que estava realizando seu mestrado na Ucrânia quando a guerra eclodiu. Devido à dinâmica do evento, ao tempo disponível naquele contexto, e à natureza da conversa, o roteiro de entrevistas semiestruturadas não se aplicou, ou melhor, se aplicou apenas em parte. Foram mantidas as perguntas do roteiro como horizonte, porém considerando a natureza sensível do tema e conteúdo da conversa, além do ambiente, optou-se por priorizar o bem-estar das entrevistadas. Já a partir da terceira pergunta do roteiro, sobre os caminhos até a chegada ao país, foram inúmeros detalhes e relatos emocionados. Uma entrevistada compartilhou detalhes sobre sua fuga do país em guerra, incluindo a perda de uma amiga durante a travessia. Outro relato aprofundou a experiência de fuga, descrevendo uma viagem tumultuada com cinco pessoas em um carro até Portugal, viagem para a qual usou todas as suas economias. Aporofobia e racismo em Portugal também foram mencionados pela indiana, destacando outras camadas das dificuldades de integração. As histórias tornaram-se intensas a ponto que foi difícil chegar às perguntas que tematizavam o emprego, o que não deixa de ser um dado importante, considerando-se a situação ainda muito forte de vulnerabilidade e necessidades de apoio nas etapas de integração.

Sobre este dia, alguns pontos a serem considerados. De um modo geral, no evento, as pessoas se mostraram muito receptivas comigo, tanto organizadores quanto participantes. Cabe mencionar aqui que um fator que pode ter influenciado o bom acolhimento que recebi foi, de certa forma, a identificação (física) que muitos manifestaram sentir, dizendo acreditar inicialmente que também eu era ucraniana ou que imaginavam que eu pudesse ter, ainda que de gerações anteriores, alguma relação com o país, daí a possível razão do meu interesse pela reunião e pesquisa.

Por outro lado, o idioma se mostrou como uma barreira muito grande. Todas as conversas foram realizadas em inglês, porém nem no caso delas nem no meu tratava-se de uma desenvoltura integral no idioma, de modo a comunicar efetivamente tudo que as questões envolviam. Em muitos momentos, quando mesmo o inglês não foi suficiente para a compreensão mútua, utilizei a ferramenta Google Translator para acessarmos o que cada uma de nós estava buscando comunicar. Tal dinâmica acabou por fragilizar a troca e acelerar as

respostas, que, talvez, teriam sido mais demoradas e aprofundadas no contexto de um idioma compartilhado.

Em uma das entrevistas, o organizador, que estava me ajudando e mediando esse contato, convidando elas para participar da pesquisa, ao ver que eu estava fazendo uso do Google Translator para conseguir realizar a conversa, se ofereceu para ser o tradutor de uma das entrevistas, o que aceitei. Isto certamente contribuiu para a manutenção da entrevista, sendo uma solução para alguns aspectos da dificuldade de comunicação. Porém, neste momento me foi impossível acessar o que estava de fato sendo dito, tanto por ele, quanto por elas, e assim sem saber a dimensão do viés trazido por ele, que, enquanto organizador, carregava sua opinião, sobre como era o tratamento recebido pelas ucranianas no país. Além de tudo, vale considerar que se tratava de uma presença masculina em uma conversa entre mulheres, cujo conteúdo vulnerabilizava e expunha a realidade pessoal da entrevistada.

Evento Momentum Impact Hub - Câmara Municipal de Lisboa - Julho de 2023 - observação participante e abordagem de novas entrevistadas

Alguns meses depois do evento da Vsi Tut, em 2023, sem obter muitos outros retornos das instituições contatadas, conheci, por conta de um evento do trabalho, pessoas do Impact Hub, um coworking, dentre elas a Mariama Injai, que à época estava à frente do Momentum, programa de 24 meses de capacitação para jovens (com especial enfoque nas idades entre 18 e 35 anos) mulheres migrantes e refugiadas financiado pelo Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI) da União Europeia. Ela não se dispôs a me dar entrevista por conta da agenda atribulada, mas me convidou para passar uma manhã em um módulo do programa.

O Momentum teve início em janeiro de 2022, implementado por onze parceiros de seis países da União Europeia. A iniciativa reúne autoridades públicas, organizações da sociedade civil e também instituições de investigação e formação. Durante o programa, são abordados vários temas, incluindo a documentação necessária para obter trabalho em Portugal, a dinâmica do mercado de trabalho local e aspectos burocráticos e legais relacionados a tipos de contratação e prevenção da exploração laboral. O objetivo é o de capacitar as mulheres para que se tornassem independentes no mercado de trabalho, incluindo na formação habilidades educacionais e empreendedoras.

No dia 26 de julho de 2023, realizei então observação participante no evento (ver imagem abaixo), onde pude também fazer uma primeira abordagem para o contato com algumas entrevistadas. Era realizado dentro da Câmara de Lisboa, parceira do programa. Havia em torno de 15 mulheres, de distintas nacionalidades: brasileiras, do Afeganistão, do Paquistão, do Iraque, Moçambique, da Angola, de Cabo Verde, sendo boa parte delas migrantes e algumas refugiadas também.



19 Evento Momentum. Foto da autora.

O evento foi bilíngue, com uma tradução sequencial, ou seja, o consultor convidado para lecionar aquela etapa do curso, sobre empreendedorismo, primeiro falava em português e depois em inglês. Naquele dia, elas deveriam criar uma ideia de negócio e criar um Business Model Canvas do negócio que elas mesmas teriam. A dinâmica como um todo se deu em português e em inglês. Uma delas estava com a filha bebê, porque não tinha onde deixá-la. Muitas vezes durante o curso era a própria Mariama, organizadora, quem ajudava a cuidar da criança para que a mãe pudesse acompanhar a aula. Neste dia, fui eu quem por algum tempo me responsabilizei pelos cuidados.

No intervalo do curso, ficamos todas no pátio, e a Mariama me apresentou a algumas delas, falou de minha pesquisa e pediu para que, se possível, contribuíssem. Com foco nas

refugiadas, conversamos apenas superficialmente, para saber da experiência delas, como: há quanto tempo estavam em Lisboa, de onde eram. Com uma afegã, apesar da disponibilidade e interesse, o baixo nível de inglês impossibilitou a comunicação. Muitas delas focavam em elogiar o programa. Como se tratava de um intervalo rápido, optei por pegar o contato de WhatsApp de todas elas, que prontamente se dispuseram.

Posteriormente, no entanto, os contatos se mostraram insuficientes para a realização de entrevistas com a maioria, que respondiam dizendo estarem muito ocupadas, muitas ainda moravam no abrigo de refugiados e tinham dificuldades de horários. Houve casos em que o agendamento acontecia, porém nunca a entrevista em si. Algumas das respostas e cancelamentos traziam um pouco da realidade de tempo e dificuldades vivenciada por elas e por representantes das instituições: "Não sei se consigo 1h pra ti não." ou "Desculpa, hoje foi um dia muito complicado para mim." ou "Assim que for possível. Entramos agora numa reunião de emergência". Ainda, em um caso desistimos por problemas com a internet. Embora me dispusesse a encontros presenciais, com vistas a facilitar o encontro, elas não queriam que fosse presencial. Foi, no entanto, possível conversar com Nour, do Iraque, em inglês.

Outros caminhos - entrevistas individuais e novos movimentos

Yulia

Além dos contatos realizados a partir dos eventos Vsi Tut e Momentum, também em 2023 pude realizar outra entrevista, com uma refugiada ucraniana, contatada através de um amigo ucraniano. O contato foi realizado pelo aplicativo Telegram, visto que ela não utilizava WhatsApp, e por solicitação dela, a conversa foi breve, realizada em inglês em um café perto de sua casa. Sua falta de disponibilidade para uma entrevista mais longa se devia à sua vida laboral. Embora tenha chegado em 2023, já trabalhava em sua área de formação em uma empresa grande e vivenciava já uma situação de maior integração ao país, devido, talvez, ao fato de que anteriormente à situação de guerra já possuía familiares vivendo em Portugal.

2024

Após a sequência de dificuldades nas tentativas de entrevistar mais refugiadas do evento Momentum, houve um período de desmotivação, e a dificuldade no estabelecimento

de novos contatos. Mais recentemente, em 2024, ao iniciar os processos de análise dos materiais coletados, na tentativa de ampliar os dados da pesquisa e considerando também o foco específico no gênero feminino, que não estava ainda claro e definido no momento das entrevistas de 2023, retomei contato com todas elas e realizei novos movimentos de busca. Nesta nova mobilização, pude realizar cinco novas entrevistas, que enriqueceram os dados e trouxeram novas camadas para a análise.

Nesta nova etapa, os roteiros de entrevistas foram modificados, incluindo questões que haviam ficado de fora no desenvolvimento do primeiro roteiro e que se mostraram importantes ao longo das diferentes fases da pesquisa. Uma vez que as novas entrevistas envolveram tanto refugiadas quanto uma representante de ONG, os dois roteiros foram adaptados, incluindo perguntas associadas ao recorte de gênero, à cidade de Lisboa, a questões como preconceito, medo e expectativas - todas estas questões que se mostraram significativas ao aprofundar-me sobre o recorte e também durante o processo de entrevistas iniciais. Depois de perguntar por que optaram pelo país, incluí "Por que Lisboa?", perguntando a região da cidade em que moram, e, no caso de terem vivido em outra cidade ou país, comparar a experiência. Foi incluída também uma pergunta sobre o processo de documentação, para entender as dificuldades burocráticas. A seguir, as outras perguntas incluídas no roteiro:

- Acha que o fato de ser mulher interfere na busca por trabalho / processo de integração?
- Qual o seu maior medo?
- Desde que chegou em Lisboa, sofreu algum tipo de preconceito?
- Já viveu alguma situação de violência/assédio desde que chegou ao país?
- Quais são suas expectativas para o seu futuro? Como você deseja que seja?
- Pretende continuar em Portugal?

Nour, do Iraque, que havia sido entrevistada em 2023, aceitou fazer uma nova conversa, realizada de modo virtual, quando foi possível saber como foram para ela os últimos meses e abordar os temas trazidos pelas novas perguntas do roteiro. Pude utilizar a oportunidade para esclarecer algumas informações da primeira entrevista que haviam ficado prejudicadas por conta da qualidade do áudio.

Também através de uma amiga pude contatar e entrevistar Natalia, ucraniana, com status de medida protetiva. A entrevista com a jovem de 24 anos, que está matriculada na universidade, foi realizada em inglês.

Sandra, da Angola, contato que havia conseguido durante o curso do Momentum, porém sem nunca ter êxito para a entrevista, respondeu pedindo desculpas por não ter mais respondido em 2023 e se disponibilizou a fazer uma entrevista.

Para ampliar os dados de refugiadas, realizei ainda um movimento diferente, ao lembrar, durante a redação da introdução, dos encontros, ainda no Brasil, com pessoas do setor de serviços que haviam migrado de diferentes formas para o país. Nos restaurantes que frequento em meu bairro em Lisboa, é comum encontrar imigrantes e refugiados nas funções de serviço. No Mercado de Arroios, ao visitar o restaurante Zaytouna, cujo dono é da Palestina, consultei se Rana, uma das atendentes, de origem síria, aceitaria conversar comigo. Houve dois reagendamentos, porém conseguimos realizar a conversa. A entrevista foi realizada em português, quando descobri que é dentista de formação.

Por fim, pude também ampliar a percepção de representantes das instituições ao realizar entrevista com Francisca Gorjão Henriques, organizadora da Pão a Pão, ONG que capacita e emprega pessoas refugiadas e imigrantes, sobretudo através do restaurante Mezze, projeto pioneiro em Portugal. Reconhecida pela contribuição social, a iniciativa recebeu prêmios nacionais e internacionais. Em 2022, iniciaram o Mezze Escola em parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. Em Janeiro de 2022 teve início também um programa de formação para refugiados e imigrantes na área da restauração, em parceria com a Escola de Hotelaria e Turismo de Lisboa (um projecto apoiado pelo programa Cidadãos Activ@s da Fundação Calouste Gulbenkian).

Por fim, antes de seguirmos para o Capítulo 4, de análise, abaixo estão dois quadros que sintetizam as entrevistas realizadas para a presente pesquisa. O primeiro deles (**Figura 20**) sinaliza as mulheres refugiadas entrevistadas, seu país de origem, a data da entrevista e o meio através do qual foi possível contatá-las. Já no segundo (**Figura 21**) estão elencadas as entrevistas com representantes das instituições. Também neste quadro foi sinalizada a data, de forma a manter a cronologia do percurso da pesquisa, em suas diferentes etapas.

Entrevistada	Data e local	País de origem
Irina ⁸	Maior de 2023 - Evento Vsi Tut	Ucrânia
Priya	Maior de 2023 - Evento Vsi	Índia. Porém, veio da

⁸ Os nomes de todas as participantes foram alterados para fins de proteção de suas identidades.

	Tut	Ucrânia.
Yulia	Maio de 2023 - Contato pessoal	Ucrânia
Nour	Julho de 2023 e Início de 2024 - Momentum	Iraque
Natalia	Início de 2024 - Contato pessoal	Ucrânia
Sandra	Início de 2024 - Contato retomado a partir do Momentum	Angola
Rana	Início de 2024 - Restaurante do bairro	Síria

20 Relação de entrevistadas. Elaboração da autora.

Afonso e Catarina - Equipa Espaço Todos Aqui Associação dos Ucrânicos em Portugal	Abril de 2023
Beatriz - MEERU	Agosto de 2023
Francisca - Mezze e Pão a Pão	Início de 2024

21 Entrevistas com representantes de ONGs e Instituições de apoio. Elaboração da autora.

4. ANÁLISE DOS DADOS

Neste capítulo, trataremos de analisar os dados coletados durante esta pesquisa, tanto nos dois momentos de observação participante quanto como resultado das entrevistas com as sete refugiadas participantes e com os representantes das instituições com que conseguimos conversar, a saber, Meeru, Vsi Tut e Pão a Pão. Iniciaremos com uma apresentação resumida de cada uma das refugiadas participantes, que compartilharam, ainda que em momentos breves, parte importante de suas histórias de vida no que diz respeito ao refúgio, ao processo de deslocamento, dificuldades encontradas no país de acolhimento, ao fato de serem mulheres, aos entraves para o exercício de atividades profissionais, tudo isso a partir dos roteiros semiestruturados das entrevistas. Na sequência passaremos às análises dos principais achados da pesquisa, considerando-se o recorte dos desafios enfrentados por mulheres refugiadas em sua inserção no mercado de trabalho em Lisboa. Para contribuir na leitura dos dados, trazemos muitas das falas dessas mulheres e outras informações sobre sua experiência em Portugal, sempre na medida em que contribuem para um enriquecimento e melhor compreensão dos dados. Além delas, trazemos as vozes dos representantes das instituições, que se dispuseram a compartilhar sobre seus trabalhos e sobre a realidade observada no acolhimento a refugiadas. Também, como parte do resultado desta pesquisa, trazemos uma relação de boas práticas sugeridas para propiciar e contribuir à integração destas mulheres.

Breve perfil das participantes

Irina

Natural da Ucrânia, tem aproximadamente 45 anos de idade e veio para Portugal com seu filho de seis anos e sua mãe, que tem 80 anos. Seu marido permaneceu na Ucrânia. É jurista por formação e tinha uma empresa imobiliária na Ucrânia nos últimos 17 anos. Irina não teve escolha na seleção do país de destino. Ela simplesmente queria fugir das bombas e optou por Portugal por acaso. Participou de um programa de habitação de três meses e

atualmente está fazendo um estágio para obter um diploma de cozinheira. Começou a trabalhar em um restaurante.

Priya

É originária da Índia e tem 26 anos de idade. Morou na Ucrânia por dois anos e estava concluindo seus estudos em Business and Management lá quando a guerra começou. Chegou a Portugal em março de 2022, acompanhada de dois amigos, após um percurso difícil para escapar da guerra. Recebeu ajuda do governo português com dinheiro, alimentos e roupas para sobreviver, além de hospedagem gratuita em uma família anfitriã por três meses. Continua estudando online para não interromper sua bolsa de estudos.

Yulia

É originária da Ucrânia e tem 26 anos de idade. Chegou a Portugal em fevereiro de 2022, inicialmente para passar férias com seu namorado na casa do sogro. Decidiu ficar permanentemente devido à guerra na Ucrânia. Recebeu apoio do sogro, que vive em Portugal há oito anos, e do advogado dele. O processo de integração inicial foi facilitado por esses contatos.

Nour

É originária do Iraque e tem aproximadamente 45 anos de idade. Precisou deixar seu país devido à perseguição política sofrida por seu marido, que trabalhava no governo. Antes de vir para Portugal, Nour e sua família passaram quatro anos na Turquia como refugiados, onde ela começou um mestrado em sua área, de engenharia. Nour veio inicialmente para estudar um semestre no Instituto Politécnico da Guarda com uma bolsa de estudos. Posteriormente, solicitou o status de refugiada em Lisboa, onde sua filha mais nova a acompanha, enquanto aguarda uma demorada solução burocrática para que a outra filha, de 12 anos, que se encontra na Turquia com seus filhos mais velhos, possa viver com elas em Portugal.

Natalia

É originária da Ucrânia e tem 24 anos de idade. Mudou-se para Portugal para estudar na Universidade Nova de Lisboa, inicialmente por causa da guerra na Ucrânia, mas principalmente devido à oportunidade de estudar na referida universidade. Assim como as

demais entrevistadas que vieram da Ucrânia, possui status de proteção temporária, que difere do status de refugiada, o que tem, entre suas desvantagens, a falta de documentos oficiais que comprovem sua condição.

Sandra

É originária de Angola e tem 23 anos de idade. Sua família deixou a Angola devido à perseguição religiosa e pediu asilo inicialmente na Bélgica, mas foi negado. Chegaram em Portugal no final de outubro de 2022, país escolhido devido à maior liberdade e flexibilidade no processo de asilo, em comparação com outros países europeus. No entanto, enfrentou dificuldades com a documentação e o processo de asilo em Portugal. Inicialmente, foram encaminhados para um hostel pelo CPR, mas Sandra preferiu não permanecer lá por muito tempo. Compara a experiência em Portugal desfavoravelmente com a experiência na Bélgica em termos de acesso a serviços básicos como saúde e educação.

Rana

Originária da Síria, tem 28 anos de idade. Deixou seu país em razão da guerra e também porque seu pai não pôde retornar devido ao seu trabalho no governo. Após uma breve estadia nos Emirados Árabes Unidos, ela veio para Portugal em 2022, buscando paz, tranquilidade e democracia. Chegou a Portugal com sua família, incluindo irmãos e pais. Solicitaram o status de refugiados logo após a chegada. Ela aprecia a cultura e a natureza em Portugal, mas enfrentou dificuldades na busca por moradia e emprego.

A intenção, neste primeiro momento, foi de contextualizar brevemente leitores para acompanhar as seções a seguir, em que passamos às principais descobertas realizadas a partir dos materiais coletados em campo. Nelas, outros pontos importantes das histórias das participantes agora já brevemente apresentadas virão complementar estes perfis, ampliando o retrato das entrevistadas.

A experiência das refugiadas da Ucrânia X refugiadas de outras nacionalidades

O primeiro ponto que consideramos importante destacar na análise dos dados, anterior à discussão sobre a busca por emprego, é o quanto a experiência no acolhimento e integração das mulheres ucranianas em Portugal difere, em muitos aspectos, da experiência das mulheres de outras nacionalidades entrevistadas nesta pesquisa. Trata-se de um contraste que se mostra relevante em praticamente em todas as perguntas do roteiro, e que vem confirmar a importância de incluir no escopo da pesquisa mulheres de diferentes origens, que tenham vivenciado experiências variadas de processos de migração e refúgio. Ainda que o gênero e o estatuto de refúgio as unam na perspectiva de análise aqui considerada, como veremos, não se trata de categoria homogênea, e especialmente neste contraste aqui destacado percebe-se o quanto outros fatores, como classe, origem, cor e pertença étnica e religiosa precisam ser levados em conta, somando-se e complexificando a categoria "mulheres refugiadas".

Para começar, vale lembrar que o próprio perfil de refugiados ucranianos em geral é diferente dos demais refugiados em Portugal. Quanto ao gênero, sua grande maioria é de mulheres, muitas delas acompanhadas pelos filhos, ou pelas mães, sogras, ou outras familiares. Isto se dá porque, dada a circunstância de guerra, a Lei Marcial obriga que homens ucranianos entre 18 e 60 anos fiquem no país. Tal realidade é confirmada na fala dos representantes do programa Vsi Tut, organização ucraniana já descrita no capítulo anterior:

"Diferente do estereótipo de homens em Portugal, em que o homem vem primeiro e depois traz a família. No caso da Ucrânia, perfil de mãe, filhos, mãe da mãe ou a sogra." (Representantes Vsi Tut)

Isto se confirma, por exemplo, na vida de Irina, cujo marido permaneceu na Ucrânia, e que veio para Portugal com seu filho de seis anos e sua mãe, que tem 80 anos.

Outra diferença está no nível de formação de grande parte dos ucranianos refugiados no país, dado que se tornará ainda mais relevante e diferenciador de experiências quando falamos sobre a busca de emprego. A realidade de uma grande maioria de refugiados com curso superior também aparece durante a conversa com a equipe do Vsi Tut. Dizem:

"Dos refugiados da Ucrânia, 77% da nossa população beneficiária adulta tem pelo menos um curso superior e 30% tem ensino secundário. Essa é uma realidade completamente diferente do resto da população refugiada, como Síria, Afeganistão e outros países do Oriente Médio." (Representantes Vsi Tut)

Inclusive, em entrevista ao site Trabalho by ECO, especializado em informação econômica e de recursos humanos, em uma reportagem sobre as "ucranianas qualificadas" em Portugal, o próprio organizador do programa diferencia a situação econômica da onda de refugiados da Ucrânia de outras ondas de migração, o que, segundo ele, altera também as expectativas em relação ao país de acolhimento: *“Não se tratam de migrantes por motivos económicos. Enquanto as vagas anteriores de migrantes estavam abertas a qualquer tipo de trabalho, esta vaga tem como objetivo manter as profissões que tinham na Ucrânia, ou até mesmo eventualmente regressar ao país de origem.”* (ECO 2023). Afonso Nogueira ainda afirma que, dado o trauma vivenciado pela necessidade de refúgio da guerra, esses refugiados estariam menos abertos a "começar por baixo".

No quadro a seguir (**Figura 22**), elencamos alguns aspectos em que tais diferenças se contrastam de modo significativo nos relatos das participantes, em suas falas ou nas anotações do diário de campo. Nele, alguns dos trechos foram destacados.

Tema	Refugiadas da Ucrânia	Refugiadas de outros países
Ponto de vista sobre a receptividade das pessoas em Portugal	Irina disse não ter sofrido nenhum tipo de preconceito ou discriminação. Quis destacar que nunca vai se arrepender de ter vindo para Portugal porque foi sempre muito bem acolhida. Disse que não entendem a língua dela, mas entendem de coração a situação que ela passa. (diário de campo sobre entrevista com Irina).	<i>“Eu acho que infelizmente todo imigrante, seja branco ou preto, já sofreu [preconceito]. Pelo menos numa primeira fase, como recém-chegado, vai sofrer, infelizmente. Portugal é um país preconceituoso, racista.”</i> (Sandra) <i>“[...] Acho que foi porque não sou portuguesa. Foi horrível. Nessa altura eu precisava muito do trabalho e fiquei com medo de perder meu emprego por causa da situação. Mas era racismo mesmo.”</i> (Rana)
Emissão de documentos básicos	<i>“Ucranianos possuem automaticamente os documentos básicos automáticos por meio do SEF. A facilidade com que a população que veio da Ucrânia com título de proteção temporária poderia conseguir em 2, 3 dias, no geral, emitir o NIF, Número de Segurança Social e Número de Utente, esses 3 números</i>	<i>“Por exemplo, na Bélgica toda pessoa tinha acesso à saúde. Eu por acaso fiquei um ano lá só quase a fazer consultas. Graças a Deus estou curada de toda e qualquer doença. E aqui, só para conseguir um Número de Utente, é muito complicado. Ou seja, eles</i>

	<p>garantem automaticamente uma facilidade para conseguir um emprego, habitação..."</p> <p>(Representantes Vsi Tut)</p>	<p><i>tinham que criar políticas ou criar um acordo para pessoas que são asiladas."</i></p> <p>(Sandra)</p> <p><i>"Meus pais ainda não conseguiram trabalhar por conta das burocracias dos documentos e também por conta da língua."</i></p> <p>(Rana)</p>
<p>Acesso à escola</p>	<p><i>"A Segurança Social teve um trabalho de agrupamento e inclusão para que as escolas públicas integrassem as crianças refugiadas, mesmo quando não havia vagas disponíveis para a população no geral."</i></p> <p><i>"Estamos na capital. Aqui em Lisboa o que não faltam são respostas (à crise da guerra da Ucrânia). Seja associações, grupos informais, baby sitters, saberem que não estavam aqui sozinhas. Existe também uma escola Ucrâniana em Benfica."</i></p> <p>(Representantes Vsi Tut)</p>	<p><i>"Meu irmão demorou quase um ano para poder estar inserido no sistema educacional. E ainda é uma criança autista, mas tá numa escola normal. Não tem nenhum acompanhamento. Aqui eles não se preocupam em resolver essas coisas básicas, como saúde e educação."</i></p> <p>(Sandra)</p>
<p>Reconhecimento das qualificações e inserção no mercado de trabalho</p>	<p>Segundo o intérprete, todos refugiados estão a trabalhar. Refere-se à Irina: <i>"É trabalhadora, né? O que o português gosta é isso."</i></p> <p>Segundo o intérprete, ela disse: <i>"Aqui só não trabalha quem não quer."</i></p> <p>(anotações no diário de campo e entrevista com Irina, com auxílio de um dos organizadores do Vsi Tut)</p>	<p><i>"I didn't find a job yet."</i></p> <p>Mostra indignação em sua fala:</p> <p><i>"I'm not searching a job about engineering. I need a simple job, not about engineering. It's difficult, not easy."</i></p> <p>(Nour)</p>

22 Comparativo da experiência refugiadas da Ucrânia x de outros países. Elaboração da autora.

No quadro, aparecem algumas das principais questões que se mostram como desafio à integração e como entrave para a garantia de um emprego por refugiadas em Portugal. Para todos os aspectos postos, na coluna da esquerda, é possível localizar, nas falas delas próprias ou dos representantes das instituições, contrastes essenciais que mostram o quanto a experiência de refúgio pode ser diversa, ainda que em um mesmo país de acolhimento, em um mesmo momento, mesma cidade, e ainda que vivida por pessoas de um mesmo gênero.

Temos, inicialmente, a diferença na percepção das mulheres em relação ao modo como foram e seguem sendo acolhidas pela população portuguesa: de um lado, a experiência positiva das ucranianas, de sensação de empatia, de outro, a percepção de preconceito

vivenciado, de acordo com a participante Sandra, por toda pessoa refugiada, "*seja branco ou preto*". De fato, se tomarmos essa fala de Sandra como simbólica de uma percepção das discriminações a que estão expostos refugiados em geral, percebe-se o quanto a experiência ucraniana se distingue, nos casos compartilhados durante esta pesquisa.

Sobre questões de documentação, também em seu relato Sandra afirma que foi preciso mais de um ano para ter seu irmão inserido na escola, diz que "eles", no caso, as instâncias de acolhimento em Portugal não se preocupam em resolver coisas essenciais como saúde e educação. Já Rana conta que parte da dificuldade de conseguir emprego enfrentada por seus pais está na burocracia da documentação. Nos relatos do quadro vemos também a opinião negativa de Sandra sobre Portugal em comparação com outros países de acolhimento, sobre a demora em conseguir o que deveria ser um "simples" Número de Utente. Se por um lado sabemos, por sua história, que sua família optou por Portugal por considerar no país uma maior flexibilidade de acolhimento, em sua comparação feita com a Bélgica, onde viveram anteriormente, afirma que tais questões eram resolvidas com maior facilidade e velocidade.

Se comparamos à fala das ucranianas, trata-se mais uma vez de contraste. Na fala de Irina, a inexistência de arrependimento na escolha por Portugal, e não por outro país, demonstra a opinião positiva quanto à qualidade do acolhimento, o que também aparece na fala dos representantes da Vsi Tut sobre acesso à escola, em que dizem que em Lisboa "*o que não falta são respostas*" (à crise da guerra da Ucrânia). Apesar da realidade de extrema vulnerabilidade em que se encontra qualquer pessoa em situação de refúgio, percebe-se na perspectiva trazida pelas ucranianas um maior sentimento de segurança, reflexo de uma aura de solidariedade, de que, parafraseando os representantes da instituição ucraniana, "não estão aqui sozinhas". Embora esta fala, é claro, precise ser compreendida enquanto uma fala de representantes de um programa, o que é diferente da fala de uma refugiada, vemos que ela vem ao encontro de muitas falas das refugiadas ucranianas.

Na realidade migratória específica das ucranianas, aliás, pode-se ver que mesmo a questão do idioma parece não influenciar para a criação de uma experiência negativa. É o que aparece na fala de Irina, que disse que, apesar de não entenderem sua língua, as pessoas no país "*entendem de coração a situação que ela passa*". A fala também pode refletir um maior nível de empatia e de abertura da população para o acolhimento destas refugiadas em específico.

Outro forte contraste presente no quadro, que interessa especialmente a esta pesquisa, está justamente quando tratam do tema "reconhecimento das qualificações". De acordo com as falas da ucraniana Irina, neste caso "atravessadas" pelo intérprete da organização Vsi Tut,

"Aqui só não trabalha, quem não quer" e "É trabalhadora, né? O que o português gosta é isso" também parece indicar a ideia de que poderia haver, como fator para o desemprego de outras refugiadas, o desinteresse pelo trabalho e uma opinião negativa da população, "o português" em geral, em relação a refugiados e suas práticas e buscas por trabalho. Quanto à opinião da população portuguesa, durante a entrevista, os próprios organizadores do Vsi Tut afirmaram perceber o que chamam de "discriminação positiva" diante de ucranianos, no acolhimento por parte dos portugueses. Enquanto as mulheres ucranianas relatam boas experiências e receptividade dos portugueses ("nenhum tipo de preconceito"), mulheres de outras origens destacaram a discriminação negativa e as imensas dificuldades na sua chegada.

"Sentimos que houve um acesso facilitado com refugiados da Ucrânia do que tivemos com outras famílias de outras nacionalidades." (Representantes Vsi Tut)

Tratando especificamente da busca por emprego, um caso simbólico da diferença entre a experiência de ucranianas e de refugiadas de outros países é o de Priya, indiana, mas que possui o status de refugiada da Ucrânia, pois estava terminando seu mestrado na Ucrânia quando a guerra estourou. As dificuldades que ela enfrentou para encontrar trabalho são mais similares às das mulheres de outras origens que não ucranianas.

Ela, assim como Yulia e Natalia, não fala português e tem formação na área de Business & Management. Apesar dessa formação superior, seu primeiro emprego no país foi no setor de serviços, em um restaurante indiano, o que foi possível através da família de acolhimento que a hospedou em um primeiro momento, que conhecia o restaurante e a indicou para trabalhar lá. Em razão da indicação, Priya foi aceita e contratada, porém depois de algum tempo ficou doente e não teve condições de continuar o trabalho, precisando sair. Agora, passou a buscar novamente, e expressa dificuldade na busca, mencionando ter realizado por dois meses o trabalho de empregada doméstica, o que não condiz com sua qualificação, inclusive para não ficar "parada":

"I also worked as a housekeeper for two months. It's better for me doing something than doing nothing.[...] The biggest problem here to find a job is that I don't speak Portuguese. If I want better jobs here, I need to start speaking Portuguese. I took online classes of an organization, I'm still learning." (Priya)

Como vemos, Priya diz acreditar que não consegue trabalho na sua área de formação por não falar o idioma, lacuna que busca preencher seguindo aulas de português online oferecidas por uma organização. Mas, como vemos, falar o idioma do país, embora seja de

fato um ponto importante para a garantia de trabalho, não é suficiente para explicar a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Afinal, apesar da similaridade de idade, formação e do fato de que nenhuma das três fala português, as histórias das ucranianas Yulia e Natalia tiveram, até aqui, um desfecho diferente da de Priya: ambas conseguiram trabalho em Lisboa facilmente nas suas áreas de formação, o que podemos ver no relato de Natalia, que trabalha em uma grande empresa em Portugal:

*“I have **nothing to complain** about.” “It took me maybe one month to find job here. [...] I’m Junior currently. So I feel like it’s **super good** for me to work there as I learnt a lot every day.” (Natalia)*

O relato marcado por ideias positivas quanto à experiência laboral em Lisboa é contrastante com muitos dos relatos de busca ou de condições precárias de trabalho de refugiadas de outros países. Yulia conta que se candidatou a empregos em vários países e foi contactada aleatoriamente por empresas portuguesas. Em menos de dois meses, recebeu uma oferta de emprego de uma grande empresa de telecomunicações europeia e começou a trabalhar lá em junho de 2022 na sua área de formação. Segundo ela, foi este o fator determinante - conseguir uma oferta de emprego em sua área - que fez com que decidisse permanecer no país, o que confirma a fala que vimos há pouco, do organizador do Vsi Tut, em relação às expectativas das refugiadas ucranianas em relação ao trabalho no país de acolhimento. A fala de Yulia, como veremos nos trechos a seguir, mostra também que em sua vivência existe uma maior possibilidade de escolha em relação a países onde morar, configurando-se uma maior mobilidade, provavelmente associada à realidade econômica da entrevistada:

“I applied to few different countries and they started contacting me like randomly. But then some Portuguese different companies contacted me. And we had an interview and they gave me the job offer. Like, few weeks after. So I decided to stay. [...] It was pretty easy.” (Yulia)

O contraste entre as frequentes ocorrências da palavra "easy" nas falas das participantes ucranianas e da palavra "difficult" nas de refugiadas de outros países diz muito sobre a realidade de entraves ou facilidades a depender da nacionalidade e circunstâncias do refúgio. Ainda sobre a facilidade mencionada tanto por Yulia quanto por Natalia, a fala dos organizadores do Vsi Tut confirma que a falta de entraves na busca por emprego pode ser

considerada um padrão na experiência de asilo, não se tratando apenas de casos isolados ou mera coincidência no caso dessas duas participantes. Dizem eles:

"[...] Acesso mais facilitado dos ucranianos a nível de licença de ensino superior, bem como bolsas de acesso a cursos privados. Não houve tantos entraves quanto outras nacionalidades de pessoas refugiadas que chegam no país." (Representantes Vsi Tut)

Quanto aos possíveis motivos para a experiência das ucranianas ser mais positiva do que a das demais refugiadas, alguns deles foram elencados quando tratamos, no Capítulo 2, de diferenciar a realidade do refúgio e acolhimento de ucranianos não apenas em Portugal mas nos países europeus em geral. Pode-se dizer que em relação à situação de refugiados ucranianos foi criada tanto politicamente quanto midiaticamente uma forte aura de solidariedade e empatia, em todos os níveis, especialmente na Europa, o que, como vimos, se reflete na experiência das mulheres ucranianas refugiadas aqui.

Em termos objetivos, dentro desse contexto, um fator decisivo para a diferença, na prática, da experiência das ucranianas em Portugal e em diversos outros países da UE foi ter o processo facilitado na chegada, com simplificada e ágil emissão de documentos e acesso a serviços básicos, configurando-se um caráter excepcional de assistência e acolhimento refugiados. Com esta facilitação institucionalizada, muitos dos entraves que dificultam ou mesmo inviabilizam o acesso a um emprego no caso de refugiadas de outros países, muitas vezes com qualificação igual ou similar à das ucranianas, não se fazem presentes na experiência ucraniana. Podemos dizer que o caso ucraniano se trata, portanto, de um modelo de acolhimento que merece atenção, uma vez que seria talvez o formato considerado mais próximo de um acolhimento "ideal", atendendo de forma satisfatória às necessidades básicas das pessoas em condição de refúgio.

A grande comoção causada pela cobertura midiática sobre a guerra na Ucrânia em específico também pode ter determinado a relação mais empática das populações dos países de acolhimento para com refugiados e refugiadas desta nacionalidade. Aliás, é interessante contrastar a realidade apresentada no quadro e nas falas das refugiadas com a reportagem anteriormente citada, em que Afonso participa falando sobre as expectativas quanto à oferta de empregos condizentes com sua qualificação: com o título "Economistas, jornalistas e engenheiras. Refugiadas ucranianas qualificadas têm poucas oportunidades em Portugal", fala das dificuldades encontradas por ucranianas na busca por empregos no país. Embora não haja dúvida de que há diferenças para a garantia de emprego quando se trata, em contraste, de

mulheres portuguesas, a reportagem fala de um cenário que, comparativamente às experiências de outras refugiadas, ainda assim é bastante privilegiado, um cenário de mais acesso a empregos.

Por fim, não menos importante, é de destacar o fato de que se trata de mulheres brancas, europeias e de realidade econômica favorável. Se a realidade de enfrentamento de preconceitos por parte de refugiadas de outras etnias está posta nas falas de Sandra e Rana, como estará em outros momentos das entrevistas, conforme veremos a seguir, a experiência ucraniana pouco se assemelha a esta percepção. Vale aqui lembrar a natureza de alguns dos resultados encontrados na pesquisa European Social Survey, expostos no Capítulo 2, quanto à percepção e aos desejos da população portuguesa quando perguntados sobre pontos que dizem respeito à migração e refúgio em seu país. As respostas de portugueses nos mostram porcentagens significativas daquilo que, como vimos, tem se configurado como a realidade da xenofobia e de aporofobia. Tal realidade, mostram os dados da ESS, não é tão distinta de outros países da UE entrevistados para a pesquisa, o que não deveria, é claro, diminuir a responsabilidade das instituições de Portugal no enfrentamento a tais questões.

Principais desafios para inserção no mercado de trabalho em Lisboa

Na seção anterior, já pudemos nos familiarizar com algumas das principais questões enfrentadas por refugiadas em busca de emprego em Portugal. Vimos que tais desafios não se impõem no caso das ucranianas participantes desta pesquisa, o que é confirmado como uma realidade frequente pelos representantes do programa Vsi Tut. A seguir, elencamos aqueles que consideramos, a partir da análise dos dados, os principais desafios para a inserção de mulheres refugiadas no mercado de trabalho em Lisboa. Não é por acaso que muitos destes desafios, especialmente os que se encontram na fase de busca, anterior à entrada no mercado de trabalho português, trarão apenas depoimentos de refugiadas de outras origens que não a Ucrânia, que, como vimos, se configura como uma experiência à parte dentro desse contexto. Em outros, no entanto, veremos que há pontos de contato na realidade vivenciada pelas mulheres refugiadas desta pesquisa como um todo.

1 - Falta de apoio das instituições de acolhimento na busca por emprego

Durante as entrevistas, quando perguntadas sobre a forma através da qual conseguiram seus empregos ou sobre a forma como buscaram e vêm buscando a inserção no mercado de trabalho, não foi relatado por nenhuma participante o apoio das instituições de acolhimento. No caso das entrevistadas desta pesquisa, as buscas foram e são realizadas de forma individual, o que muitas vezes não traz resultado, encontrando-se muita das mulheres, apesar do estatuto de refugiadas, como se "deixadas à própria sorte" aqui no país de acolhimento. A entrevistada Nour, do Iraque, que ainda não conseguiu trabalho no país, relatou que não recebeu nenhum tipo de ajuda para conseguir emprego das entidades por ser refugiada e que realiza a busca por emprego sozinha desde que chegou em Portugal, tanto através da plataforma LinkedIn quanto pessoalmente.

“Imprimi o meu CV e fui em todos os centros comerciais que conhecia a distribuir meu currículo, a falar com pessoas. Bati nas portas e perguntei: precisam de alguém para trabalhar?” (Nour)

Vale lembrar que foi dela a fala, destacada na seção anterior, sobre sua abertura para ocupar qualquer cargo, apesar da formação de engenheira.

A principal forma através da qual foi possível conseguir emprego, por parte das entrevistadas, foi o envolvimento e a colaboração de pessoas conhecidas, que indicaram as mulheres refugiadas para empresas ou cargos específicos, como o caso de Rana, da Síria, que conseguiu seu emprego em uma mercearia árabe. Ela, assim como outras refugiadas de países que não a Ucrânia, atua em setor que não se trata da sua área original de atuação, no seu caso, de dentista.

Aliás, assim como na experiência profissional de Rana, vemos nas falas de muitas que um grande facilitador na integração de um modo geral é ter conhecidos e pessoas amigas no país. Quase todas as entrevistadas na pesquisa relataram, em algum momento, terem conseguido documentação, emprego ou moradia por conta da ajuda que receberam de outras pessoas, imigrantes ou não, que já moravam no país e conheciam o sistema português e tinham acesso a contatos para indicar.

2 - Questões fundamentais que antecedem a busca

Uma vez que se trata de pessoas que deixaram seus países muitas vezes às pressas e que se encontram tentando "se assentar" em terras estrangeiras após terem vivido situações extremas, muitas delas envolvendo fortes traumas psicológicos, vale lembrar que a busca por

emprego, embora fundamental para a sobrevivência, é apenas parte dos desafios enfrentados em um primeiro momento das etapas do refúgio. Assim, há, na experiência das entrevistadas, o relato de dificuldades anteriores ao emprego, ou seja, questões fundamentais da vida prática que antecedem e impactam diretamente a busca por trabalho. Uma das principais dificuldades encontradas é a moradia:

"Emprego precário, o que traz de verdadeira inclusão? Está tudo interligado, a questão de ter um emprego fixo interfere diretamente com a questão de ter um alojamento digno. Ter um alojamento digno é uma necessidade primária do ser humano. Porém, muitas vezes, as pessoas só conseguem um contrato de arrendamento se tiverem um emprego primeiro. Uma coisa influencia a outra." (Representantes Vsi Tut)

A indiana Priya fala sobre a aumentada dificuldade de conseguir coisas básicas como moradia e emprego em razão da maior quantidade de pessoas chegando no país:

"Here, as more people are coming, it's more difficult to find house, jobs... It's very difficult!" (Priya)

A fala, além de refletir a intensa realidade da crise das políticas migratórias global, reflete também o contexto particular de Lisboa, que vem, como vimos anteriormente, atraindo para si uma quantidade crescente de imigrantes e refugiados e vivendo assim uma crise imobiliária de difícil solução para aqueles que necessitam viver na cidade trabalhando com salários mínimos locais. Para o acesso à moradia, além do alto custo de vida em uma Lisboa lotada, há entraves tanto de questões burocráticas, como a existência de fiadores para aluguel de imóveis, quanto relacionados a questões mais profundas de natureza social, como o já mencionado preconceito. É o que narra Francisca, organizadora do Pão a Pão, que acompanha a realidade de muitas refugiadas:

"O acesso à habitação também é um desafio, pois muitas vezes não têm fiador e enfrentam discriminação." (Organizadora Pão a Pão)

Na fala de Nour, também vemos o quanto as dificuldades de conseguir moradia e emprego se sobrepõem, configurando um intrincado nó a desatar, quando da chegada das

refugiadas em territórios portugueses, uma vez que a solução de uma acaba por depender da outra, e vice-versa:

"Rent. I'm thinking about moving to a small apartment with another friend, we would share the apartment. But as I'm refugee, I can't rent it. One office that I contacted called me to go there and rent the apartment. When I arrived there, he discovered that I'm in the refugee status, I'm not working, he told me: we can't rent you this house. Not easy." (Nour)

Também os representantes do Vsi Tut colocam, como condições prévias à busca de um emprego, lado a lado com a questão do alojamento, o fator integração das crianças nas escolas:

"Por exemplo, se não tiver alojamento fixo, é o mais complicado para sequer pensar na procura de emprego. Depois, se as crianças e os jovens não tiverem inseridos no sistema de ensino português, mais complicado também. Esses dois parâmetros (habitação e escolas) são os mais importantes para sequer pensarem em procurar emprego." (Representantes Vsi Tut)

Se no caso das ucranianas vimos, no quadro anterior, que há mesmo uma escola "ucraniana" na cidade de Benfica, e a visão dos representantes do Vsi Tut é a de que tudo está sendo feito da parte das instituições de acolhimento para garantir tais necessidades, na realidade das outras refugiadas a garantia de uma escola para os filhos - que asseguraria além da inclusão educacional das crianças a possibilidade das mães de dedicar-se regularmente a uma atividade remunerada - nem sempre é certa. O caso mencionado pela angolana Sandra, que relata ter levado mais de um ano para ter o irmão inserido na escola, é significativo desta dificuldade.

"Se as crianças não estão na escola, as mães não vão conseguir trabalhar." (Representantes Vsi Tut)

Durante o percurso de pesquisa, estas duas questões, moradia e cuidado das crianças, apareceram na vida prática, sendo a razão pela qual algumas das participantes precisaram cancelar ou adaptar a combinação de agenda para a entrevista. Também durante o evento do programa Momentum, em que inclusive eu me dediquei a cuidar da filha de uma das

participantes. Quanto àquela mesma mãe, a organizadora relatou que normalmente é ela quem se dispõe a cuidar da criança, no próprio ambiente do curso, para que a mãe possa assistir aos módulos e participar, capacitando-se para oportunidades de emprego ou empreendedorismo no país.

3 - Questões burocráticas

Outro ponto que atravessa a experiência das refugiadas em muitos aspectos, dificultando também sua relação com o mercado de trabalho é a burocracia inerente ao processo de refúgio, que, como vimos, teve uma realidade transformada no caso excepcional da Ucrânia. Na vivência das outras refugiadas, são relatadas inúmeras dificuldades como a demora para conseguir respostas dos órgãos responsáveis e dificuldades na regularização da documentação.

A questão da documentação, seja para o exercício profissional, seja para a própria permanência no país, configura-se como um entrave muitas vezes de difícil solução, envolvendo dúvidas e inseguranças ao longo do processo de integração. A situação familiar que vive a iraquiana Nour, que ainda não conseguiu um emprego no país, é particularmente difícil e depende de resoluções burocráticas que por ora não permitem que ela deixe Portugal para ver três de seus filhos - dentre eles uma filha de 12 anos - na Turquia, tampouco eles podem vir. Diante da recusa à permanência da filha de 12 anos, enquanto que a de 9 pôde permanecer em Portugal, Nour afirma ter imaginado que em até 6 meses tudo seria resolvido, no entanto, já passou muito mais tempo sem resolução, e ela relata que embora busque informações, ninguém consegue resolver sua situação, o que a deixa confusa e preocupada, certamente interferindo no seu processo de busca por um trabalho, mas também sem perspectiva de futuro ou sem poder fazer planos de longo prazo.

"No one can explain about our situation. I feel lost. I don't know where I go. I go there, there, there, without anything solved." (Nour)

Rana relata dificuldade na obtenção de variados documentos ligados ao processo de residência, bem como na obtenção de informações, o que torna sua experiência complicada em vários aspectos:

*“Agora temos residência de 6 meses de proteção, mas **não sei se vamos conseguir ter o de 3 anos** ou se vamos avançar como é preciso. [...] **Conseguir os documentos aqui não foi fácil**, mesmo com o status de refugiados.” (Rana)*

Ela conta também que tem vontade de fazer mestrado, mas tem dificuldades pois quer aplicar como aluna de Portugal para poder pagar um valor mais acessível. Porém, com as dificuldades da burocracia, ainda não recebeu o cartão de residência que valia por 6 meses e, como já se passaram 4 meses e logo vai expirar, ela não conseguirá se registrar no mestrado, pois o custo tornaria inviável. Quanto à atuação profissional, Rana sente que a dificuldade na obtenção de documentação afeta a vida profissional de muitas pessoas, que poderiam estar trabalhando, porém se encontram "em casa". Para ela, a condição burocrática ideal que garantiria o acesso a empregos no país, especialmente a empregos em sua área de formação, seria ter a residência, uma vez que se trata de uma condição para muitas empresas.

*“**Primeiro, ter a residência.** Porque com a manifestação de interesse, apenas alguns lugares aceitam. [...] Isso é só uma questão de papeis e não de qualidades das pessoas. Muita gente está em casa sem poder trabalhar por conta da questão de documentos.” (Rana)*

No campo da atuação profissional, ainda outra dificuldade das questões burocráticas, de acordo com Sandra, é a falta de comunicação entre os órgãos envolvidos e as empresas:

*“Fizeram muito mal, porque **criaram esse documento** (que caracteriza o status de refugiada) **sem fazer acordos com o Ministério do Trabalho.** Apresentar aquilo **não é válido nas empresas**, isso significa que não têm conhecimento desse documento. Às vezes perguntavam: O que é que é isso? Nem no mercado de trabalho e nem nos hospitais não sabiam desse papel. É um papel que não constitui documento de identidade. E, para conseguir trabalho, precisa apresentar documento de identidade.” (Sandra)*

4 - Desconhecimento do idioma

Como vimos no Capítulo 2, o conhecimento do idioma é um importante fator para a integração nos países de acolhimento. Tal dado se confirmou também nas entrevistas como

elemento dificultador para o acesso a empregos no país. Francisca, da organização Pão a Pão, aponta o idioma inclusive como sendo a principal dificuldade nesta busca:

"A principal dificuldade é a língua, pois é difícil aprender o português e isso afeta o acesso ao trabalho." (Pão a Pão)

As refugiadas Priya, da Índia, e Natalia, da Ucrânia também reconhecem em suas falas a importância de, estando em Portugal, poder se comunicar em português. Priya, aliás, menciona que tal necessidade é trazida pelas pessoas de Portugal, como resposta à sua busca por emprego no país:

"They say: 'It's Portugal, you need to speak Portuguese'." (Priya)

*"I think it's like, **if you plan to stay here**, of course, it's super important for you to speak Portuguese." (Natalia)*

Nesta fala de Natalia, também vemos novamente uma particularidade trazida no ponto inicial desta análise, quando tratamos das diferenças entre a experiência ucraniana e a de refugiadas de outros países: a menção à escolha pessoal, à possibilidade de sair do país.

Nour, que fala inglês, idioma em que foram realizadas as duas entrevistas, também comenta sobre a realidade complicada de quem não sabe falar português no país, tomando a cidade de Guarda como exemplo, onde, de acordo com ela, praticamente toda a população desconhece o idioma inglês:

"The language is a big difficulty. Because, in Guarda, for example, 99% of people can't speak English." (Nour)

Durante uma de suas entrevistas, a iraquiana disse sentir que os idiomas podem ser uma barreira muito grande para a comunicação e para diferentes oportunidades, e conta que desde que sua filha era pequena ela lhe ensina inglês, por não querer que passe pelas mesmas dificuldades que ela, Nour, enfrenta atualmente. Agora vivendo em Portugal, sua filha estuda em Lisboa, na sexta série, e está recebendo a educação em português. Por ser uma escola de estudantes internacionais, oferece a opção de fazer os exames em inglês, mas ela encoraja a filha a aprender o português:

"I tell my daughter: don't go in English exams, talk to your teacher in Portuguese language, to continue and understand the language. I tell her: this is important." "
(Nour)

5 - Não reconhecimento da qualificação profissional

Já vimos, na parte inicial deste capítulo de análise, que um dos desafios para se inserir no mercado de trabalho do país está na dificuldade em obter o reconhecimento das qualificações adquiridas em suas formações nos países de origem. Se para as refugiadas ucranianas Yulia e Natalia trabalhar em suas áreas profissionais não configurou um problema, com uma delas tendo conseguido trabalho em aproximadamente um mês, o entrave burocrático das qualificações é uma forte questão a atravessar a experiência das refugiadas de outras nacionalidades. Mesmo entre aquelas que conseguiram emprego, não vemos nenhum exemplo de atuação na área de formação. Assim, temos: uma dentista que trabalha em um restaurante árabe, uma engenheira que está desempregada, uma mestranda, graduada em Business and Management, que trabalhou com faxinas, entre outros casos. É o caso também das mulheres que atuam no projeto Pão a Pão, que oferece vagas de emprego para refugiadas, que muitas vezes possuem formação em outras áreas:

"Muitas das mulheres que participam do projeto têm qualificações, mas enfrentam dificuldades para encontrar emprego em suas áreas de formação." (Pão a Pão)

Pode-se dizer que esta situação acaba por tornar necessário que, para que a integração possa acontecer, além da experiência traumática do deslocamento forçado, deixando-se para trás uma vida inteira, se abra também mão de um caminho pessoal muitas vezes construído ao longo de anos, para garantir a sobrevivência diante das novas circunstâncias. Trata-se de uma realidade que demanda das refugiadas, que já enfrentam, como vimos, uma série de problemas anteriores mesmo à busca por emprego, um grande exercício de resiliência, a flexibilidade para atuar em áreas distintas da de sua formação, o aprendizado de novas habilidades, muitas vezes em comunicação improvisada, enfim, configurando uma verdadeira reinvenção pessoal para que possam sobreviver economicamente nessas novas circunstâncias.

Sandra, que era estudante de Direito em Angola e que planejava inicialmente seguir a formação em Portugal, relata que precisou rever seus planos, e desde que chegou no país já atuou no setor de hotelaria e atualmente no de restauração. Ao responder se os trabalhos

exercidos por ela em Portugal tinham similaridade com a sua qualificação profissional, respondeu:

*"Não, completamente diferente. Infelizmente, ao chegar na Europa, é uma realidade diferente. Porque às vezes nós viemos com algumas formações, algum conhecimento, só que **não é validado aqui**. Eu sou estudante de Direito, mas atualmente estou a começar uma nova formação da assistência administrativa para assistente de recursos humanos. E por isso é que eu **estou mesmo a fazer esta formação profissional**, para tentar ser validada aqui e trabalhar nessa área administrativa. Espero ser chamada e trabalhar nessa área."*

"Em breve eu quero trocar, deixar de restauração e começar aquilo que eu gosto mais de fazer e que eu já entendo." (Sandra)

Como se vê, por um lado, Sandra relata já ter exercido funções do setor de serviços que não estavam nos planos originalmente, setores, aliás, onde atua grande parte da população refugiada empregada no país; por outro, sua fala parece refletir o desejo e a expectativa de uma verdadeira integração, em que possa exercer em território português atividades de uma área profissional em que tenha formação, buscando uma nova área de estudo.

Em relação às expectativas das refugiadas no que diz respeito à inserção profissional em Portugal, os organizadores da Vsi Tut relatam que o problema da validação de diplomas também acontece na experiência de ucranianas, e trazem o exemplo de uma médica que não pode atuar como médica no país, porém "pelo menos" exerce uma profissão dentro da área de saúde:

*"Falando em gestão de expectativas, estou a lembrar de uma médica que atualmente é técnica de análises clínicas. Pelo menos, está a exercer uma profissão dentro do seu meio, da saúde. Mas é **um caminho longo, não é imediato**." (Representantes Vsi Tut)*

A questão burocrática de validações, que se mostra um longo caminho, nas palavras deles, se torna dificultada especialmente em algumas áreas, em que há ordens profissionais que exigem certificação específica, muitas vezes envolvendo longa espera e custo elevado:

*"Outra grande dificuldade é o reconhecimento das profissões, bem como **acesso às ordens profissionais**: médicos, engenheiros, enfermeiros, psicólogos não conseguem obter uma certificação para aceder às ordens profissionais. Implica validação, precisa ter o certificado em mãos ou no formato digital, tradução dos documentos..."*

[...] As ordens mantêm o padrão para conseguir exercer a profissão, mesmo quando são refugiados." (Representantes Vsi Tut)

Rana relata que, desde que chegou em Portugal, em 2022, tenta fazer a equivalência de seu diploma como dentista, porém até agora sem êxito, tendo conseguido apenas trabalhar durante um período em uma clínica como assistente dentária. O mesmo acontece com sua irmã, médica pediatra, que ainda não conseguiu a equivalência para trabalhar na área. Rana conta ainda sobre o caso de sua mãe, também da área médica, que tampouco consegue atuar em sua área, mesmo quando se oferece voluntariamente.

"Minha mãe está deprimida sem fazer nada. Ela é uma doutora de mais de 30 anos de experiência na área dela e para ela ficar em casa custa muito. Ela era a responsável de um centro de saúde na Síria, trabalhava em um hospital e tinha a clínica dela. Tinha a vida cheia. Agora está só em casa, ela não consegue aceitar essa ideia. Tentamos ir com ela a alguns centros de saúde para ela ser voluntária, mas mesmo assim eles não aceitam." (Rana)

Já Nour conta que desistiu de tentar emprego como engenheira há muito tempo, e que aceitaria qualquer oferta de trabalho, o que até agora não aconteceu. Se, por um lado, os dados mostram o quanto a validação de formações é um ponto importante para a integração, por outro, pode-se compreender que atuar na própria área de formação se configura já sendo um passo "mais adiante" no processo de bem-estar, especialmente quando comparamos a tantos casos em que nenhum emprego é encontrado, seja na área que for, casos em que as refugiadas se encontram à margem do mercado de trabalho.

6 - Machismo

Conforme mencionamos no Capítulo 3, como parte da metodologia desta pesquisa, houve, em etapa realizada já em 2024, um momento de reajuste dos roteiros de entrevistas, em que foram incluídas algumas perguntas entendidas como relevantes para ampliar e aprofundar o olhar para algumas questões, entre elas, aquelas relacionadas ao gênero. Assim, foi inserida a pergunta: "Acredita que o fato de ser mulher interfere no processo de integração e na busca por trabalho?" Algumas das respostas trouxeram diferentes manifestações do machismo estrutural como um desafio tanto para a busca por emprego quanto para a própria experiência laboral nos ambientes de trabalho, quando empregadas.

Quanto ao processo de busca, Nour diz sentir que há uma facilidade maior de conseguir emprego quando se é homem, ao comparar-se com outros árabes em Portugal:

"For men, it's easier to find a job than for women. For example, in a course of Portuguese classes that I was doing with another three Arabian men, all of them already got a job, while I'm still searching it." (Nour)

Também Rana afirma ter vivenciado a experiência de, na busca por emprego, se sentir preterida por ser mulher, no caso, por uma divisão dos horários - sendo as atividades noturnas consideradas para homens. É interessante que, ao narrar esta situação, ela traz, na descrição das atividades que realiza no atual emprego em uma mercearia árabe, uma atividade "masculina": "carrego coisas pesadas", pela questão da força física.

"Sim, afeta. Por exemplo, às vezes perguntam se, por ser mulher, pode trabalhar à noite, porque acham que como mulher não posso. Mas eu já trabalhei no turno da noite. E mesmo agora na loja carrego coisas pesadas, faço tudo." (Rana)

Como falamos no Capítulo 2, há uma sobreposição de vulnerabilidades quando se trata de refúgio e gênero feminino, o que costuma acontecer em diferentes etapas do processo de refúgio. Assim também situações que envolvem algum nível de violência característica do machismo estrutural se repetem nas etapas do processo de busca e manutenção de empregos. Quando perguntada se achava que o fato de ser mulher interferiria na busca por trabalho ou de alguma forma no processo de integração, Sandra respondeu trazendo a experiência vivenciada já dentro do ambiente de trabalho. De acordo com ela, não houve um único caso de realidade de trabalho onde não tenha vivenciado algum grau de machismo, configurando-se como uma questão estrutural mais profunda que se faz difícil de evitar. Diz:

*"Sim, eu acho que sim, porque infelizmente estamos uma sociedade machista. Às vezes é meio complicado falar sobre isso, mas para ser sincera é a realidade que eu vivo e eu por dizer que **em todos os trabalhos que eu passei** tinha um grau, nem que fosse um grau minúsculo, mas existia. Então, imagina, **ser mulher e ser mulher imigrante. Não é fácil.**" (Sandra)*

Para ela, que relembra a dupla vulnerabilidade contida em "mulheres e imigração", a baixa remuneração e a sobrecarga, além da estrutura que permitia comentários machistas, misturados a comentários de cunho preconceituoso, foram parte dos motivos pelos quais decidiu sair do emprego que havia conseguido. Ou seja, o machismo sendo um dos fatores a inviabilizar, de outra forma, sua manutenção no mercado de trabalho:

“Quando trabalhei no norte, com o tempo, basicamente eu tinha quase o mesmo trabalho e responsabilidades que os meus supervisores na época. Eram homens que estavam lá em cima. Mas eu percebi que eles não me mudavam nem de cargo, nem de posição, não mudavam o meu salário. Por essa questão mesmo (machismo), ou talvez por eu ser um pouco mais nova, por ser mulher... E eu ouvia frases machistas e preconceituosas. Então foi uns motivos que me fez sair de lá, essa não valorização do meu trabalho.” (Sandra)

O que sua fala aponta é que mesmo após a inserção no mercado de trabalho, o que, como vimos, não se trata de algo simples, o próprio ambiente organizacional pode se tornar violento, refletindo e reproduzindo estruturas machistas que acabam potencialmente expulsando refugiadas trabalhadoras do emprego pelo qual lutaram arduamente para conseguir. Neste sentido, também a experiência compartilhada por Rana, vivenciada por sua irmã, é significativa:

“Minha irmã, por exemplo, está a trabalhar na empresa de teleperformance e encontrou pessoas sexistas. Os homens lá fazem muitos comentários sexistas para ela. Ela já reportou e reclamou disso, mas não está nada confortável no trabalho por conta disso. Ela está a pensar trabalhar em casa, porque está muito complicado lá o ambiente.” (Rana)

Aqui, vale lembrar que a irmã de Rana segue tentando a validação de sua formação profissional médica, para atuar como pediatra em Portugal. No ambiente do trabalho que conseguiu, o nível de sexismo é tão forte que, assim como Sandra, cogita deixar o emprego obtido, uma vez que mesmo tendo reportado tal desconforto e violência, não encontrou acolhimento para sua experiência.

A realidade de ambientes de trabalho sexistas é trazida também pelos organizadores do Vsi Tut, que afirmaram ser a questão do assédio às mulheres refugiadas um problema, e que algumas delas sentem dificuldade de compartilhar e reportar tais situações. Esta afirmação vem acompanhada de uma série de outros fatores negativos que compõem o panorama de dificuldades e mesmo ameaças encontradas em entidades empregadoras com intenções de exploração do trabalho de refugiados de um modo geral:

*“Demos apoio jurídico a muitas pessoas que foram abordadas ou mal informadas pela entidade empregadora. Nomeadamente, questões de assédio, violência ou abuso do trabalho. Como, por exemplo, contratos de exploração, sem período experimental e contratos maliciosos. **Isto foi uma realidade, sobretudo para as mulheres, a questão do assédio.** Nem todas se sentiram à vontade para expor e nem todas perceberam que são questões que não são toleradas em nosso país por conta da*

diferença cultural. Portanto isso pode ser um tema a explodir cada vez mais nos próximos meses." (Representantes Vsi Tut)

Tais relatos se tornam ainda mais importantes nesta pesquisa, por confirmarem a particularidade das vivências femininas, e a repetição de situações de violência a que estão expostas em todas as etapas do processo de deslocamento, muitas vezes encontradas desde a situação que as fez sair de seus países de origem. Sobre o mercado de trabalho português, podemos dizer que, nas experiências compartilhadas durante esta pesquisa, nele se reproduz a estrutura de desigualdade de gênero, tanto na busca por emprego, na manutenção do emprego, quanto na discrepância de salários e no desrespeito à integridade profissional das mulheres refugiadas.

7 - Preconceito (racismo, xenofobia, aporofobia)

Já vimos, quando foi proposto o recorte das diferenças entre as experiências de ucranianas e de mulheres de outros países, o quanto diferenças culturais, raciais e sociais podem estar em jogo, para além das diferenças que marcaram o caso excepcional de assistência ao povo ucraniano, quando se fala de um acolhimento positivo ou negativo no país de destino das refugiadas. Dentre os desafios que emergem dos dados, então encontra-se o preconceito, que ora pode ser entendido pelo racismo, ora através do termo xenofobia, ora, ainda, enquanto aporofobia.

Ao longo do percurso de pesquisa, como parte dos ajustes dos roteiros de entrevista semiestruturada, após o aprofundamento nas questões envolvendo refúgio e desafios para o processo de integração, também foi incluída para as mulheres refugiadas a seguinte pergunta: "Desde que chegou em Lisboa, sofreu algum tipo de preconceito?" A fala, trazida há pouco, dos organizadores do Vsi Tut sobre diferentes formas de assédio nos ambientes de trabalho, já havia, anteriormente à inclusão desta pergunta no roteiro, sido bastante significativa para apontar algumas questões estruturais na relação com trabalhadores refugiados.

As respostas de algumas das mulheres refugiadas a esta pergunta também trazem situações de preconceito, por conta da raça ou origem. Aliás, Sandra traz em sua fala a visão de que "Portugal é um país preconceituoso, racista" e diz achar que todos refugiados, "seja branco ou preto", em algum momento viverão situações de xenofobia. Ao ser perguntada

mais especificamente se entende que as empresas portuguesas estão preparadas para receber pessoas refugiadas, responde que a dificuldade já está na própria recusa ao acolhimento:

“Não, ainda há um certo preconceito. Eu por exemplo, quando comecei a procurar emprego, ainda estava com o estatuto de refugiada, eu me recusava a apresentar a minha identificação [...] porque eu sei do preconceito que isso podia gerar. [...] A única vez que tentei (apresentar o documento) não passou.” (Sandra)

Rana narra duas ocasiões vividas já dentro de ambientes de trabalho, em que se sentiu discriminada tanto pela questão social quanto por racismo. O primeiro deles, onde pôde atuar como assistente dentária, influenciou tanto a baixa remuneração, o formato de pagamento, sem contrato, quanto sua dispensa após um período de experiência:

“Um dia, fui para trabalhar em uma clínica como assistente dentária. Trabalhei sem contrato, elas me disseram: ‘Vamos experimentar’. No final, depois de duas semanas trabalhando lá, disseram-me: ‘Ah, não precisamos mais, não falas bem português. Vai embora’. Eu acho que foi uma discriminação, aproveitaram porque eu precisava de trabalho, e pagaram-me pouco, sem contrato.” (Rana)

Também no ambiente de trabalho, já neste caso em um hotel onde trabalhou, Rana lembra uma situação de preconceito que sofreu de um cliente:

*“ ‘Não fala português?! Como está a trabalhar aqui e não fala português?! Eu como cliente quem pago seu ordenado.’ E começou a falar alto comigo. Acho que foi porque não sou portuguesa. Foi horrível. Nessa altura eu precisava muito do trabalho e fiquei com **medo de perder meu emprego** por causa da situação. Mas era **racismo** mesmo.” (Rana)*

Embora tenha podido vivenciar um trabalho como assistente na área de Odontologia, do qual afirmou ter sido dispensada de modo preconceituoso, ao falar sobre seu ambiente de trabalho atual, na mercearia árabe, onde não atua em sua área de formação, diz gostar de trabalhar ali por ser "um ambiente agradável", e conta que parte importante dessa experiência positiva tem a ver com a ausência de preconceito e com a valorização de sua cultura, o que não pôde encontrar nos outros ambientes onde trabalhou, tendo, ao contrário, experiências de desvalorização de sua origem e condição:

“Eu gosto de trabalhar lá porque é um ambiente agradável. Toda gente, todos os clientes ficam curiosos para saber mais da nossa cultura, estão sempre a apoiar nossa cultura, não tem racismo.” (Rana)

8 - Traumas sofridos no país de origem e saúde mental

Uma fala dos organizadores do Vsi Tut traz este que é outro ponto importante, de natureza mais profunda, que se apresenta como desafio não apenas na integração e inserção no mercado de trabalho, mas envolvendo toda a experiência do refúgio, ou melhor, a partir do refúgio:

"Temos que gerir frustrações e traumas. Sentimos que existe um trauma, de guerra."
(Representantes Vsi Tut)

Durante sua entrevista, a ucraniana Natalia, que já vive em um ambiente de trabalho dentro de sua área de formação, ou seja, já se encontra inserida e em uma etapa avançada de integração no país, compartilha seu desconforto e uma luta pessoal para comunicar sua experiência de guerra sem assustar as pessoas. Inclusive, ao ser perguntada sobre sugestões para boas práticas no acolhimento a refugiadas por parte das empresas, é ela quem mais enfatiza a importância da oferta de profissionais qualificados de psicologia para ajudar os refugiados a enfrentar desafios emocionais e psicológicos, como veremos mais adiante.

“I was in Ukraine at that moment. It was in winter and I came to my family and there was like a super massive missile attack in the morning and we were like hiding and also it was super close to our house. And then the first half of the day I was like, you know, I was not able to work normally, but I was working and then, at five, having a goal with my team lead and she asked me like, how are you? What's new? How is Ukraine? And, you know, I was still a bit under shock and if it was two days later or three days later, I would never say it. But since I was still under the shock, I was like, I don't know. 'Oh good, like today in the morning, we had super massive missile attack, but I survived, so good. And my family is fine' and she was looking at me like that. She was like: 'How to help you? We can help you and your family right now? I mean, we can pay for tickets, we'll do whatever you need us to do.' Then, I realize oh my God, what did I say?!” (Natalia)

Ao abordarmos a questão de traumas, alguns casos desta pesquisa são especialmente marcantes. Entre eles, o caso de Priya, que estava visivelmente abalada durante a entrevista, tendo chorado ao relatar seu sofrimento emocional durante a guerra na Ucrânia, conflito que,

entre os tantos traumas inerentes a qualquer situação de guerra, a fez também perder uma amiga. Vale lembrar que foi ela quem, após ter conseguido trabalho em um restaurante indiano indicado pela família que a hospedou, teve que sair devido a problemas de saúde, o que muitas vezes pode estar associado a questões de estresse, fadiga emocional, e a saída de um emprego em razão da saúde podendo criar novas camadas de frustrações e traumas.

Já Nour, mãe de quatro filhos, que precisou sair do Iraque porque seu marido trabalhava no governo e foi perseguido politicamente, já está no segundo país de acolhimento, tendo antes vivido na Turquia com a família inteira. Em Portugal, onde ainda não conseguiu trabalho, encontra-se sem uma filha, porque, embora tenha dado entrada no visto das duas filhas menores de idade, tendo ambas a mesma documentação, apenas a mais nova, de 9 anos de idade, recebeu o visto. Nour conta que a embaixada no país não deu explicação dos motivos para isso. E assim, sua filha de 12 anos ficou na Turquia com os outros dois irmãos, enquanto que o marido de Nour voltou para o Iraque um pouco antes de Nour vir para Portugal. Encontra-se, portanto, apartada de sua família a não ser por uma, dos quatro filhos, e sem compreender o que faz com que não possa estar com uma filha de 12 anos no país. Toda essa situação, que envolve o luto da ruptura geográfica, insegurança em relação ao bem-estar de sua filha menor de idade, indefinições, parece afetar na busca por emprego no país, até hoje sem êxito no seu caso.

Ainda é exemplar o caso de Rana, que anteriormente, em 2018, ganhou uma bolsa de estudos para vir estudar em Portugal, do Global Platform for Syrian Students. Durante um tempo no país, pôde aprender o idioma, porém, passou por muitas dificuldades e sofreu com depressão por conta da guerra na Síria e da preocupação com sua família que estava lá, o que a fez retornar ao país, mesmo com as dificuldades que isso significava:

“Não aguentei ficar sozinha aqui, voltei para a Síria”. (Rana)

Naquele momento, voltou para a Síria e conseguiu terminar seus estudos lá e apenas quando finalizou a universidade, decidiu que era hora de voltar a Portugal, no segundo semestre de 2022. Ao mesmo tempo, como já vimos, a qualificação para a qual se preparou ao longo de anos, formação que havia inclusive envolvido uma bolsa de estudos internacional, encontra-se hoje "em estado de espera", uma vez que Rana trabalha no setor de serviços, no Mercado de Arroios, onde está mais feliz do que em seu emprego anterior, de assistente de dentista, mas por razões ligadas ao racismo e outros preconceitos.

Ao recuperarmos a história dessas três refugiadas, é interessante voltar à fala citada no início deste capítulo, "só não trabalha quem não quer", que pode indicar opinião de que o desemprego de algumas das refugiadas se justificaria pela falta de vontade da parte delas. Como vemos, estão em jogo inúmeros atravessamentos objetivos e subjetivos que podem se colocar entre as refugiadas e as oportunidades de trabalho. Não é de se subestimar o potencial sofrimento psicológico vivenciado em situações extremas, que no caso de refugiadas pode envolver diversos elementos de perda, como família, amigos e toda uma comunidade afetiva, muitas vezes envolvendo grupos religiosos de pertencimento, a cultura e o próprio idioma, a casa. Talvez não seja à toa que Rana descreve o atual ambiente de trabalho como sendo "agradável", associando ao fato de que lá pode viver e valorizar sua cultura de origem. Além disso, uma vez que falamos justamente das dificuldades de inserção no trabalho, é importante lembrar também o luto da posição e status social, a identidade profissional, enfim, a perda de uma trajetória, de um caminho construído, mas também de expectativas pessoais em relação à carreira, à autonomia, ao futuro. Trajetórias como a de Rana mostram o quanto há da parte de muitas refugiadas um intenso processo de adaptação à realidade, superando frustrações e gerenciando traumas pessoais para manter-se empregada no país de origem.

9 - Diferenças culturais e despreparo das empresas para contratar e integrar pessoas refugiadas no seu quadro de colaboradores

Há, por fim, mesmo quando há o interesse de parte de empresas na contratação de refugiados e a superação das questões burocráticas anteriores a isso, ainda uma realidade atravessada por limitações e despreparo que acabam criando uma nova camada de entraves.

No processo de integração de ucranianos, caso mais significativo de boa vontade no acolhimento a trabalhadores refugiados, de acordo com os representantes do Vsi Tut, o que se observa é, primeiramente, um "desajuste" nas expectativas e postos disponíveis para as pessoas refugiadas:

*"Abriram muitas ofertas de trabalho, mas acredito muitas não foram preenchidas por conta das razões que já abordamos há pouco. Por isso, de uma forma geral, **as empresas quiseram acolher e integrar as pessoas refugiadas da Ucrânia no seu espaço de trabalho**. Provavelmente, o que não aconteceu foi um ajuste de expectativas entre a oferta e procura. A oferta era de cargos e postos de trabalho "não diferenciados", enquanto que **a procura era de pessoas "diferenciadas"**. Portanto, fazer um match entre as duas ainda é complicado." (Representantes Vsi Tut)*

Ainda de acordo com eles, fica a dúvida se as vagas abertas estariam sendo abertas a serviço da criação de uma imagem positiva da empresa perante a sociedade, uma vez que se mostrou a falta de preparo para integração destes trabalhadores:

*"Tenho dúvidas se algumas empresas abriram vagas para ucranianos porque era socialmente benéfico para eles em termos de imagem, mas depois, **não tinham noção de que é preciso um trabalho com essas pessoas**. Por variadíssimas razões, de instabilidade, traumas, linguagem, diferenças culturais..." (Representantes Vsi Tut)*

Sandra também questiona o grau de comprometimento das empresas quando se trata da responsabilidade social na inclusão de refugiados:

*"Eu acho que as empresas têm falhado muito nesse quesito sobre as **responsabilidades sociais**. Toda e qualquer empresa pela lei tem uma responsabilidade social, tem que ser inclusiva, isso é um facto pela lei também. Ainda mais Portugal, que é um país que precisa muito da mão de obra dos imigrantes. A massa de trabalho aqui é constituída por imigrantes, então eu acho que eles também deviam olhar para esse lado e tentar criar projetos de empregabilidade, de ajuda. [...] Deveriam ter maior envolvimento nessa questão."* (Sandra)

Dentro do ambiente de empresas, barreiras como o idioma e documentação permanecem como uma dificuldade mesmo após as refugiadas terem conseguido um trabalho. Isto é relatado especialmente na experiência de Natalia, que, como já vimos, ocupa uma posição em sua área de formação em uma grande empresa. A ucraniana afirma ser um grande desafio trabalhar em um ambiente de língua portuguesa, pois toda a documentação e os materiais de comunicação estão em português:

*"Everything is in Portuguese at all. People speak a great English, which is great, but also documentation, all the communication materials, **everything is in Portuguese** and it's so **it's hard to find information**, you know, because you can go to the database and find something because you know how to look for it. So basically it takes me more time to find something and then to review if it's something that they need. Because if you open presentation in English or in your language, you can just really like super quickly understand: do you need this information or not? And just people go and do it. I translate every slide with translator."* (Natalia)

Quanto às dificuldades que teve para encontrar informações devido à barreira do idioma e aos recursos limitados nos serviços em termos de línguas para estrangeiros, ela

relata que tal situação se repetiu nos processos burocráticos, como a declaração de impostos e o acesso a determinados portais:

“I already was working at there and you need to do this IRS and stuff like this. No one told me that they need to do it, you know, okay. It's very bureaucratic. Yeah, but I didn't know that because like in Ukraine, we have like a different system if you work for a company, the company does all the taxes for you.” (Natalia)

A experiência de Natalia demonstra que, mesmo contratando algumas pessoas refugiadas, empresas portuguesas podem ainda não estar de fato preparadas para sua verdadeira inclusão, visto que são inúmeras as barreiras para que se mantenham nestes empregos, o que passa pela questão do idioma, porém não se reduz a ela.

Sugestões e boas práticas para empresas se tornarem mais inclusivas a mulheres refugiadas

Vimos, como último dos desafios à inserção no mercado de trabalho em Portugal, as dificuldades encontradas por refugiadas no ambiente de empresas, o que envolve além do processo de contratação, as diferenças culturais e despreparos que mantêm entraves na integração mesmo já dentro das empresas, uma vez contratadas as mulheres refugiadas. Considerando-se as empresas como um importante canal de oportunidades de melhoria neste processo, uma das perguntas do roteiro de entrevistas semiestruturadas, tanto para representantes quanto para as refugiadas, foi perguntar se tinham sugestões de práticas que considerassem positivas e potencialmente transformadoras para contribuir na inserção ao mercado de trabalho. Elencamos aquelas que surgiram como resposta, relação que consideramos importante para contribuir na construção e manutenção de práticas positivas e inclusivas. Algumas delas, é claro, não devem ser consideradas apenas por empresas, mas sim por todas as partes potencialmente envolvidas quando se trata de integração e acolhimento. São elas:

1. Programas de apadrinhamento
2. Oferta de aulas de português
3. Apoio jurídico
4. Apoio psicológico

5. Maior flexibilidade e diminuição de burocracia no processo de contratação
6. Programas internos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), com sensibilização dos colaboradores para o tema e integração da cultura
7. Partilha de boas práticas com outras empresas que possuem políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)

Como vemos, em sua maioria, estas práticas dialogam diretamente com os dados da seção anterior, sendo espécies de ecos, tentativas de respostas objetivas aos principais desafios abordados há pouco. Em alguns casos, como veremos, trata-se do reconhecimento da importância de práticas que já acontecem, implementadas em alguns projetos, empresas e espaços, e que já beneficiaram mulheres refugiadas, amenizando alguns dos tantos desafios existentes em seus processos de integração. No quadro a seguir (**Figura 23**), trazemos, para cada uma destas práticas sugeridas como orientadoras para empresas, algumas falas que consideramos relevantes para a expansão de sua compreensão, apresentando as opiniões e impressões das refugiadas e representantes de instituições entrevistadas.

<p>Programas de apadrinhamento</p>	<p><i>"You can't even learn when you don't know people here. So if you can talk to people, you start to speak better." (Priya)</i></p> <p><i>"Tive muita sorte, nem toda gente tem essa sorte. Porque tenho muitos conhecidos aqui." (Rana)</i></p> <p><i>"Colegas já integrados ajudarem os novos a se integrarem nessa empresa." (Representantes Vsi Tut)</i></p>
<p>Oferta de aulas de português</p>	<p><i>"Mais cursos de português para refugiados." (Rana)</i></p> <p><i>"Then of course something super basic like language classes and we have it. We have Portuguese classes at work." "It's absolutely for free." (Natalia)</i></p>
<p>Apoio jurídico</p>	<p><i>"I think what could be super important to have internally lawyers and people who have expertise in questions related to documents to your legal status." (Natalia)</i></p>
<p>Apoio psicológico</p>	<p><i>"It's sometimes difficult for you to integrate emotionally from psychological point of view. So internal psychologists, but usually companies have them and in my company we also have psychology so you can easily reach out to them and if you have even a question about like so there is something happening in my country."</i></p>

	<p><i>“I mean that's extra but if companies could have people qualified specifically to help people who survive the war or who went through something like that. It would be super nice because sometimes I feel that I just don't know how to communicate with people about that.”</i></p> <p><i>(Natalia)</i></p>
<p>Maior flexibilidade e diminuição de burocracia no processo de contratação</p>	<p><i>“Mais flexibilidade, como ter um período experimental para aquele cargo.”</i> <i>(Representantes Vsi Tut)</i></p> <p><i>“Facilitar em termos de documentos, porque quando a pessoa é refugiada aqui, não tem todos documentos certinhos, mas está aqui e precisa de trabalho para ajudar.”</i> <i>(Rana)</i></p> <p><i>“Aproveitar outras línguas que elas saibam para aproveitar e fazer outras coisas. Por exemplo, minha mãe é pediatra e tem muita experiência na vida. Mas não sabe a língua. Porém não quer dizer que ela não sabe nada só porque não sabe a língua.”</i> <i>(Rana)</i></p> <p><i>“Esse período até aprender a língua não deveria dar depressão para as pessoas. Tem que ser um período onde podem trabalhar e ao mesmo tempo aprender.</i> <i>Por exemplo, a minha irmã teve muita sorte porque não colocaram a língua como uma barreira. Aproveitaram o fato de ela ser farmacêutica e as pessoas que trabalham lá estão a apoiar ela para ela aprender a língua. Estão a ajudar ela, dar coragem, ela está a aprender por ver e trabalhar. Ela não fica em casa a aprender línguas. Está a trabalhar, a ganhar dinheiro, a apoiar a família e, ao mesmo tempo, tá a aprender língua. Este é um exemplo muito bom para aplicar a toda gente.”</i> <i>(Rana)</i></p> <p><i>“Por exemplo, na Alemanha, eles contam anos de experiência e não precisa tanta complicação para fazer a equivalência.”</i> <i>(Rana)</i></p> <p><i>“Conciliar a vida profissional com a vida pessoal é difícil, especialmente para mulheres que têm responsabilidades familiares. Oferecer flexibilidade e conciliação entre trabalho e vida pessoal é fundamental para ajudar as mulheres imigrantes a se integrarem.”</i> <i>(Pão a Pão)</i></p>
<p>Programas internos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), com sensibilização dos colaboradores para o tema e integração da cultura</p>	<p><i>“Empresas devem evitar filtros discriminatórios e considerar as competências das pessoas além de sua aparência. Incluir e valorizar as diferenças culturais dentro das empresas é importante.”</i> <i>(Pão a Pão)</i></p> <p><i>“Eu gosto desse trabalho porque é ligado com nossa cultura, posso expressar minha cultura. Eu sei muitas coisas lá, estou a trabalhar bem.”</i> <i>(Rana)</i></p>
<p>Partilha de boas práticas com outras empresas que possuem políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)</p>	<p><i>“Partilha de práticas entre empresas, sabendo que a diversidade é importante para inovação. Não é tão difícil assim e os benefícios são muitos.”</i> <i>(Representantes Vsi Tut)</i></p>

Dentre as experiências compartilhadas ao longo das entrevistas, pudemos encontrar alguns casos em que as práticas acima já vinham sendo realizadas, seja por empresas ou por organizações vinculadas ao tema do refúgio. No entanto, trata-se de realidade pouco frequente.

Vimos, na seção anterior, a diferença que houve, nos casos de muitas refugiadas, de se ter vínculos no país, como amizades e pessoas conhecidas na obtenção de empregos, e mesmo no processo de documentação. Em alguns casos, famílias de acolhimento. A boa prática que encabeça esta lista é justamente a criação e manutenção de programas que conectem as pessoas refugiadas com locais, podendo trazer muitos benefícios no processo de integração, não apenas no sentido objetivo mas também na melhoria da experiência subjetiva.

A organização Meeru, que, embora não se situe em Lisboa, e sim no Porto, foi mantida na análise mesmo depois da escolha do recorte geográfico na capital, possui um projeto voltado para o apadrinhamento que pode ser considerado uma boa prática. A organização tem como principal projeto a construção de comunidades inclusivas, buscando voluntários locais para fazer parte dessa missão. No projeto de apadrinhamento, há um processo de seleção de famílias, em parceria com entidades de acolhimento, que identificam aquelas em situação de isolamento social. O projeto é apresentado às famílias por um mediador cultural, e elas têm tempo para decidir se querem participar. Dentre os serviços oferecidos pela Meeru, estão também o apoio na elaboração de currículos, inscrição nos centros de emprego e sensibilização das empresas para contratar pessoas com pouca fluência no idioma.

Como vemos no quadro, a questão da flexibilização é realmente atravessada por muitas questões de diferentes naturezas, dentre elas a parte burocrática da documentação. Aqui vale recuperar ainda uma fala de representantes do Vsi Tut, cuja experiência com a realidade ucraniana oferece um vislumbre daquilo que poderia ser considerado um ideal a ser almejado para todos os casos, independente de país de origem:

*"Ucranianos possuem **automaticamente** os documentos básicos automáticos por meio do SEF. Fator diferenciador, boa prática que poderia ser transferida para outras pessoas migrantes. [...] Se isso conseguir ser aplicado a outras populações que vieram de diferentes localidades, isso será uma boa prática que foi aplicada à população da Ucrânia que é muito notória e facilitadora. Certamente, isso tem a ver com questões também sociológicas, como pele e cor do cabelo de quem é pessoa refugiada da Ucrânia. Brancas, loiras e com olhos azuis. **Se é possível para eles, é***

possível aplicar para os outros.” (Representantes Vsi Tut)

Talvez se possa falar, como processo anterior e inerente à flexibilização, da sensibilização de equipes inteiras para as dificuldades enfrentadas na vida pessoal de uma pessoa refugiada, precisando envolver algum nível de abertura para que a vida profissional possa ser conciliada com todas as outras demandas. Falar de flexibilização para que se possa conciliar vida pessoal e profissional é especialmente significativo quando pensamos na questão de gênero, considerando as dificuldades encontradas para a integração escolar e para a dedicação de cuidado de crianças, mas também de mães, sogras, uma vez que tais funções recaem, mesmo quando se trata de mulheres que têm maridos, principalmente sobre mulheres.

Já quando se fala na importância de promover, dentro das empresas, a integração e o respeito às culturas, compreensão da cultura de origem, ou, ao menos, mostrarem-se receptivos às diferenças, podemos pensar que gestos simples, como acolher o uso do hijabe, por exemplo, pode fazer toda a diferença no sentimento de inclusão das pessoas refugiadas. Aqui, é possível mencionar mais uma vez o bem-estar associado ao sentimento de pertencimento cultural e valorização de uma história e de um povo, como no caso de Rana. Essas práticas podem também trazer diálogo e conscientização para as graves questões envolvendo preconceito.

Embora não tenha sido trazida uma sugestão específica para o combate à violência de gênero, o que pode estar associado ao fato de, infelizmente, se tratar de um problema estrutural que afeta mulheres de toda e qualquer origem, nas mais variadas áreas da vida, podemos considerar que, pensando em boas práticas, cabe, para cada uma das práticas sugeridas, voltar a elas com novos olhos, olhos comprometidos com a diminuição e, quem sabe, a erradicação das tantas violências sofridas por mulheres em quaisquer circunstâncias.

Ao longo deste capítulo, compartilhamos, inúmeras falas e partes da história de sete mulheres refugiadas, de idades e origens distintas. São mulheres que, cada uma a seu modo, vivenciaram e seguem vivenciando experiências traumáticas, de luto e insegurança, que exigem de todas elas uma enorme capacidade de resiliência, adaptação, reinvenção. Quanto ao acolhimento em Portugal, algumas delas narram histórias mais felizes, outras menos. Em jogo para o sucesso ou o fracasso de seus planos profissionais, estão questões sociais, políticas, e uma série de desafios que parecem ser superados sobretudo no caso das

ucranianas, superação que não costuma acontecer quando se trata de refugiadas de outros países.

A partir das entrevistas, fiz anotações no diário de campo sobre as perspectivas de futuro de cada uma delas. Ali estão seus desejos e sonhos, no que diz respeito especialmente à vida profissional. Alguns desses sonhos parecem tão simples, mas, dadas as circunstâncias, as barreiras para alcançá-los podem ser enormes. Antes de passarmos às conclusões desta pesquisa, encerramos a análise dos dados compartilhando essas anotações.

Natalia planeja se mudar para a Alemanha no futuro próximo, citando motivos pessoais e profissionais, como a proximidade com a Ucrânia, a presença de seu namorado e a possibilidade de manter seu emprego atual.

Priya está determinada a continuar sua busca por oportunidades de trabalho e aprimorar suas habilidades no idioma português.

Irina ainda tem expectativas de retornar à Ucrânia, o que afeta sua busca por novas oportunidades de trabalho.

Os principais desejos de Nour para o futuro incluem completar seus estudos, conseguir um emprego, trazer seus filhos para Portugal e aprender português para uma melhor integração na sociedade portuguesa.

Sandra está buscando validar sua formação na área administrativa e jurídica em Portugal. Seu objetivo é trabalhar na área que escolheu e seguir uma carreira profissional nesse campo.

Yulia planeja ficar em Portugal até abril e depois se mudar para o Canadá. Ela mencionou a disponibilidade de vistos para ucranianos no Canadá, a vantagem de ter o inglês como idioma principal e melhores oportunidades de emprego e salários.

Rana tenta fazer a equivalência de seu diploma como dentista em Portugal. Tem planos de fazer mestrado em saúde pública e trabalhar com saúde mental. Ela também almeja trabalhar com sua família na área odontológica e criar um espaço cultural onde possa compartilhar arte e cultura. Pretende contribuir para a igualdade em saúde e dar mais

atenção à saúde mental, considerando suas próprias experiências. Deseja permanecer em Portugal e contribuir para a sociedade local.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após termos apresentado a análise para os dados coletados durante esta pesquisa, trazemos aqui uma breve recapitulação do percurso proposto nesta tese. Na Introdução, foram apresentadas, inicialmente, as motivações pessoais e os caminhos que se conectaram de forma a traçar o tema abordado e a definir objetivos mais claros para o desenvolvimento da pesquisa, tomando refúgio e emprego como conceitos centrais, independentemente dos ajustes realizados ao longo das etapas, com a redefinição do escopo da investigação. Nela, foram narradas algumas experiências marcantes de encontros com pessoas refugiadas que trabalhavam em diferentes atividades no setor de serviços, pessoas cuja formação superior teria permitido, em seus países de origem, desempenhar as funções para as quais haviam se preparado. Saber, ainda que pouco, de suas histórias pessoais de resiliência e marcadas por uma incrível capacidade de adaptação teve grande relevância na configuração deste recorte, o que leva a pensar, agora já com outro olhar, atravessado pelas histórias das mulheres por mim entrevistadas, sobre a importância do convívio, de experiências empáticas que possam tornar pessoas mais informadas e sensíveis ao tema do refúgio.

No Capítulo 2, de revisão bibliográfica, tratamos de apresentar, além de um breve panorama daquilo que se configura como verdadeira crise da gestão migratória global, os conceitos fundamentais para trabalhar o tema do emprego no refúgio de mulheres em Lisboa, que, como apresentamos, se tornou o escopo final desta dissertação. Apresentamos também as características principais da realidade específica de Portugal, e ainda, de Lisboa, dentro do contexto europeu de acolhimento, que tem como dado relevante o acolhimento recente de muitos refugiados da Ucrânia em razão da guerra no país, situação de caráter excepcional quando comparada ao acolhimento de outras ondas migratórias, de pessoas originárias de outros países. Vimos que, para considerar um processo de integração como bem-sucedido, o emprego está entre os pilares mais fundamentais, influenciando não apenas na almejada independência econômica, mas também assegurando a possibilidade de fazer planejamentos para o futuro, além do convívio com pessoas locais, o que significa, entre outras coisas, o desenvolvimento do idioma do país de acolhimento e, potencialmente, o restabelecimento da auto-estima e bem-estar. Vimos também o quanto é relevante estabelecer o recorte de gênero, considerando-se as particularidades da experiência de mulheres refugiadas, cujas vulnerabilidades fazem com que haja necessidades específicas de proteção e assistência

relacionadas ao gênero e às diversas formas de violência a que estão expostas em todas as etapas do processo de refúgio.

No Capítulo 3, de metodologia, buscamos apresentar detalhadamente o percurso da pesquisa qualitativa aqui proposta, tendo como métodos escolhidos para a coleta de dados a observação participante e a realização de entrevistas em profundidade semiestruturadas. Narramos o caminho para os contatos com instituições de acolhimento e apoio a refugiados, através das quais foi possível abordar algumas das que seriam as entrevistadas. Narramos também as inúmeras dificuldades encontradas nesta busca, que, como dissemos, diz muito sobre as dificuldades estruturais da vida de refugiadas em etapa inicial no país de acolhimento, além da sobrecarga de muitos dos organizadores envolvidos em instituições e iniciativas voltadas para o apoio desses grupos. Também se mostrou uma importante questão a ser superada o desconhecimento ou pouco conhecimento do idioma. Ao todo, para a coleta de dados, foi possível: acompanhar dois eventos voltados para o acolhimento de refugiados e imigrantes que tinham, entre seus objetivos, contribuir para a inserção dessas pessoas no mercado de trabalho; realizar entrevistas semiestruturadas com representantes de três instituições, a saber, Meeru, Vsi Tut e Pão a Pão; realizar entrevistas semiestruturadas com sete mulheres refugiadas, de diferentes nacionalidades.

Foi a partir destes dados, transcritos ou transformados em diário de campo, associados ao repertório conceitual de pesquisa apresentado no segundo capítulo, que realizamos a análise apresentada no Capítulo 4. Nele, compartilhamos um breve perfil de cada uma das sete participantes, recuperando brevemente as trajetórias pessoais compartilhadas durante as entrevistas, que juntas oferecem um significativo panorama atual do refúgio de mulheres. Também no capítulo de análise, como resultado principal desta pesquisa, passamos a abordar e descrever os achados que consideramos especialmente relevantes tendo em mente os objetivos desta tese, a partir das informações que emergiram dos dados.

Aqui, relembramos o primeiro dos objetivos principais desta pesquisa, já apresentado durante o capítulo de metodologia: compreender os desafios específicos enfrentados pelas mulheres refugiadas em Lisboa no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho. Como resposta a este objetivo, a partir dos dados coletados, foram elencados nove desafios. No entanto, antes de elencá-los mais uma vez, cabe trazer novamente também um importante dado que emergiu para além dos objetivos iniciais estabelecidos: a diferença entre a experiência das refugiadas da Ucrânia e daquelas de outras nacionalidades. Tal dado se

mostrou de grande importância, uma vez que atravessa a realidade de uma parte importante das refugiadas em praticamente todos os itens da lista de desafios e traz tanto indícios de questões sociais e políticas quanto de que pode haver modelos mais ou menos favoráveis, mais ou menos facilitados, de acolhimento.

Reproduzimos a seguir a lista de desafios específicos enfrentados pelas mulheres refugiadas em Lisboa no que diz respeito à inserção no mercado de trabalho:

- 1 - Falta de apoio das instituições de acolhimento na busca por emprego
- 2 - Questões fundamentais que antecedem a busca
- 3 - Questões burocráticas
- 4 - Desconhecimento do idioma
- 5 - Não reconhecimento da qualificação profissional
- 6 - Machismo
- 7 - Preconceito (racismo e xenofobia)
- 8 - Traumas sofridos no país de origem e saúde mental
- 9 - Diferenças culturais e despreparo das empresas para contratar e integrar pessoas refugiadas no seu quadro de colaboradores

Também como objetivos principais desta tese, foram colocados os dois que seguem: Identificar oportunidades para apoiar as mulheres refugiadas na sua recolocação no mercado de trabalho em Lisboa; Propor recomendações para melhorar a integração laboral e a inclusão de mulheres refugiadas em Lisboa. A partir dos dados e durante as entrevistas, mapeamos aquilo que chamamos de "sugestões e boas práticas para empresas se tornarem mais inclusivas a mulheres refugiadas", configurando-se como uma resposta para tais desdobramentos. Consideramos que este resultado pode se tratar de uma importante contribuição para o processo de integração de refugiadas em Portugal. Como vimos nos depoimentos das entrevistadas, o processo de integração das instituições responsáveis muitas vezes é falho, por diversos motivos, e somente a ação do governo não é suficiente. Isso significa dizer que as empresas podem exercer um importante papel na integração das mulheres refugiadas.

Sugestões e boas práticas para empresas se tornarem mais inclusivas a mulheres refugiadas:

1. Programas de apadrinhamento

2. Oferta de aulas de português
3. Apoio jurídico
4. Apoio psicológico
5. Maior flexibilidade e diminuição de burocracia no processo de contratação
6. Programas internos de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI), com sensibilização dos colaboradores para o tema e integração da cultura
7. Partilha de boas práticas com outras empresas que possuem políticas de Diversidade, Equidade e Inclusão (DEI)

É importante lembrar que algumas dessas práticas já acontecem pontualmente em algumas iniciativas mencionadas ao longo do capítulo de análise, inclusive em empresas, mas especialmente em instituições como Meeru e Pão a Pão. A partir dessa relação, é possível, quem sabe, elaborar e manter diferentes programas de apoio, inclusive programas integrados, que possam contribuir para uma maior conscientização e sensibilização das equipes de empresas para o tema, de forma que se possa pensar não apenas no item "contratação". Vale considerar a responsabilidade social de todos os agentes envolvidos na integração de refugiados, dentre eles as empresas do país, que, como vimos, ainda têm falhado em integrar, mesmo quando há a contratação. Trata-se de reconhecer, também, as vantagens que a diversidade e inclusão oferecem para enriquecer e transformar os ambientes de empresas, considerando o valor da multiculturalidade e de experiências significativas de alteridade e empatia. Não se trata de pouco, quando relembramos os inúmeros casos de preconceito relatados pelas entrevistadas, enquanto vemos, na realidade portuguesa, a ascensão de grupos nacionalistas defendendo lemas xenófobos em plena luz do dia.

Felizmente, há, ao mesmo tempo, e na mesma medida, outros tantos grupos e iniciativas que se organizam para defender o acolhimento de estrangeiros no país, sendo algumas delas inclusive participantes da presente pesquisa, como vimos nos capítulos anteriores.

Como possíveis encaminhamentos futuros, para que os dados aqui coletados, analisados e apresentados ganhem potenciais desdobramentos na realidade beneficiando refugiadas em sua busca por emprego e também na manutenção desses empregos, consideramos apresentar os resultados da pesquisa para empresas em Portugal, com o objetivo de fomentar políticas de diversidade e inclusão voltadas para refugiadas. Como parte deste objetivo, provavelmente anterior a ele, pretende-se, possivelmente, criar um

documentário ou desenvolver material audiovisual complementar à pesquisa realizada para ajudar na sensibilização sobre o tema. Afinal, vale lembrar o quanto histórias individuais têm o poder de nos arrebatam e sensibilizar quanto a temas para os quais muitas vezes não estamos atentos.

Lemos, ao final do capítulo 4, alguns dos desejos e expectativas futuras das refugiadas entrevistadas. Em sua maioria, não são muito diferentes dos sonhos dos refugiados que eu havia encontrado anos atrás, ainda no Brasil: poder construir para si uma nova vida, estar junto de sua família, em um mesmo país, encontrar um emprego, de preferência na área de formação. Ter a possibilidade de fazer planos. Sabemos que a viabilidade de muitos desses planos dependem muito das políticas públicas, da vontade política dos governantes e de apoio, por parte da sociedade, a projetos políticos que reconheçam e legitimem, em seu voto, a necessidade de que sejam criadas, pelo governo do país, formas de acolhimento real das populações refugiadas. Vimos, nos dados de suas entrevistas, o quanto a origem dessas mulheres influenciará a concretização ou não de desejos tão simples quanto manter um emprego digno, quanto uma realidade laboral sem preconceito, sem violência de gênero.

Vimos o quanto na sociedade portuguesa, assim como em outros países da Europa, vem ganhando força um discurso xenófobo e de resistência à diferença, com o aumento crescente de apoio a partidos de extrema direita. Os efeitos de uma realidade política que caminhe nessa direção, enquanto vemos novos conflitos e novas situações extremas como efeito das mudanças climáticas, apontam para um futuro incerto e temeroso, especialmente quando pensamos em populações não europeias, não brancas, não ricas. Pensando a realidade de Portugal, as falas das entrevistadas ucranianas nos confirmam a significativa diferença no processo de integração, e os efeitos, na vida prática cotidiana, quando há uma política pública de facilitação para o refúgio. Além de demonstrar que há, sim, condições de agir de forma mais ágil e com maior flexibilidade nas questões burocráticas, a facilitação criada para receber refugiados ucranianos aponta caminhos para uma realidade de acolhimento desejável para qualquer pessoa, independente de origem.

Permanece, como parte resultante desta pesquisa, o desejo de que ela possa contribuir, direta ou indiretamente, como material informativo capaz de transformar. Fica clara a necessidade, cada vez mais, de uma consciência ampla, por parte da sociedade e nas ações políticas, de que a necessidade de refúgio é uma realidade significativa da nossa realidade

global contemporânea, não mais momentânea, mas muito provavelmente uma realidade permanente e em crescimento.

Enquanto termino esta conclusão, inúmeras cidades de meu estado de origem no Brasil, o Rio Grande do Sul, encontram-se submersas, em uma enchente de proporções catastróficas que vem confirmar, agora naquela parte do mapa, a realidade global de alterações climáticas. Mais de um milhão de pessoas afetadas, perda de casas e bairros inteiros, cidades se redesenhando de forma ainda pouco clara quanto ao futuro de sua existência e manutenção. Apenas daqui a algum tempo teremos a dimensão da quantidade de refugiados climáticos que sairão deste evento em busca de um novo lugar para reconstruir suas vidas. Que pessoas e países se preparem para essa realidade, que, como sabemos, não permanecerá como um caso isolado de nossas cidades do sul do Brasil. Que sejamos capazes, cada vez mais, de empatia, e de construir ativa e politicamente novos futuros para todas as pessoas afetadas pela necessidade de movimento e migração.

Por fim, considerando o enfoque desta pesquisa, vale mencionar a triste informação de que, dentro da crise das enchentes em terras brasileiras, já se sabe sobre a realidade de casos de violência sexual sendo cometidos, contra mulheres e crianças, nos abrigos que têm acolhido pessoas que perderam suas casas ⁹. Dentro dessa quantidade de novos refugiados climáticos, grande e significativo será o número de novas mulheres refugiadas, que potencialmente serão expostas a situações de violência de gênero, em suas diferentes formas. Que nossos esforços e pesquisas possam chamar atenção também para as particularidades do refúgio de mulheres, a dupla vulnerabilidade e a necessidade de atuação pontual quando se trata da segurança, da saúde e do acolhimento de refugiadas mulheres, onde quer que se encontrem, qualquer que seja sua origem.

⁹ FOLHA. "Entidades do RS relatam a ministra abusos contra meninas e mulheres em abrigos." Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/painel/2024/05/entidades-do-rs-relatam-a-ministra-abusos-contrameninas-e-mulheres-em-abrigos.shtml>. Acedido em maio de 2024.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR. 2016. "Mulheres refugiadas que se deslocam pela Europa estão correndo riscos, afirma a ONU: mulheres e meninas refugiadas e migrantes que se deslocam pela Europa enfrentam graves riscos de violência sexual e de gênero." Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/2016/01/26/mulheres-refugiadas-que-se-deslocam-pela-europa-estao-correndo-riscos-afirma-a-onu/>>. Acedido em fevereiro de 2024.

Ager, Alastair, e Strang, Alison. 2008. "Understanding Integration: A Conceptual Framework." *Journal of Refugee Studies* Vol. 21, No. 2. Acedido em fevereiro de 2024, doi:10.1093/jrs/fen016.

Almeida, Ana Carolina Lauer de. 2021. "Refúgio das Populações Deslocadas: um estudo através da perspectiva de gênero." Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Bernard, H. Russell. 2006. **Research Methods in Anthropology: Qualitative and Quantitative Approaches**. Rowman: Altamira.

Betts, A. e Loescher, G. 2011. **Refugees in International Relations**. Oxford: Oxford University Press, pp.1-27.

Blasco, A., Icardi, R., Kajander, N., Krawczyk, M., Loeschner, J., Scapolo, F., Seiger, F., Sermi, F. and Tarchi, D. 2023. **Atlas of Migration**. Publications Office of the European Union, Luxembourg, 2023, ISBN 978-92-68-10799-7, JRC135949. <https://migration-demography-tools.jrc.ec.europa.eu/atlas-migration>. Acedido em fevereiro de 2024.

Castles, S., Korac, M., Vasta, E. and Vertovec, S. 2001. **Integration: Mapping the Field**. Report of a project carried out by the Centre for Migration and Policy Research and Refugee Studies Centre, University of Oxford.

CML. Câmara Municipal de Lisboa. (s/da). Plano Municipal para a Integração de Imigrantes de Lisboa, 2015-2017. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Csalog, Rebeca Amorim. 2020. “Mulheres migrantes e prostituição na era da globalização”. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.

Coelho, Joana Maria Botelho Lucas. 2016. "Mulheres refugiadas em Portugal". Dissertação de Mestrado. Universidade Nova de Lisboa.

Comissão Europeia. 2024. Estatísticas sobre os fluxos migratórios para a Europa. https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/promoting-our-europe-an-way-life/statistics-migration-europe_pt). Acedido em março de 2024.

Costa, Paulo M, e Lúcio Sousa. 2021. **Os planos municipais de integração de refugiados em Portugal (2015-2022)**. População e Sociedade, CEPESE. Porto, vol. 36, dez 2021, pp. 32-49. DOI: <https://doi.org/10.52224/21845263/rev36a3>.

Cresswell, J. 2003. **Research Design: Qualitative, Quantitative, and Mixed Methods Approaches**. Thousand Oaks: Sage.

EC. 2024. "Migration management: Welcoming refugees from Ukraine." https://home-affairs.ec.europa.eu/policies/migration-and-asylum/migration-management/migration-management-welcoming-refugees-ukraine_en. Acedido em março de 2024.

ESS. 2024. <https://www.europeansocialsurvey.org/findings>. Acedido em março de 2024.

FitzGerald, D. S., e Arar, R. 30 de julho 2018. **The Sociology of Refugee Migration**. Annual Review of Sociology 44: 387–406.

Gil, A. R., Nogueira da Silva, C., Pizarro Beleza, T., & Oliveira, E. D. 2020. **Olhares sobre as migrações**. A cidadania e os direitos humanos. Na História e no Século XXI. Petrony.

Góes, E. D. A., e Adrian Vilas Bôas Borges. **Entre a cruz e a espada: múltiplas violências contra mulheres refugiadas**. SER Social, [S. l.], v. 23, n. 49, p. 318–337, 2021. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/35871. Acedido em fevereiro de 2024.

Graça, Miguel. 2018. “Respostas locais em tempos de crises globais: o Programa Municipal de Acolhimento de Refugiados na cidade de Lisboa (PMAR Lx)”, in Revista Migrações - Número Temático Mediação Intercultural, Observatório das Migrações (OM), dezembro 2018, nº 15, Lisboa: ACM, pp. 40-59.

INE. 2023. Estimativas de População Residente. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=594879758&DESTAQUESmodo=2&xlang=pt. Acedido em março de 2024.

Notion – One Workspace. Every Team. n.d. Notion. Accessed June 2022. <https://www.notion.so>.

OHCHR. 2024. Universal Declaration of Human Rights - Portuguese. <https://www.ohchr.org/en/human-rights/universal-declaration/translations/portuguese>. Acedido em março de 2024.

OIM. 2009. Glossário sobre Migração. <https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml22.pdf>. Acedido em março de 2024.

Oliveira, Catarina Reis. 2023a. **Requerentes e Beneficiários de Proteção Internacional em Portugal, Relatório Estatístico do Asilo 2023**. Observatório das Migrações, Coleção Imigração em Números OM, Lisboa: ACM.

Oliveira, Catarina Reis. 2023b. **Estatísticas de bolso da imigração**. Observatório das Migrações.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Uma em cada cinco refugiadas são vítimas de violência sexual no mundo**. ONU Mulheres Brasil. 23 jun. 2017. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/noticias/uma-em-cada-cinco-refugiadas-sao-vitimas-de-violencia-sexual-no-mundo/>. Acedido em abril de 2024.

Robinson, V. 1998. **Defining and Measuring Successful Refugee Integration**, Proceedings of ECRE International Conference on Integration of Refugees in Europe, Antwerp, November 1998. Brussels: ECRE.

Rocha-Trindade, M. B. 1995. **Sociologia das Migrações**. Lisboa: Universidade Aberta.

Ruiz, Castor Mari Martín Bartolomé e Carolina Reyes Molina. 2022. **Os refugiados, uma vida cindida entre o humano e o cidadão - Um diálogo com Giorgio Agamben**. Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis, Florianópolis, v. 19, p. 01-23, jan./dez.2022. Universidade Federal de Santa Catarina. ISSN 1807-1384.

Santinho, Cristina. **A importância da competência cultural no atendimento de saúde a refugiados e requerentes de asilo**. Forum Sociológico [Online], 22 | 2012. Acedido em março de 2024. URL: <http://journals.openedition.org/sociologico/594> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/sociologico.594>

Schwinn, S. A., e Costa, M. **Mulheres refugiadas e vulnerabilidade: A dimensão da violência de gênero em situações de refúgio e as estratégias do ACNUR no combate a essa violência**. Revista Signos, v. 37, n. 2, 2016. DOI: <https://doi.org/10.22410/issn.1983-0378.v37i2a2016.1100>. Acedido em março de 2024.

Sousa, Lúcio, Paulo M. Costa, Rosana Albuquerque, Olga Magano, and Bárbara Bäckström. Março 2021. **Integração de Refugiados em Portugal: O Papel e Práticas das Instituições de Acolhimento**. Lisboa: Observatório das Migrações (OM). <https://doi.org/978-989-685-115-6>.

Sousa, Maria Elisa Tavares. 2016. "A vulnerabilidade da mulher no contexto da migração internacional." Monografia de Graduação. Centro Universitário de Brasília.

Spradley, J. P. 1980. **Participant Observation**. New York: Holt, Rinehart and Winston.

Stein, Barry. 1981. **Refugee Research Bibliography**. International Migration Review 15 (1-2): 331-93.

Ticktin, Miriam. 2014. **Transnational Humanitarianism**. *Annual Review of Anthropology* 43 (October): 273–89. <https://doi.org/10.1146/annurev-anthro-102313-030403>

UNHCR. 2024. Refugee Data Finder. <https://www.unhcr.org/refugee-statistics>. Acedido em março de 2024.

UNRIC. 2024. Migrações. <https://unric.org/pt/darfur-cessacao-das-hostilidades-e-uma-prioridade-muito-urgentelembra-secretario-geral-3/>. Acedido em março de 2024.

Wang, C. and Burris, M.A. 1997. **Photovoice**: Concept, Methodology and Use for Participatory Needs Assessment. *Health Education & Behaviour*, 24, 369-387.

Sites e Jornais

BBC. 2020. "'Não rejeitamos estrangeiros se forem turistas, cantores ou atletas famosos, rejeitamos se forem pobres'." <https://www.bbc.com/portuguese/geral-54778993>. Acedido em março de 2024.

ECO. 2023. "Economistas, jornalistas e engenheiras. Refugiadas ucranianas qualificadas têm poucas oportunidades em Portugal." <https://eco.sapo.pt/reportagem/economistas-jornalistas-e-engenheiras-refugiadas-ucranianas-qualificadas-tem-poucas-oportunidades-em-portugal/>. Acedido em março de 2024.

Expresso. 2023. "Maioria dos refugiados sem casa ou trabalho ao concluir o programa de acolhimento em Portugal." <https://expresso.pt/sociedade/2023-07-14-Maioria-dos-refugiados-sem-casa-ou-trabalho-ao-concluir-o-programa-de-acolhimento-em-Portugal-d98694f2>. Acedido em março de 2024.

Fronteiras. 2018. "Zygmunt Bauman: o medo dos refugiados." <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/zygmunt-bauman-o-medo-dos-refugiados>. Acedido em fevereiro de 2024.

Globo. 2022. "Arthur do Val: o que o deputado disse sobre ucranianas e o que aconteceu depois."

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/03/05/arthur-do-val-o-que-o-deputado-disse-sobre-ucranianas-e-o-que-aconteceu-depois-entenda.ghtml>. Acedido em março de 2024.

Nomad List. 2024. <https://nomadlist.com/>. Acedido em março de 2024.

Nomad. 2024. <https://www.nomadglobal.com/conteudos/custo-de-vida-em-portugal>. Acedido em março de 2024.

Público. 2023. "Como um aumento de nómadas digitais está a atirar pessoas para fora das cidades."

<https://www.publico.pt/2023/04/03/p3/noticia/aumento-nomadas-digitais-atirar-pessoas-cidades-2044843>. Acedido em março de 2024.